



Processamento Salarial com PHC

14 setembro
14h30-17h30

VidaEconómica Business School

Informações: Ana Bessa | Email: anabessa@grupovidaeconomica.pt | ☎ 223 399 427/00 | www.vebs.pt

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE213672021GSB2B



TAXA PAGA PORTUGAL CONTRATO Nº 594655

Nº 1943 / 12 de agosto 2022 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt



PUB

MERCADOS

Ricardo Evangelista, diretor executivo da Activtrades Europe, considera

Aumento das taxas de juro vai provocar problemas colaterais

Pág. 22

ATUALIDADE

Procura de escritórios está a aumentar no Porto

Pág. 4

Despesa em I&D atinge novo máximo histórico

Pág. 7

Ordem dos Advogados contesta valores do apoio judiciário

Pág. 14

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Setor dos sistemas de alarme tem elevado potencial de crescimento

Pág. 12

PUB

GEORGE CAREER CHANGE
WWW.GEORGE.PT

SUPLEMENTO IMOBILIÁRIO
Empreendimentos habitacionais lançados em 2022 já estão 48% vendidos

Pág. 11



SUPLEMENTO AGROVIDA
"Esperamos que não se repita a marginalização dos anteriores quadros comunitários"

Págs. VI e VII



Estrangeiros e turistas sustentam procura

Preços dos imóveis continuam a subir



• Lisboa e Algarve são as zonas mais valorizadas

Pág. 5



Luís Manuel Ribeiro, presidente do CESAE DIGITAL, CONSIDERA

Programas de requalificação permitem responder às necessidades do mercado

Pág. 13

PUB

Publicações Vida Económica. Para si ou para a sua empresa.



9 720972 000037

01943

ABERTURA**CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS****APOIOS À CONTRATAÇÃO DE DESEMPREGADOS**

Constituí recentemente uma empresa no Porto e pretendo contratar uma colaboradora comercial, com 42 anos de idade e desempregada, inscrita no Centro de Emprego há mais de um ano. Existe algum apoio para a sua contratação?

Encontra-se aberto o programa Medida Compromisso Emprego Sustentável.

Este programa consiste num apoio financeiro à contratação sem termo de desempregados inscritos no IEFP.

Adicionalmente, contempla um apoio financeiro ao pagamento das contribuições para a segurança social, no primeiro ano dos contratos apoiados.

A contratação deve cumprir os seguintes requisitos:

- Proceder ao registo da oferta de emprego no portal do IEFP;
- Celebração de contrato de trabalho sem termo, com desempregado inscrito no IEFP em data posterior ao registo da oferta de emprego;
- Apresentar criação líquida de emprego;
- Manutenção do nível de emprego atingido por via do apoio durante 24 meses após a contratação;
- Proporcionar formação profissional ao trabalhador contratado durante o período de duração do apoio.

O apoio à contratação é de 12 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) (5.318,40€), podendo ir até € 6 648,00€, no caso em que a remuneração base seja igual ou superior a 2 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG -705,00 €). O apoio ao pagamento de contribuições para a segurança social, corresponde à metade do valor das contribuições a cargo da entidade empregadora, durante o primeiro ano de vigência do contrato, nunca ultrapassando o limite de 7 vezes o valor do IAS (€ 3.102,40). Por exemplo, para uma remuneração base equivalente a 1 x RMMG, o apoio será de 1.172,08 € (14 meses x 705 € x 23,75% x 50%).

Assim, se a remuneração base da colaboradora for equivalente a 1 x RMMG, o apoio da Medida Compromisso Emprego Sustentável será de 6,490.48 € (5.318,40€ + 1.172,08 €) a receber pela empresa em 3 prestações:

- 60% do valor dos apoios financeiros é pago após o início de vigência de todos os contratos de trabalho apoiados;
- 20% do valor dos apoios financeiros é pago no 13º mês de vigência do contrato;
- 20% do valor dos apoios financeiros é pago no 25º mês de vigência do contrato.

O apoio é cumulável com a dispensa parcial do pagamento de contribuições para o regime geral da segurança social. Assim, no caso em apreço e para uma remuneração base de equivalente a 1 x RMMG, o incentivo será de 3.516.19 € (705,00 € x 14 meses x 3 anos x 23,75% x 3 anos). As candidaturas encontram-se abertas até 30 de dezembro de 2022.

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500



FRANCISCO JAIME QUESADO

Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Agora que estamos no verão e num contexto de progressiva reabertura, importa lançar as bases para uma verdadeira agenda de recomeço com renovação e reinvenção. A Inovação e Tecnologia vão ser elementos centrais nesta agenda de recuperação e resiliência, um desafio onde a capacidade individual e coletiva das pessoas vai marcar a diferença. Vivemos tempos complexos e, como sempre, vai ser fundamental o imperativo estratégico da mudança para agendar uma base sustentada de competitividade para a economia e a sociedade portuguesa. A Agenda de Mudança deverá assentar na Inovação e Criatividade como fatores centrais de uma nova confiança, de uma ambição global, de uma capacidade de construir soluções para novos problemas. Uma Sociedade da Inteligência. Precisamos dessa atitude em Portugal e por isso impõe-se uma cultura de mudança.

**ECONOMIA MAIS**

INTELIGÊNCIA SUSTENTÁVEL - O contexto de aposta que tem sido feito na área da sustentabilidade representa um desafio cada vez maior para a nossa sociedade e economia. Importa, neste sentido, saber mobilizar as novas gerações para uma cultura focada na valorização dos nossos recursos endógenos e no seu aproveitamento como fator estratégico para a base competitiva das nossas principais áreas de atuação em termos de mercado.

DIMENSÃO SOCIAL - Na sequência da crise que estamos a atravessar, a área social vai ser cada vez mais uma das apostas estratégicas para a procura de respostas para o futuro. Várias entidades têm vindo a desenvolver iniciativas voltadas para uma agenda de Social Reinvent, focadas na melhoria da articulação entre pessoas e comunidades, com impacto na melhoria da sua qualidade de vida e da capacitação das redes colaborativas. As boas experiências deste caso deverão ser disseminadas junto de redes alargadas com efeitos de escala positiva como resposta à atual crise;

START UP MAIS - As incubadoras e start ups um pouco por todo o país continuam com uma atividade intensa na mobilização de empreendedores e investidores para novas oportunidades de futuro. A aposta nas start ups tem-se desenvolvido de forma muito positiva no nosso país e são hoje cada vez mais os casos de novos projetos em fase de consolidação com dinâmicas de relações a nível internacional e como resposta à atual crise. Precisamos agora de alavancar cada vez mais esta agenda, alicerçada numa base sustentada para o futuro;

**ECONOMIA MENOS**

TECH SOCIETY - Apesar das múltiplas sessões de dinamização das novas tendências tecnológicas - IOT, Inteligência Artificial, Big Data, entre outras - e de as principais organizações encararem já de forma aberta os desafios destas novas áreas, o certo é que continua a faltar uma estratégia integrada de articulação dos diferentes atores económicos e sociais para uma melhor sinalização dos impactos provocados por esta nova revolução tecnológica;

NOVO TERRITÓRIO - O papel dos territórios no reforço de uma agenda de inovação e competitividade dos países membros sai reforçado no novo Horizonte Europa, cujos primeiros concursos já estão no terreno. Quanto ao nosso país, apesar dos esforços feitos nos últimos anos, continua a faltar uma maior articulação entre os principais responsáveis quanto às diferentes opções de especialização territorial que podem ter maior impacto em termos económicos e sociais;

DA INFORMAÇÃO AO CONHECIMENTO - Nos últimos 20 anos o nosso país foi um verdadeiro laboratório de políticas públicas na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento, com o objetivo de ajudar a desenvolver novas redes colaborativas ao nível do território, com reforço dos níveis de coesão social. Estas redes precisam, contudo, de se ajustar às novas dimensões de inteligência competitiva, que implicam níveis de integração criativa, onde as pessoas e as organizações se sintam devidamente representadas.

Nesta edição

12 NE
Setor dos sistemas de alarme tem elevado potencial de crescimento

Atualidade Pág. 04
Procura de escritórios está a aumentar no Porto

Atualidade Pág. 05
Preços dos imóveis continuam a subir

Atualidade Pág. 07
Despesa em I&D atinge novo máximo histórico

Opinião Pág. 08
Mais uma vez o "pobre" alojamento local

Opinião Pág. 09
Espanha é liberdade



13 NE
Programas de requalificação permitem responder às necessidades do mercado



25 Mercados
Matosinhos está a crescer como hub tecnológico

Negócios e Empresas..Pág. 14
Ordem dos Advogados contesta valores do apoio judiciário

Negócios e Empresas..Pág. 15
Eleições podem acelerar ritmo de reformas em Angola

Fiscalidade..... Pág. 19
Contribuintes devem recorrer da decisão da Comissão Europeia

Em Foco Pág. 21
Imóvel destinado a habitação própria e permanente

Mercados..... Pág. 24
Inflação obriga a uma política monetária mais "agressiva"

Imprensa

EM REVISTA

THE WALL STREET JOURNAL

Governo chinês assume que metas de crescimento não serão alcançadas

Os líderes chineses admitem que o gigante asiático vai falhar os seus objetivos de crescimento para este ano. No entanto, ficou a garantia de que se manterá a tolerância zero quanto às medidas de prevenção da pandemia. O Partido Comunista Chinês assume que vai desenvolver esforços para que a economia tenha um desenvolvimento razoável ao longo da segunda metade do ano. Por outro lado, pretende que as províncias mais relevantes consigam atingir as metas de crescimento anual, assumindo que as outras não estão em condições de o fazer.

elEconomista.es

Preços do gás fazem parar indústria espanhola

Os preços do gás natural estão a levar às cordas a indústria espanhola. Os grandes consumidores reduziram em cerca de 20% o seu consumo. Algumas empresas têm procurado fontes alternativas

de geração e outras têm mesmo que se defrontar com paragens na produção. Os setores mais afetados, neste caso, são a eletricidade produzida com cogeração que parou para praticamente metade a sua produção, que se centra em setores como a alimentação ou a cerâmica. Outros setores, como o papel ou a química, estão a defrontar-se com problemas para manterem a sua produção.

Le Point

África com perspetivas menos pessimistas

A economia mundial está numa tempestade de incertezas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as suas previsões para a economia global. Num contexto de pessimismo, o continente africano poderá registar resultados razoáveis. A África subsaariana deverá registar um crescimento de 3,8% do PIB, este ano, e de quatro pontos percentuais no próximo exercício, taxas que se mantêm inalteradas relativamente às previsões anteriores. Os países com melhores perspetivas são os produtores de combustíveis fósseis e de metais, que tiram proveito da situação mundial.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalo Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto. • NIF: 507258487 • DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA: João Carlos Peixoto de Sousa - 57,14%; Jornal Fiscal, Lda. - 20,00%; João Luís Marinho Peixoto de Sousa - 5,71%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa - 5,71%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 5,71% • ADMINISTRAÇÃO: João Luís Peixoto de Sousa • DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa • REDAÇÃO Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@grupovidaeconomica.pt; PAGINAÇÃO Célia César, Flávia Dias e Mário Almeida; • SEDE DA REDAÇÃO: Rua de Gonçalo Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400. Fax. 222 058 098 • ESTATUTO EDITORIAL: https://www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1/outras-1/ficha-tecnica-vida-economica • PUBLICIDADE PORTO Rua Gonçalo Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@grupovidaeconomica.pt; • ASSINATURAS Tel 223 399 400 • E-mail assinaturas@grupovidaeconomica.pt; IMPRESSÃO Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 Fax: 229 485 631 DISTRIBUIÇÃO VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS



TIRAGEM CONTROLADA PELA:



A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE 100.000 EXEMPLARES, CIRCULAÇÃO EXCLUSIVA DIGITAL

4000 Município (Porto) TAXA PAGA
Registo na D G C S nº 109 477
• Depósito Legal nº 33 445/89 • ISSN 0871-4320 • Registo do ICS nº 109 477

ATUALIDADE

Inflação penaliza atividade das empresas

A atividade das empresas da Zona Euro sofreu uma contração em julho, pela primeira vez desde o início de 2021, devido à quebra na despesa dos consumidores. O índice de atividade de PMI desceu para 49,9, em julho, o nível mais baixo em 17 meses, contra os 52 pontos do mês anterior. A inflação e as incertezas quanto aos fornecimentos levaram a descidas muito significativas da atividade.

ÍNDICE DE PREÇOS RESIDENCIAIS REVELEIS

Habitação valoriza mais no Porto que em Lisboa



Os preços de venda das casas em Portugal Continental cresceram 10,9%, no 1º semestre do ano face ao semestre anterior. Em termos homólogos, o aumento é de 17,6%. Os dados resultam do Índice de Preços Residenciais apurado pela Confidencial Imobiliário.

O crescimento dos preços no 1º semestre reflete o ciclo de fortes subidas mensais observadas ao longo do ano. Em junho, os preços subiram 1,1%, face a maio, mantendo as variações mensais acima de 1%. Ainda assim, este último registo men-

Aumento de 10,9% no primeiro semestre

sal é o menos robusto de todo o semestre, período em que em mais que uma ocasião os preços alcançaram aumentos mensais superiores a 2%. Desagregando por trimestre, observam-se taxas de variação idênticas, em torno dos 5%, em ambos os tri-

mestres já decorridos deste ano.

Em Lisboa, os preços das casas registam uma subida semestral de 3,6% e homóloga de 10,6%, no 1º semestre de 2022. No Porto, os aumentos foram de 11,1% e 19,6%, respetivamente.

No 1º semestre, as vendas de habitação no país foram concretizadas por um preço médio de 2.046€/m², conforme os dados do SIR-Sistema de Informação Residencial. Neste período, as vendas atingiram um preço médio de 4.220€/m² em Lisboa de 2.985€/m² no Porto.

ESTUDO DA ACCENTURE MOSTRA NOVAS TENDÊNCIAS

Empresas têm dificuldade em manter relevância para os clientes



De acordo com o novo estudo da Accenture, 88% dos executivos acreditam que as necessidades dos clientes e dos colaboradores estão a mudar mais rápido do que a oferta prestada pelas empresas, o que leva a uma queda das expectativas e a uma crise de relevância das organizações.

Pedro Pombo, Managing Director da Accenture Song em Portugal, afirma que “os fatores externos - desde os económicos aos culturais, ambientais e políticos - estão a afetar as pessoas mais do que nunca, tornando a vida mais complicada e as decisões de compra mais multifacetadas”. Pedro Pombo assume que “há uma divisão crescente entre o que os consumidores precisam e valorizam e o que as empresas oferecem, criando um gap de relevância. Acreditamos que as empresas podem colmatar esta lacuna e antever um crescimento significativo, não se concentrando apenas na promoção do consumo, mas contribuindo de forma significativa para a vida dos clientes”.

O relatório, intitulado “The

Inquérito a 25 mil consumidores em 22 países

Human Paradox: From Customer Centricity to Life Centricity” é baseado num inquérito a mais de 25 mil consumidores em 22 países e centra-se no gap entre as expectativas das pessoas em relação ao que as empresas deveriam estar a oferecer e o que as empresas pensam que os seus clientes desejam.

De acordo com o relatório da Accenture, 67% dos inquiridos esperam que as empresas compreendam e respondam às suas necessidades em constante mudança e em tempos de disrupção. No entanto, a excessiva simplificação da segmentação e a subestimação do impacto das pressões externas no comportamento levaram a esta separação entre a expectativa e a realidade.

PUB

Livro da Semana

Manual de Direito Policial

Direito da ordem e segurança públicas

Apenas 16,80€

-65%



Campanha válida de 15 a 21 de agosto nos termos do regime jurídico do preço fixo do livro

ATUALIDADE

Lançada segunda fase do programa Apoiar Indústrias Intensivas em Gás

Está a decorrer a segunda fase do aviso do programa Apoiar Indústrias Intensivas em Gás. As empresas mais afetadas pelos aumentos excecionais do gás natural podem aceder a este sistema de incentivos, referente ao segundo trimestre do ano, de modo a salvaguardar a sua competitividade e emprego, podendo candidatar-se até 30 de setembro.

Alterada orgânica da Direção-Geral do Património Cultural para operacionalizar PRR

O Governo procedeu à alteração da estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), de modo a operacionalizar os investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O Departamento do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural vai prestar apoio técnico, administrativo e logístico.

CBD BAIXA, BOAVISTA E MATOSINHOS EM DESTAQUE

Procura de escritórios está a aumentar no Porto

O setor das telecomunicações – TMT & Utilities – motivado pela necessidade de mudança de instalações e expansão de área para espaços superiores a 500 metros quadrados, potenciaram o crescimento do mercado de escritórios, na região do Grande Porto, sobretudo no Central Business District (CBD) da Baixa e da Boavista, mas também Matosinhos, ao longo do último trimestre, com um aumento de 50% no total de operações registadas (35 no total) e um crescimento de 100% no volume de área contratada (30.287 metros quadrados).

Segundo o diretor do departamento “corporate” da Predibisa, João Leite de Castro, apesar da conjuntura atual e depois de dois anos extremamente desafiantes (2020-2021) assistimos agora ao aumento de área colocada; número de operações realizadas e área de superfície média contratada, face ao período homólogo, o que nos faz

perspetivar um ritmo de recuperação positivo para o segundo semestre de 2022 na cidade do Porto”.

A dinâmica na construção de novos projetos e na reabilitação de espaços de escritórios, cada vez mais eficientes e sustentáveis na cidade, impulsiona o ritmo de procura e a rápida absorção, valorizando também o investimento em zonas estratégicas.

Verificamos que estes novos projetos, quer pela sua eficiência quer pela sua sustentabilidade e dimensão, serão uma mais-valia na cidade do Porto, enquanto “destino” empresarial, sobretudo no setor de TMT & Utilities, que continua a expandir-se, com 46% da área total colocada (14.050 m²), comparativamente a outros setores, como os “Serviços a Empresas” (7.165 m²), os “Serviços Financeiros” (4.347 m²) e as empresas ligadas ao sector “Outros Serviços” (2.634 m²), conclui.



PUB

VidaEconómica
Business School

14 setembro
9h00-18h00



A Segurança, higiene e saúde do trabalho como papel preponderante na gestão estratégica dos recursos humanos em qualquer organização, na medida em que, toda a atividade laboral comporta riscos. A análise, a gestão e o controlo dos riscos, associados ao ambiente de trabalho e as medidas de prevenção e proteção da saúde, constituem, um direito do trabalhador

FORMADOR

Mestre João Vilas Boas Sousa

Advogado com Mestrado em Direito do Trabalho; Gestor de Recursos Humanos com Pós-Graduação em Gestão de R.H. e Formador com CPP

PREÇOS

Público Geral: €98*

Assinantes: €77*

* Acresce IVA a taxa em vigor

O Direito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

PROGRAMA

1. Introdução ao direito da segurança e saúde no trabalho
2. As fontes de direito no trabalho e enquadramento contratual das relações laborais
3. Regime jurídico da segurança e saúde no trabalho
4. Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais
5. Higiene do trabalho e riscos profissionais e equipamentos de proteção e sinalização de segurança
6. Responsabilidades pelo incumprimento de normas SHST: A responsabilidade disciplinar, a responsabilidade criminal, a responsabilidade civil, a responsabilidade contraordenacional

Informações/Inscrições Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.

Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Email: anabessa@grupovidaeconomica.pt | www.vebs.pt

Mercado automóvel nacional recua

O mercado automóvel nacional registou uma quebra de 5,9% até julho, face a igual período do ano passado, para um total de 106 879 novos veículos, de acordo com a ACAP. Relativamente a período homólogo de 2019, a queda foi de 38%. As matrículas de ligeiros de passageiros desceram 4,1%, nos sete primeiros meses, em termos homólogos, para 89 944 unidades, com um recuo de quase 39%, relativamente a 2019.

FCT atribui bolsas no valor de 112 milhões

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia atribuiu 1450 bolsas para o desenvolvimento de atividades de investigação à obtenção do grau académico de doutor, no âmbito de programas de doutoramento de universidades portuguesas e estrangeiras. A aprovação foi de 40%, representando um investimento previsto de 112 milhões de euros, suportado por fundos comunitários e nacionais.

ESTRANGEIROS E TURISMO SUSTENTAM A PROCURA

Preços dos imóveis continuam a subir

Cinco mil euros por metro quadrado. É este o preço médio mais alto praticado nas duas zonas mais caras de Portugal, Foz do Douro e Nevogilde, no Porto, de acordo com o Market Report Portugal, divulgado pela Engel & Völkers. O relatório analisa as transações imobiliárias intermediadas pela multinacional alemã no período 2020-2021 nos mercados imobiliários de Lisboa e Cascais, Porto e Vila Nova de Gaia, Algarve e Oeste.

Em 2021, as áreas mais exclusivas de Lisboa e Porto continuam a registar uma forte procura, mas o estudo mostra que outras zonas do país com ofertas do segmento premium, sobretudo no litoral, continuam a despertar o interesse de compradores e investidores, nacionais e internacionais.

Juan-Galo Macià, Presidente da Engel & Völkers para Espanha, Portugal e Andorra, considera que “Portugal pode e deve continuar a tirar partido das suas condições excecionais, face a outros mercados com uma gestão cada vez mais eficiente. A oferta imobiliária de luxo terá de ser capaz de crescer em zonas menos desenvolvidas do interior do país, bem como nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, para poder enfrentar o impacto da mudança nas regras dos Vistos Gold,” acrescenta.

Para os próximos dois anos, Juan-Galo Macià antecipa “um contexto desafiante num ambiente de juros em alta, pela primeira vez em 11 anos, e face aos novos riscos económicos e sociais que pairam sobre as economias europeias”, mas acredita que existem “poucas alternativas de investimento que possam competir com a rentabilidade que oferece o segmento mais premium”.

Porto e Vila Nova de Gaia



As zonas nobres da Foz do Douro e Nevogilde são as zonas em Portugal com o preço médio mais elevado nas transa-



ções intermediadas pela Engel & Völkers, respetivamente 5.000 euros/m² e 5.100 euros/m². Para este facto contribui a dimensão dos lotes, a qualidade das moradias e casas antigas, históricas e reabilitadas - e toda a envolvente paisagística, que tornam estas zonas únicas para famílias de elevado rendimento. Os compradores estrangeiros também privilegiam a Foz do Douro, o que também explica o facto de quase a totalidade das operações nesta zona terem como destino a habitação permanente.

Já o Centro Histórico é escolhido pela sua história, proximidade com o rio e pela mística associada às casas antigas, históricas e reabilitadas. Bonfim, Cedofeita e Centro Histórico registam uma elevada procura para investimento, representando cerca de 30 e 20% das operações.

Lisboa e Cascais



Sem surpresa, as zonas mais centrais de Lisboa são as que registaram preços médios mais elevados nas transações intermediadas pela Engel & Völkers na capital. Tendo por base os dados de 2021, verifica-se que Santo António é a zona que regista o preço médio por metro quadrado mais elevado - 4.892 euros. Seguem-se as Avenidas Novas (4.672 eu-

ros), Misericórdia (4.653 euros) e Campo de Ourique (4.441 euros), Campolide (4.439 euros) - que registou a maior subida, de 34,19% - e Estrela (4.325 euros). Embora a maioria das operações tenha como objetivo a habitação permanente, algumas zonas de Lisboa são muito procuradas por investidores, nomeadamente Alcântara, Parque das Nações, Penha de França e São Vicente.

No que se refere à zona de Cascais - Estoril, os compradores - principalmente famílias - procuram moradias com, no mínimo, três quartos e espaço exterior/jardim. O preço médio dos imóveis intermediados pela Engel & Völkers aumentou 5%, entre 2019 e 2021 (2.877 euros/m²). Esta zona é particularmente procurada por estrangeiros, maioritariamente cidadãos de nacionalidade brasileira, inglesa, francesa, alemã e, cada vez mais, norte-americana. A proximidade com o mar e com a capital explica que seja um local de eleição, quer para residência habitual quer como segunda habitação - 40% em ambos os casos. As restantes operações têm o investimento como objetivo.

Algarve



A região algarvia continua a ser o destino de eleição para compradores estran-

geiros. Em Portimão, por exemplo, nove em cada 10 aquisições de propriedades intermediadas pela Engel & Völkers foram realizadas por compradores estrangeiros, com a Alemanha, a Inglaterra e a Suécia a ocuparem os lugares cimeiros. Em Vilamoura e Quarteira, que apresentam o preço médio por metro quadrado mais elevado (3.367 euros/m²), os compradores estrangeiros representaram 75% das operações, com França e Suécia em destaque.

A zona do Carvoeiro e Porches está entre as zonas com preço médio mais elevado (3.471 euros/m²) e atrai sobretudo compradores franceses e suíços. Em Alcantarilha / Armação de Pera verificou-se uma forte predominância de belgas e ingleses. No Sotavento algarvio - Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António - predomina a procura de segundas residências. A Ilha de Faro é um dos destinos mais procurados, pela proximidade à praia, e Tavira é um destino de eleição para holandeses, suíços, norte-americanos, irlandeses e franceses.

Oeste



A zona do Oeste abarca seis territórios distintos (Óbidos, Caldas da Rainha, Peniche, Nazaré, Leiria e Alcobaça), com perfis completamente diferentes. Em termos percentuais, o maior crescimento verificado nos dois últimos anos, nos imóveis geridos pela Engel & Völkers, deu-se em Peniche, onde o preço médio por metro quadrado passou de 1.140 euros para 1.590, o que representa uma subida de 39,47%. Alcobaça e Leiria registaram subidas semelhantes - 34,15% e 34,13% respetivamente - em contraste com Óbidos que apenas registou um incremento de 3,26%. No entanto, os maiores valores localizam-se na Nazaré, onde o preço médio por metro quadrado atingiu, no ano passado, a fasquia dos 2.370 euros. Em termos de tipologia, apenas em Óbidos e Caldas da Rainha há uma procura por moradias - de 250 metros quadrados, três assoalhadas e piscina. Em todas as outras cidades a escolha recai sobre apartamentos, com áreas entre os 100 e os 200 metros quadrados. Leiria diferencia-se não só pela procura de habitação no centro da cidade, mas, também, por ser a única localização dominada por compradores nacionais.

Governo aprova plano para a aquicultura em águas de transição

O Governo aprovou o plano para a aquicultura em águas de transição para Portugal continental. São identificadas as áreas atuais e potenciais para fins aquícolas. O plano cria condições para duplicar a área atual de 1,7 mil hectares, reaproveitando antigas zonas e estabelecimentos que reúnem condições para serem afetos a esta atividade. O diploma estabelece as medidas de articulação e de coordenação com os planos e programas territoriais em vigor.

Setores agroflorestal e das pescas recebem 35 milhões

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) procedeu a pagamentos aos setores agroflorestal e das pescas num montante de 35,3 milhões de euros, no final de julho, os quais acrescem aos 236 milhões pagos no âmbito do Apoio Excepcional de Crise. Destaca-se, no contexto do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o pagamento de mais de 22 milhões de euros, relativos à execução das medidas de investimento do PDR2020.



PAULO VAZ
Jurista e Gestor

Burocracia

Tive acesso recentemente a uma informação, através de uma empresa espanhola de consultoria, sobre uma convocatória no âmbito dos apoios “Next Generation” naquele país (aqui em Portugal corresponde ao famigerado PRR) para a digitalização de PMEs, neste caso microempresas (ou seja empresas entre 3 a 9 nove trabalhadores). Além de a “call” ser dirigida a empresas, a pequenas e médias empresas, melhor a microempresas, os seus termos eram de uma simplicidade e clareza desconcertantes, pois apresentam-se através de vales e em investimentos concretos, como websites, comércio eletrónico, gestão de redes sociais, gestão de clientes, gestão de processos, cibersegurança, etc., havendo limites para cada rubrica e um limite geral máximo que não pode ultrapassar os 6 mil euros. Isto provém de um país governado por um partido socialista, semelhante ao que temos aqui, que está obrigado a compartilhar o poder com a esquerda radical, cuja agenda a maior parte das vezes parece o resultado de um delírio alucinogénio, e permanentemente confrontado com os jogos de poder e influência das suas autonomias regionais, que mais privilegiam os interesses táticos de certos protagonistas ou partidos do que o interesse geral do país. Contudo, mesmo assim, a Espanha conseguiu apresentar um programa “Next Generation” simples, fácil de compreender e que já está no terreno, satisfazendo sobretudo as pequenas e médias empresas do país, injetando dinheiro na economia e minorizando os efeitos das crises sucessivas, algo que outros países, como a Grécia, fizeram ainda melhor e cujos resultados estarão à vista dentro de meses, algo que, desconfio, aqui nunca sucederá. E o que fazemos em Portugal? Depois da ridícula exibição de soberania de António Costa, que fez gala de

apresentar o primeiro programa “Next Generation” a Bruxelas, como um aluno bem comportado, adulator e obediente à disciplina do mestre, aliás secundado neste triste espetáculo pelo Presidente da República, que lhe deu respaldo em vez de ser voz das críticas legítimas que, desde cedo, a sociedade civil, especialmente a mais bem informada, lhe colocou, o país está a experimentar a verdadeira realidade do que é o “PRR – Programa de Resiliência e Recuperação”, que não passa de um “saco de vento”, uma “mão cheia de nada”, particularmente para aqueles que mais necessitam: as famílias mais vulneráveis e as empresas com menos dimensão e recursos, uma vez que está integralmente destinado a “desorçamentar” despesas do Estado ou a beneficiar grandes empresas, que beneficiam da simpatia do Executivo pelas mais variadas razões. Basta comparar o que são os programas de apoio à digitalização das empresas, no âmbito do nosso PRR, cujas convocatórias mais parecem documentos para interpretação cabalística de iniciados, certamente feito por “pequenos génios” recrutados pelos gabinetes ministeriais nas grandes consultoras ou escritórios de advogados da capital (como sempre), que sabem tudo que vem nos livros e nada sobre a vida real, para perceber o mundo de distância que vai de países como Portugal e Espanha, assim como a explicação porque os nossos vizinhos crescem mais, têm maior poder de compra, são mais desenvolvidos em todos os aspetos e vertentes que queiramos analisar e porque são mais fiáveis, apesar dos enormes problemas que também enfrentam e atrás referi, para acolher o investimento, garantindo que se multiplica. Há uma maldição nacional que é a burocracia, que se alojou no DNA nacional como uma doença hereditária, que se vai transmitindo de geração em

geração, por mais que se proclame a vontade de ser erradicada. Não adianta a aparente vontade de certos Executivos ao criar secretarias de Estado da Reforma da Administração, da Desburocratização, da Simplificação Administrativa ou qualquer outro epíteto, em que a nomenclatura não oferece limites à imaginação, nem sequer a proliferação de programas como o Simplex, supostamente para retirar burocracia a meia dúzia de procedimentos, que são suplantados, logo de seguida, como o crescendo de complexidade burocrático em mais 600, sem que ninguém fale ou importe. Na verdade, importa ter presente que a burocracia é uma inestimável arma de controlo que utiliza o Estado para se perpetuar no poder, pois não há nada mais sinistro e perigoso do que um funcionário público, com os seus pequenos poderes, com o seu carimbo de despacho, para fazer agilizar um processo ou para atribuir uma autorização, ou, pelo contrário, fazer perder para sempre no limbo dos tortuosos caminhos da decisão pública, um requerimento, um formulário, uma reclamação ou qualquer outro incidente. A burocracia é a grande teia protetora de um vasto mole de gente que vive do Estado e da Administração Pública. Sem a burocracia muita dessa gente ficaria desempregada, pois tornasse fácil perceber que uma boa parte dos procedimentos a que está encarregue são completamente desnecessários tal como os seus postos de trabalho. Manter a burocracia é manter emprego público, fazer crescer a burocracia é aumentar o emprego público, fazer expandir o Estado, até o tornar totalitário, razão pela qual, apesar da retórica política, sempre a soar a falso, este Governo, que se desvela pelo Estado, está pouco interessado em digitalizar a Administração Pública se isto representar reduzir os seus efetivos, até porque são eleitores, no momento próprio agradecidos e com memória,



Há uma maldição nacional que é a burocracia, que se alojou no DNA nacional como uma doença hereditária



tal como estará pouco empenhado em aplicar programas que realmente desburocratizem os serviços públicos ou simplifiquem a vida aos cidadãos. Manter a burocracia é garantir um Estado grande e indispensável, mesmo que obsoleto e ineficaz. Manter a burocracia é assegurar uma sociedade civil especialmente dependente da Administração Pública, do Estado e de governos que privilegiam estas opções de política pública, estatistas e centralistas, como vamos tendo e, infelizmente, viabilizando com o nosso voto incauto. Como seria simples sermos desenvolvidos e prósperos, desde que os Governos escolhessem com consciência as políticas públicas que fossem consequentes com o propósito do bem coletivo, bastaria que todos nós, assertivamente, escolhêssemos quem nos governa com esses propósitos generosos. Enquanto não o fizermos, não temos qualquer moral para nos queixarmos.

Hannover recebe maior feira da fileira da madeira

A Ligna, feira de referência da indústria do processamento e da transformação da madeira, está de regresso à Hannover Messe, após dois anos de interregno. São esperados mais de 90 mil visitantes, oriundos de uma centena de países e vão estar presentes cerca de 1500 expositores internacionais. A Ligna tem lugar de 15 a 19 de maio, sendo apresentadas as tecnologias mais inovadoras de toda a indústria da madeira.

Em 2023, esta feira será realizada no modelo híbrido. Com efeito, a presença física será

complementada com uma presença digital, cada vez mais uma ferramenta essencial para uma divulgação mais ampla e a possibilidade de estabelecer contactos e eventuais parcerias (pacote básico incluído no valor da participação física).

A Ligna conta com sete áreas de exposição, designadamente ferramentas e máquinas para produção em grande quantidade, produção de painéis em madeira, componentes para máquinas e tecnologia de automação, maquinaria para produção florestal, tecnologias de superfícies, tecno-

logia de serraria e energia a partir da madeira. A área de exposição ascende a cerca de 132 mil m².

Os visitantes têm a possibilidade de experienciar todo o processo, desde o planeamento até à logística, passando pelo processamento. Esta é também uma oportunidade para se encontrarem soluções para a atual situação nas cadeias de abastecimento, ao mesmo tempo que é dada a conhecer uma série de novas tendências. Em Portugal, a Ligna é representada pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã (CCILA).



Governo aprova normas de apoio à hortofruticultura

O Governo lançou normas excecionais para o setor das frutas e hortícolas para este ano. Entre as medidas contam-se a prorrogação do prazo de execução das ações programadas e não executadas para 15 de agosto de 2023, a alteração do conteúdo dos programas operacionais até ao limite de 60% do valor aprovado e o limite máximo referente à redução do fundo operacional passa a ser de 35% do montante inicialmente aprovado.

Consumidores da Zona Euro esperam inflação elevada e contração económica

Os consumidores da Zona Euro preveem uma elevada inflação e uma contração económica, de acordo com um inquérito realizado pelo BCE. A inflação situar-se-á nos 5% em 12 meses e nos 2,8% em três anos. Os consumidores também acreditam que a região da moeda única sofrerá uma contração de 1,3% em 12 meses e um aumento do desemprego até aos 11,5%.

Despesa em I&D atinge novo máximo histórico

A despesa total em Investigação e Desenvolvimento (I&D), em Portugal, atingiu um novo máximo histórico de 3565 milhões de euros em 2021. Este valor representou quase 1,7% do PIB (quando em 2020 se situava em 1,6%), evidenciando o aumento pelo sexto ano consecutivo da despesa em I&D em função do PIB.

A despesa em I&D aumentou em todos os setores de execução, no ano passado. O aumento foi particularmente expressivo nas empresas (+14,5%), setor responsável pela execução de 2111 milhões de euros, o que representou 59% da despesa nacional em I&D e 1% do PIB, de acordo com o Inquérito ao Po-

O aumento foi particularmente expressivo no setor das empresas

tencial Científico e Tecnológico Nacional. O setor do ensino superior também aumentou em cerca de 40 milhões (+ 3,4%), sendo responsável por 34% da despesa, equivalente a 1205 milhões de euros. Por seu lado, os recursos humanos afetos a atividades de I&D totalizaram 69 628, dos quais 56 202 desempenharam funções de Investigador. Em comparação com o ano anterior, estes valores traduzem um crescimento de 5% e 6%, respetivamente. Em comparação com 2020, a despesa em I&D aumentou em todos os setores de execução. Mas o crescimento foi particularmente expressivo no setor das empresas, que aumentou 14,5% (268 milhões de euros). As instituições privadas sem fins lucrativos registaram um aumento de 16 milhões de euros (+24%), o ensino superior de 40 milhões (+ 3,4%) e o Estado de cinco milhões de euros (+3,3%).

“O aumento da despesa em I&D pelas empresas e outras ins-

tuições privadas é o reflexo do crescimento do emprego qualificado e do compromisso do setor privado em se sofisticar e acompanhar o desenvolvimento científico e a capacidade tecnológica instalada em Portugal”, adianta o inquérito. De salientar que os investigadores continuaram a concentrar-se essencialmente no

setor do ensino superior, designadamente 28 864 (51% do total nacional de investigadores) e no setor das empresas, com 24 617 (44%). A proporção de investigadores na população ativa bateu novo recorde de 10,9 investigadores por mil ativos em 2021, o que compara com os 10,3 do ano anterior.



PUB

VidaEconómica

Novidade

Esta obra assume grande relevância na gestão das organizações porque qualquer problema de decisão, envolvendo escolhas entre diversas alternativas, obriga a avaliar as consequências de cada alternativa em futuro mais ou menos longínquo.

TEMAS ABORDADOS NA OBRA:

- CAPÍTULO 1 – Introdução
- CAPÍTULO 2 – Elementos básicos de probabilidades e estatística
- CAPÍTULO 3 – Elementos básicos de estatística indutiva
- CAPÍTULO 4 – A previsão por meio da regressão
- CAPÍTULO 5 – A previsão por meio das sucessões cronológicas

Inclui: Referências bibliográficas; Apêndice; Tabelas e Soluções

Título TÉCNICAS BÁSICAS DE PREVISÃO MATEMÁTICA

Autor Fernando de Jesus e João Veríssimo Lisboa

PVP €19,00 **PVP c/ desconto** €17,10



10%
DESCONTO
IMEDIATO



Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt>

✉ encomendas@grupovidaeconomica.pt ☎ 223 399 453

Coca-Cola e Pepsi incólumes à inflação

A Coca-Cola reviu em alta as suas previsões de crescimento para este ano, sobretudo devido a uma procura consistente, apesar do agravamento dos custos. Também a PepsiCo anunciou que não tem sido penalizada por um abrandamento da procura, ainda que se tenha verificado um crescimento dos preços. Este tipo de produtos tem passado à margem do elevado nível de inflação, na medida em que os consumidores privilegiam a compra de produtos alimentares.

Mercado imobiliário “arrefece”

O mercado imobiliário europeu vai mudar. O aumento dos preços da habitação que está a atravessar a Zona Euro começará a abrandar no próximo ano. Os preços continuarão a subir, mas de forma mais moderada, refere a S&P Global. Este abrandamento explica-se pelo menor acesso à habitação, devido às taxas de juro e a um agravamento dos preços a um ritmo mais acelerado do que os rendimentos das famílias.



JAIR FERREIRA
CESAE Digital

Uma nova vida para a formação de empresários

A capacitação digital das empresas está incluída no conjunto de dinâmicas empresariais que os gestores deverão encetar em parceria com outras valências do seu negócio. Com o decorrer do tempo, esta nova realidade vai ser incorporada nos processos de decisão e gestão com alguma normalidade, mas há um período de adaptação que é preciso trabalhar. A criação de novas competências, ao nível dos gestores, quadros técnicos, operários especializados, técnicos administrativos, e outros colaboradores é fundamental para a diferenciação empresarial e a capacitação individual dos colaboradores.

As empresas antes de investirem em equipamento têm necessidade de dotar os seus colaboradores com competências que permitam rentabilizar o potencial transformador desses equipamentos e dos novos processos que geram. Neste contexto, existem algumas iniciativas que as empresas podem usufruir: identificar as suas necessidades, encontrar as ferramentas de trabalho mais apropriadas para ultrapassarem potenciais debilidades, implementar as medidas necessárias para as executarem e efetuarem um processo de avaliação

das mesmas, ou seja o planeamento organizado da mudança. Uma das iniciativas que está ao alcance da maior parte das empresas nacionais são os chamados projetos Formação Ação que integram em si todos os passos atrás identificados, com uma metodologia de trabalho já testada e aperfeiçoada. Este projeto acrescenta em si uma outra componente muito importante: é que está em consonância com a dimensão das empresas – micro, pequenas e médias.

No panorama nacional da formação profissional, o CESAE Digital tem uma história relevante associada ao Projeto Formação Ação em várias edições, através de consultores/formadores muito experientes e adaptados aos contextos de cada negócio, gerando o mais importante para nós: os saberes adquiridos, a partilha de experiências e o deixar rasto nas empresas envolvidas e qualificadas por aquela intervenção. Se capacitar é sinónimo de habilitar, quando falamos de capacitação digital estamos a falar num contínuo de novas aprendizagens, novas competências na temática digital. Quando falamos de capacitação digital também falamos de novas tecnologias, novas formas de comunicação, um acesso mais facilitado

à comunicação. São mutações muito rápidas a que as empresas precisam de estar atentas e serem proativas. O novo programa estratégico de apoio ao desenvolvimento económico e social, o Portugal 20/30, pretende uma Europa mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos, pelo que os programas de Formação Ação de empresários nos parece ser uma boa resposta às expectativas das empresas, assegurando e estimulando o potencial de modernização das empresas e um contínuo reforço das competências digitais dos seus colaboradores. O CESAE Digital vai continuar a prestar o serviço público que as empresas merecem, num alinhamento constante com as diretrizes e os procedimentos dos novos projetos do PT20/30 e, deste modo, prestando apoio às entidades produtivas, de acordo com os seus objetivos, numa perspectiva de crescimento económico e melhoria da sua capacidade produtiva.

Entendemos que só com esta nova geração de programas, já testados e com resultados muito positivos nas empresas, é que asseguramos uma verdadeira capacitação e formação de Empresários para o século XXI.



ANTAS TELES
Docente do ISAG - European Business School

Mais uma vez o “pobre” alojamento local

Já em outras ocasiões, neste jornal, manifestei a opinião de que a atividade exploradora de estabelecimentos de alojamento local “resiste” (e, felizmente, recupera bem nesta altura pós-pandémica) apesar dos maus-tratos que o legislador lhe vem dando. Em sete anos (2014-2021) houve várias alterações legislativas, vários regimes transitórios, inoportunas exigências legais ou regulamentares. Porém, não houve tempo (!) para legislar sobre o principal problema que se colocava aos tribunais: conseguido registo para abertura ao público e funcionamento de estabelecimento de alojamento local em fração autónoma de prédio em propriedade horizontal, fração essa com destino habitacional fixado no título constitutivo, poderiam os condóminos alegar uso diverso do mencionado e conseguir que a atividade não prosseguisse?

Face ao problema descrito, os tribunais (nas suas várias instâncias, incluindo o Supremo Tribunal de Justiça), decidiram em sentidos diversos: por vezes declarando que os tais estabelecimentos

podiam funcionar em frações autónomas de prédios em propriedade horizontal, desde logo porque o alojamento local se englobava na noção de “habitação” e também porque o legislador (mesmo o de 2018 – Lei 62/2018, de 22 de Agosto) apenas exigia autorização de utilização adequada dos edifícios em causa; outras vezes declarando que a menção, no título constitutivo da propriedade horizontal, ao destino “habitação” significava impossibilidade de exploração de alojamento local (sendo uso diverso do previsto).

Em 10 de maio de 2022 é publicado no Diário da República nº 90 o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça nº 4/2022. Uniformiza jurisprudência tomando posição no problema enunciado. O Sumário é o seguinte: “No regime da propriedade horizontal, a indicação no título constitutivo, de que certa fração se destina a habitação, deve ser interpretada no sentido de nela não ser permitida a realização de alojamento local.”

Mais uma machadada nesta atividade

económica: os milhares de investidores que confiaram no Estado e nas suas instituições (que permitiram a entrada em funcionamento dos seus estabelecimentos em frações autónomas de prédios em propriedade horizontal) estão agora “na mão” de um qualquer condómino que proponha ação em tribunal, desde logo inspirada no acórdão uniformizador de jurisprudência referido...!

Sem cuidar de saber do bem ou mal fundado do acórdão (a nosso ver vai no mau sentido...) uma coisa é certa: repete-se a história e sempre que uma atividade económica é bem-sucedida em Portugal os fatores de desestabilização surgem... obviamente vindos das entidades públicas.

Talvez a solução venha de fora (como vem sendo habitual face à falta de coragem nacional – só conhecemos uma iniciativa legislativa nesta matéria depois do acórdão da autoria da Iniciativa Liberal): a Comissão Europeia prepara-se para legislar em matéria de arrendamentos turísticos de curta duração em 2022...!!

BCE define Instrumento de Proteção da Transmissão

Com as estatísticas a apontarem para um abrandamento do crescimento económico na segunda metade do ano e a inflação a manter-se a níveis elevados, o Conselho do BCE aprovou a criação do Instrumento de Proteção da Transmissão (IPT).

O IPT consiste num programa anticrise da dívida pública para apoiar a transmissão eficaz da política monetária e permitir ao BCE “cumprir mais eficazmente o mandato de manutenção da estabilidade de preços”. Através deste instrumento, o BCE poderá intervir, caso seja necessário, para impedir um aumento desproporcionado das taxas de juro de alguns países, através da compra de títulos de dívida. A intervenção do IPT exige aos países da região da moeda única o preenchimento de vários critérios. O Banco Central Europeu garante que avaliará caso a caso.

Um primeiro critério passa por estar em conformidade com o quadro orçamental da União Europeia, isto é, não estar sujeito a um procedimento por défice excessivo ou não ter falhado no cumprimento de uma recomendação do Conselho da UE. Um outro critério é a ausência de desequilíbrios macroeconómicos graves, o que significa não estar sujeito a um procedimento de desequilíbrio excessivo ou não ter tomado as medidas corretivas recomendadas pelo Conselho. Terá também de se verificar a sustentabilidade orçamental, baseada nas análises de sustentabilidade da dívida da Comissão Europeia, do Mecanismo de Estabilidade Europeu, do Fundo Monetário Internacional e de outras instituições, juntamente com a análise interna do BCE.

Finalmente, o banco central aponta o critério de políticas macroeconómicas sólidas e sustentáveis, através do cumprimento dos compromissos apresentados nos planos de recuperação e resiliência para o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e das recomendações específicas por país da Comissão Europeia.

EDPR adquire plataforma de desenvolvimento solar na Alemanha

A EDP Renováveis chegou a acordo para a aquisição de uma participação acionista de 70% na Kronos Solar Projects, uma empresa de desenvolvimento solar baseada na Alemanha. O preço da aquisição é de 250 milhões de euros, pago à data da conclusão da transação e uma taxa de sucesso adicional a ser paga durante 2023-28, dependente da capacidade solar entregue pela Kronos.

A transação também inclui uma “call/put option” nos outros 30% de participação minoritária, exercível de 2028 em diante, com o preço da opção a ser definido pelo estado dos projetos renováveis em desenvolvimento da Kronos à data. A transação permite à EDPR entrar na Alemanha e nos Países Baixos, os quais beneficiam de objetivos renováveis ambiciosos, dado o aumento da importância dada à segurança da entrega de energia e da sua independência. A Alemanha, mercado doméstico da Kronos, representa cerca de 50% do portfólio de desenvolvimento solar adquirido. Com esta transação, a EDPR expande a sua presença para 12 mercados na Europa, que no seu total representam mais de 90% das adições de capacidade solar esperadas na UE até 2030.

The Next Big Idea apresenta guia de startups

A plataforma The Next Big Idea lançou um guia com informação sobre as startups de Web3 que operam no mercado português. Consiste numa lista de projetos em áreas que vão ser impactadas pela tecnologia de blockchain. Trata-se de uma primeira edição a partir de uma base de dados que será regularmente atualizada e complementada com informação sobre os novos players e a estratégia deste novo mercado web.

ANCEVE pede medidas urgentes ao Governo

O aumento continuado dos preços das matérias-primas e dos custos, em geral, está a levar inúmeros produtores, que constituem o grosso do tecido empresarial da fileira vitivinícola, à beira da falência. A ANCEVE – Associação Nacional dos Comerciantes e Exportadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas alerta para a necessidade do Executivo agilizar um plano de apoio extraordinário à fileira do vinho, um setor que está a ficar estrangulado pelo “aumento brutal” dos custos.



AMALIO DE MARICHALAR
Conde de Ripalda

Espanha é liberdade

Temos diante de nós não um projeto, mas uma grande realidade, uma grande responsabilidade, uma grande nação. Espanha.

Um exemplo na história da humanidade, e um exemplo que deve ser na continuação da história que temos.

Uma grande nação é aquela que acredita em si mesma, antes de tudo, e aquela que acredita na sua história, na sua religião, na sua cultura, na sua constante criação e na sua tradição.

Uma grande nação é aquela que se respeita, respeita os outros e é respeitada pelos outros.

Uma grande nação é aquela que assume sem hesitação a sua responsabilidade pelo passado, a sua responsabilidade pelo presente e a sua responsabilidade pelo futuro.

Uma grande nação é aquela que trabalha sem complexos todos os dias, orgulhosa do seu passado, orgulhosa do seu presente e orgulhosa do trabalho árduo que prepara o seu futuro.

A Espanha é essa nação, uma grande nação, a primeira nação europeia e uma das primeiras do mundo, juntamente com Portugal, descobridora de meio mundo, que soube existir ao longo de vinte e dois séculos. Quis descobrir para o mundo a liberdade, dignidade, honra, sacrifício, independência e paz, através do heroico povo Numantino. Quis fundir-se com o legado greco-romano e o fio condutor e espinha dorsal do cristianismo e a partir daí lutar durante oito séculos pela sua independência, reconquistando a sua terra. Descobrir um novo mundo, um acontecimento excepcional, na história universal, também fazendo a circunavegação pela primeira vez, criando direitos humanos, como um evento sem precedentes na evolução do homem.

Lidera a ciência, as artes e o conhecimento em todas as formas, povoa o novo mundo com universidades e, em suma, preside aos avanços mais importantes da humanidade ao longo de três séculos. Essa é a Espanha. Uma nação que semeou o mundo com personagens de primeira linha em todas as áreas e personagens minimamente conhecidos, desconhecidos ou ainda por

conhecer, que semearam o mundo inteiro com tudo de melhor e de importância exemplar em qualquer assunto imaginável. Hoje, nos nossos dias, continuamos em qualquer uma das etapas que menciono e somos a primeira potência ou entre as primeiras em solidariedade, avanços científicos e médicos, humanistas, exemplos militares, empresários, artistas de todas as disciplinas, missionários, arquitetos, engenheiros, matemáticos, atletas, gastrónomos, voluntários... continuamos a ter os primeiros ou estamos próximos deles, porque temos essa herança adquirida há séculos e continuamos a ser

que nos afligem e também dos males do exterior, mas temos de reivindicar todos os exemplos a que somos obrigados. Uma grande nação não pode desistir. Nós, espanhóis, temos uma visão clara dos valores do nosso país, daqueles que nos fizeram grandes e aqueles que enraízam a nossa sociedade para enfrentar com segurança os maiores desafios do presente e do futuro. Ninguém pode quebrar esse objetivo emocionante e permanente. A Espanha não é o egoísmo e a deslealdade de algumas regiões através apenas dos seus políticos, regiões que tanto contribuíram durante séculos para nossa grande e



dignos dela, sabendo adaptá-la, usá-la e melhorá-la, se possível, no dia a dia, onde for necessário. Sabemos muito bem de onde viemos e sabemos para onde queremos ir.

Claro que tivemos momentos trágicos na nossa história - quem não tem, mas o balanço é tão positivo que nunca podemos abrir mão da legítima e merecida aspiração de melhorar, mas do quanto e do quanto já somos bons.

Complacência, nunca. Orgulho saudável, claro, e sem complexos.

Claro que não estamos isentos dos males

exemplar história em comum. A Espanha não é a impunidade dos funcionários públicos dessas regiões, que traem a nação e não cumprem a constituição, as leis e as normas.

A Espanha não é um governo que trai a sua obrigação e trai a nação. A Espanha não é uma deriva programada e patrocinada pelos atuais altos funcionários do governo, de todos os fundamentos que a fazem ser o que é, e não é a traição do espírito de reconciliação e paz que graças a um Rei excepcional, que nos trouxe a democracia, e com ela, recuperar e retomar, após um

período trágico, uma trajetória exemplar do nosso compromisso histórico universal e em relação a nós próprios.

A Espanha deve recuperar com força a verdade e a liberdade, comuns a todos, independentemente de opiniões políticas, antes de tudo com a Constituição e a lei, e respeitando a nossa história, a nossa cultura, a nossa religião, a nossa língua e as tradições seculares. Respeitar, admirar, conhecer e pelo menos saber, como uma questão essencial, de onde viemos... A Espanha que se quer impor por decreto quebrando nossas consciências e liberdade é uma traição à nossa mais simples inteligência e bom senso, além de representar uma traição. Somente aqueles que assim agem, com deslealdade e mentira, desprezam e enganam a si mesmos e quebram sua dignidade e consciência. E isso, naturalmente, não é a Espanha.

A Espanha é a alegria e a esperança compartilhadas com um projeto comum dirigido pela lealdade, pela honra e pela responsabilidade que todos devemos liderar.

A Espanha é tudo de melhor que temos e o compromisso é banir os nossos demónios para sempre.

Espanha é o abraço que sempre foi, e sempre tem que ser, mesmo sendo diferente.

Espanha é harmonia e paz... mensageira do bem.

A Espanha é a memória e a dívida para com os nossos mais velhos e o trabalho honesto hoje e amanhã, que satisfaz as nossas consciências e alegra a sua memória. A Espanha é o ensino de história que envolve a nossa alma e nos dá valores nacionais, que são o elo mais forte em que os nossos filhos podem agarrar.

A Espanha é aquela viagem sem fim de um galeão que navega pelas tempestades e bonanças com um leme firme, com a confiança de chegar em segurança a cada porto.

A Espanha é a alegria de consciências limpas, alma limpa e valores firmes, como nos ensinaram os nossos pais, capazes de unir forças em busca do melhor.

Espanha é dignidade, honra, sacrifício e verdade. Espanha é liberdade.

PUB

veLIVRARIA

08 A 26 AGOSTO

SALDOS DE VERÃO

Celebre o Verão com descontos até 80% em livros e ebooks!

Iniciativa promocional nos termos do regime jurídico do preço fixo do livro.

EDP vende participação na Hydro Global

A EDP vendeu à chinesa China Three Gorges a sua participação de 50% na Hydro Global, com sede em Hong Kong, por cerca de 68 milhões de euros. O seu principal activo é um projeto hídrico no Peru, atualmente em construção. “A alienação da participação detida na Hydro Global permitirá à EDP continuar a sua trajetória de crescimento, mantendo o foco em ativos de geração renováveis, redes e prestação de serviços de valor acrescentado”, refere a elétrica em comunicado.

Amazon adquire One Medical

O gigante do comércio eletrónico Amazon anunciou um acordo para a aquisição da empresa norte-americana de serviços médicos One Medical, por um valor de 3,9 mil milhões de dólares. A acontecer, será uma das maiores aquisições de sempre por parte da Amazon. O objetivo é reforçar a aposta no setor da saúde, tal como estão a fazer outras tecnológicas, como a Apple ou a Microsoft.

Casos da Vida Judiciária

TIAGO MARCELINO MARQUES
Advogado Coordenador RSA-LP



Há benefícios na redução da semana de trabalho 4 dias?

Tem-se vindo a ler nas notícias sobre a intenção do Governo em aprovar as alterações à lei laboral, nomeadamente no que concerne novos modelos de organização do trabalho, incluindo experiências como a semana de quatro dias em diferentes setores de atividade.

Ora, se numa primeira leitura, muitos trabalhadores possam ser levados a pensar que se trata de uma boa notícia, pois terão mais um dia de descanso semanal, numa pesquisa mais aprofundada tal notícia poderá não ser tão atractiva como isso, pois o preço que os trabalhadores poderão vir que ter a pagar com essa redução é bastante elevado, e não, não se está a falar em termos de retribuição. Assim, do que já foi permitido verificar através das notícias e mais concretamente por parte da Ministra do Trabalho, efectivamente, há uma grande preocu-

passarem a ter uma semana de trabalho de quatro dias vai piorar durante esses quatro dias para poder melhorar durante um, uma vez que em vez das normais 8 horas de trabalho diárias, fazendo-se uma conta básica, passarão a ter 10 horas de trabalho diárias.

Não será preciso muito para se perceber que alguém que, por exemplo, entrava às 9:00 e saía às 18:00 (com uma hora de almoço), terá que abdicar de algo; seja da hora de almoço, seja no horário de entrada, seja no horário de saída ou, por e simplesmente, no horário de entrada de almoço e de saída...

Ainda em tempo, seria de ver esta solução (da redução do número de dias de trabalho semanal) como sendo efectivamente uma boa solução para todos, sejam empresas, sejam trabalhadores.

Porque não reduzir efectivamente o número de horas semanais para as 32 horas

várias décadas, chama-se aumento de produtividade.

Se cada a cada trabalhador lhe for dito que em determinado dia tem que realizar um determinado número de tarefas e depois disso pode ir para casa, de certeza que as tais 8 horas que se estaria a retirar das horas de trabalho semanal não fariam qualquer diferença para as empresas. Aliás, provavelmente, situações haveria em que não seriam sequer precisas as 8 horas de trabalho diário.

A crescer, salvo melhor opinião, os ganhos, para todos os envolvidos (empresas e trabalhadores) seriam incomparavelmente maiores do que as perdas.

Assim, e o mais importante de todos, tendo em consideração a base dos estudos que estão a ser levados a cabo pelo Governo, efectivamente garantia-se o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores, ficando estes, efectivamente com mais tempo para a sua vida pessoal/social.

Também, no que concerne as empresas, logo à partida, estas também não perderiam, pois verificando-se o cumprimento das tarefas por parte dos trabalhadores, o cumprimento dos objectivos das empresas em termo de gestão também ficariam assegurados.

Mas, mais do que as empresas não perderem, poderá considerar-se que as empresas teriam mesmo margem para ganhar. Assim, por um lado, em termos de eficiência, todas as empresas (ou pelo menos grande parte) passariam a ser mais eficientes, com tudo o que isso acarreta, pois já se sabe que a ineficiência também é um custo, tal como, por outro lado, também seria possível, aumentar o seu volume de trabalho, uma vez que, ao reduzirem o número de horas de trabalho (com garantia, obviamente, do cumprimento de tarefas), conseguirão contratar mais trabalhadores para que estes consigam assegurar uma maior produção.

Simultaneamente, e confesso que me dava um gozo pessoal, seria ver Portugal a sair da cauda dos países menos produtivos com que temos que ser confrontados anualmente.

Concluindo, há benefícios na redução da semana de trabalho 4 dias? Efectivamente pode haver, mas será preciso deixar cair a dicotomia horas de trabalho/produção e assumir a dicotomia cumprimento de tarefas/produtividade.

“Há benefícios na redução da semana de trabalho 4 dias? Efectivamente pode haver, mas será preciso deixar cair a dicotomia horas de trabalho/produção e assumir a dicotomia cumprimento de tarefas/produtividade”

pação por parte do Governo em garantir que não haja redução de retribuição para os trabalhadores. O que preocupa é tudo o resto, em que fica patente que o dia a mais de descanso para os trabalhadores tem um custo muito elevado.

Deste modo, e ressalve-se que o Governo ainda só está disposto a avançar com estudos e não com medidas legislativas, das várias notícias que têm vindo a ser veiculadas, por parte das empresas não há qualquer intenção de redução do horário de trabalho, antes sim, a compactação do mesmo. Traduzindo por outras palavras, os trabalhadores não deixarão de ter uma redução da carga horária semanal, antes sim, vão trabalhar mais horas por cada um dos quatro dias de trabalho para poderem ter o tal dia extra de descanso.

Ou seja, do que tem vindo a público, a qualidade de vida dos trabalhadores que

não se sobrecarregando os quatro dias de trabalho efectivo? Não seria preciso muito, seria única e exclusivamente uma questão de mudar a forma de pensar o trabalho e no lugar de obrigar as pessoas a aumentarem o seu horário diário de trabalho, que tal apostar em objectivos de cumprimento de tarefas para cada trabalhador?

Todos os anos, cada um de nós vê nas notícias, redes sociais, etc, vários estudos que dizem que os trabalhadores portugueses são pouco produtivos. Certamente, também cada um nós terá o mesmo pensamento que será então mas eu estou não sei quantas horas a trabalhar e dizem que não sou produtivo?

Com o que se referiu acima, de dar nota que ninguém está a inventar a roda uma vez que esta fórmula já é aplicada em vários países do continente europeu há



JOSÉ MARTINO
Cidadão,
Lutador pelo
Desenvolvimento
de Portugal

A nossa realidade agrícola (3)

O que parece ser um objetivo da política agrícola europeia e nacional, incentivar investimentos que não se realizaram por falhas de mercado, repercutiu-se num sistema de ajudas que se tem mantido demasiado tempo com mais ou menos os mesmos parâmetros, após cada Quadro Financeiro Plurianual (QFP). Cada quadro seguinte não mantém o que está bem, nem melhora o que está mal, limitando-se, infelizmente, a reinventar as regras das medidas e ações dentro do enquadramento do passado, o que se traduz em mais burocracia kafkiana. Tudo isto resulta numa adulteração, numa distorção da racionalidade económica na decisão e no timing em que a maioria dos promotores toma as suas decisões de investimento, optando por realizar investimentos que têm como única justificação a existência de subsídios que os apoiam. Ou então há adiamento da tomada da decisão de investimentos, enquanto as candidaturas estão fechadas e até estarem de novo disponíveis ou, ainda pior, há decisão instantânea, forma leviana de o fazer, na altura em que estão abertas as candidaturas, o que se traduz, em muitos casos, em decisões de investimento de última hora, alguns dias antes da data limite de submissão das candidaturas. Esta atitude deve-se a um forte sentimento por parte dos interessados de que não se pode perder a oportunidade única de obter ajudas públicas ao investimento. Os promotores interiorizam a mensagem que é passada regularmente pelos responsáveis políticos em cada QFP, quer no seu lançamento quer ao longo da respetiva vigência: “última oportunidade para captar ajudas!”.

Ausência de talento dificulta crescimento

As intenções de contratação mantêm-se bastante otimistas, com 37% dos empregadores nacionais a esperar aumentar as suas equipas no terceiro trimestre, de acordo com um inquérito da Manpower. Todavia, esse otimismo é refreado pela atual escassez de talento, com 85% dos empregadores a relatar dificuldades no preenchimento de vagas de trabalho, devido à falta de talento qualificado. Os dados sugerem que nunca foi tão difícil atrair, ativar e fidelizar o talento.

Iberdrola e bp aceleram mobilidade elétrica em Portugal

A Iberdrola e a bp chegaram a acordo para estabelecer uma aliança estratégica para acelerar a transição energética. As empresas vão colaborar para expandir significativamente a infraestrutura de carregamento público rápido de veículos elétricos, de forma a aumentar a penetração da mobilidade elétrica, bem como para desenvolver centros de produção de hidrogénio verde em larga escala em Portugal, Espanha e Reino Unido.

ENSAIO CLÍNICO REVELA MELHORIA DO ESTADO DE SAÚDE DE 76%

Novo farmacêutico natural melhora tratamento do Covid-19

Um estudo/ensaio clínico Chopin da Artialis, centro de investigação e desenvolvimento, situado em Liège, Bélgica, revela que 76% dos pacientes hospitalizados submetidos a tratamentos standard Covid teve alta hospitalar ao sétimo dia, após toma do complemento Nasafytol, composto por curcumina, quecetina e vitamina D, contra 42% dos pacientes que integraram um grupo que tomou unicamente vitamina D.

Este complemento já está a ser comercializado em Portugal pelo Grupo Tilman, especialista em farmacêuticos naturais (caixas de 30 comprimidos com o PVP de 21,60). Setenta e dois por cento das vendas do grupo acontecem na Bélgica, país onde o ensaio clínico foi levado a cabo, entre abril e outubro de 2021, nas unidades do Hospital CHIREC (Delta, Braine-L'Alleud e Saint-Anne/Saint-Rémi), mas, quando a apresentação à imprensa dos resultados do estudo em Lisboa, em que a "Vida Económica" marcou presença, é dada a nota de negociações a decorrer para a venda do Nasafytol noutras mercados internacionais.

Referência ainda para outro dado do estudo belga, nomeadamente a diminuição do nível de severidade clínica fixado pela OMS para o Covid-19 registada no estudo, sendo superior no grupo tratado com o Nasafytol ao sétimo dia (50%) e para a diferença significativa constatada no número de pacientes que sofreram complicações graves relacionadas com o Covid-19, pois nos doentes tratados com o Nasafytol não se registaram complicações ou transferências para as unidades de cuida-



“Estamos muito satisfeitos com os resultados alcançados por este ensaio clínico”, afirma Jean Gérain, médico internista e chefe da Unidade Covid do Grupo Hospitalar CHIREC.

dos intensivos nem tão pouco mortes.

Enquanto nos pacientes a que foi ministrada apenas vitamina D, cinco tiveram complicações graves, quatro foram transferidos para unidades de cuidados intensivos e um faleceu.

Importância de manter um bom sistema imunológico

“Nos últimos anos, colocámos o nosso foco no tema Imunidade e ainda mais desde a pandemia, porque o Covid realmente desenvolveu a nossa consciência sobre a importância de manter um bom sistema imunológico”, explica Jean Gérain, chefe do Serviço de Medicina Interna no Delta (unidade do grupo hospitalar CHIREC). Acrescenta ainda que “assim como muitos

investigadores e laboratórios, acelerámos as nossas pesquisas sobre esse assunto e descobrimos muita literatura e estudos”, concluindo que “os componentes do Nasafytol mostraram-se muito interessantes para auxiliar as defesas naturais nos estudos mundiais e isso levou-nos a reposicionar o produto e comercializar o Nasafytol como indicado para o reforço da imunidade”.

“Estamos muito satisfeitos com os resultados alcançados por este ensaio clínico e por podermos oferecer um adjuvante aos tratamentos standard que contribui para reduzir o tempo de internamento, para salvar vidas e para diminuir substancialmente a carga de trabalho dos profissionais de saúde nos hospitais”, remata o especialista em Medicina Interna.



AMÍLCAR AUGUSTO,
CEO e Fundador da Think
Attitude

Cibersegurança: a oferta acompanha a procura?

A celeridade da transformação digital com que nos deparamos hoje em dia é intimidante e coloca as empresas em constante alerta. Numa época em que o trabalho remoto é uma realidade e a digitalização das empresas continua a desenvolver-se, os riscos digitais e consequentes ataques informáticos vão continuar a surgir.

Cada vez mais empresas têm sido alvo de ciberataques, a uma escala global e em diversos setores de atividade, levando-as a definir estratégias para se readaptarem e fortalecerem os seus sistemas informáticos, os seus dados, as suas pessoas e os seus clientes.

A realidade é que a maioria das empresas não está ainda capacitada para este desafio atual, e pior, muitas nem sequer estão sensibilizadas para esta problemática crescente. Qualquer organização deve responsabilizar-se nesse sentido, com as ferramentas certas, mas também recursos humanos competentes, com formação atualizada e experiência no terreno.

Segurança cibernética, proteção de dados e privacidade são temas que estão em cima da mesa, como consequência das alterações dos hábitos de trabalho e da velocidade com que se vive a transformação digital. As equipas de segurança das empresas têm de estar bem preparadas para encarar com resiliência os desafios de cibersegurança e é importante dotá-las com conhecimento que lhes permita estar na linha da frente.

Nos últimos anos, a oferta formativa nas áreas de cibersegurança tem vindo a aumentar como resposta à crescente necessidade destes especialistas no mercado de trabalho. Contudo, ainda existem algumas limitações, uma vez que o foco tem incidido em perfis com maior senioridade, o que por vezes limita a seleção destes recursos.

O crescimento da cibersegurança é notório, de tal forma, que a própria área foi obrigada a sofrer uma segmentação,

obrigando os interlocutores a especializarem-se cada vez mais. Há uns anos atrás, um anúncio para uma área de segurança conseguia ser muito versátil, hoje em dia há uma procura crescente por conhecimento específico em tecnologias e ferramentas concretas. É uma área de valor acrescentado, com oferta de emprego gradual e formação cada vez mais aprofundada e fragmentada.

Esta tendência vai crescer por mais alguns anos e grande parte dos investimentos em TI estarão centrados na cibersegurança, considerando o aumento dos dados digitais e a sua exposição ao risco.

Tendo em conta este cenário, é natural e perceptível um aumento do número de pessoas a querer trabalhar na área, mas infelizmente, a maioria ainda não tem experiência e formação suficientes. Apesar de pretenderem evoluir dentro das empresas. Por outro lado, a procura crescente por parte das empresas também está focada em perfis já experientes, que reconhecem o seu valor no mercado e, que por esse motivo, têm expectativas salariais demasiado elevadas, face à conjuntura nacional. Embora exista oferta para as necessidades, a que existe está desenquadrada com a procura, tanto ao nível do tempo de experiência como das expectativas salariais.

É importante as organizações apostarem em programas de formação e sensibilização sobre o tema, com iniciativas dinâmicas e simulacros de ataques informáticos, direcionados aos diferentes setores da empresa. Ações diferenciadoras e atualizadas, de forma que os recursos humanos se sintam motivados e possam crescer dentro da própria empresa.

E todos estes desafios devem estar no top of mind dos responsáveis das empresas, tanto na disponibilização de ferramentas para manter as organizações em segurança como na formação dos seus recursos.

Agenda Jurídica 2023

**-20%
DESCONTO**

**Campanha Pré-venda
até 31 agosto**

Brevemente disponível em várias cores

**Encomende
já a sua**

**Líder do
mercado**
Desde 1996

Agenda Jurídica
2023

AEP debate indústria e sustentabilidade

A AEP – Associação Empresarial de Portugal vai levar a efeito o Congresso Portugal Empresarial, dedicado ao tema “Indústria e sustentabilidade”. O evento tem lugar a 16 de setembro, na Exponor, e junta empresários, decisores e académicos para debaterem a competitividade, a reindustrialização, a sustentabilidade e outras matérias do desenvolvimento. No mesmo dia serão também entregues os prémios AEP, que visam distinguir empresas e empresários.

Zome aumenta volume de negócios em 12%

A Zome, mediadora imobiliária nacional, fechou o primeiro semestre do ano com um volume de negócios de 353,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 12% face ao período homólogo do ano passado. Durante os primeiros seis meses do ano, a Zome registou um aumento de cerca de 40% na rede de hubs, em comparação com o mesmo período do ano passado.

CARLOS VAQUEIRINHO, DIRETOR-GERAL DA PROSEGUR ALARMS, CONSIDERA

Setor dos sistemas de alarme tem elevado potencial de crescimento

“O setor dos sistemas de alarme apresenta um elevado potencial de crescimento no nosso país, uma vez que a sua taxa de penetração, aproximadamente 8%, é muito inferior à de outros países. Se olharmos para outros países europeus e EUA, as taxas de penetração rondam os 15% e os 20%”, afirma Carlos Vaqueirinho, diretor-geral da Prosegur Alarms.

Com uma estratégia direcionada para soluções à medida de cada cliente, a Prosegur Alarms aposta em serviços com tecnologia topo de gama. É o caso do sistema de proteção pessoal ContiGo ou do Prosegur Olho de Falcão



“A ideia de que um sistema de alarme só é necessário em casas grandes, com uma grande família e jardins é um conceito cada vez mais ultrapassado”, afirma Carlos Vaqueirinho.

inibição e sabotagem, e possui um elevado nível de inovação tecnológica.

Na Prosegur Alarms, bem como em todo o Grupo Prosegur, apostamos em serviços com tecnologia topo de gama, nomeadamente detetores de movimento e de fumo, câmaras em circuito fechado, serviços remotos, sirenes interiores e exteriores e outras soluções de segurança personalizadas, tais como o serviço ContiGo ou Vigilante Premium com guarda de chaves.

Adicionalmente, os clientes da Prosegur Alarms têm acesso à aplicação SMART, através da qual podem visualizar o que acontece na sua casa ou negócio, ligar e desligar o alarme e receber notificações da sua atividade. Todos os nossos sistemas estão conectados

à nossa Central Recetora de Alarmes (CRA), que funciona 24 horas por dia e contam com ligação permanente à polícia.

ContiGo é dos serviços mais procurados

VE - O verão é a época do ano para a qual têm mais solicitações para instalação de alarmes? Quais são as razões pelas quais são solicitados alarmes?

CV - O nosso pico de vendas é no período de verão e férias da Páscoa, Natal e Ano Novo. Por norma, no período das férias as pessoas pensam mais na segurança das suas casas, o que faz com que o número de contratações aumente nestes períodos. No entanto, temos vindo a verificar uma tendência cada vez mais contínua durante todo o ano.

Por outro lado, a ideia de que um sistema de alarme só é necessário em casas grandes, com uma grande família e jardins é um conceito cada vez mais ultrapassado. Os agregados familiares estão mais diversos, desde pessoas que vivem sozinhas ou partilham um apartamento, a famílias monoparentais ou casais sem filhos. Como resultado, cada vez mais pessoas optam por instalar um sistema de segurança, especialmente por uma questão de comodidade e tranquilidade.

Além disso, existe um interesse crescente em sistemas que protegem fora de casa como o ContiGo. Este sistema de proteção pessoal da Prosegur Alarms acompanha os utilizadores onde quer que se encontrem e disponibiliza um botão de SOS no telemóvel que, quando ativado, emite um sinal diretamente à Central Recetora de Alarmes, juntamente com a localização do usuário. Quando o botão de SOS é acionado, o protocolo de emergência é ativado de imediato para que a assistência seja feita o mais rapidamente possível.

VE - Os preços pagos justificam as contrapartidas? O que inclui o contrato de instalação de alarme?

CV - Sem dúvida, não se trata apenas de uma questão de segurança, mas também de conforto e tranquilidade. Existem serviços como o nosso que têm o poder de impactar de uma forma muito positiva a vida de uma pessoa ou agregado familiar, seja na sequência de um assalto, um incêndio ou uma emergência médica.

Para além de disponibilizarmos os melhores sistemas de segurança aos nossos clientes, garantimos também a manutenção, preventiva ou corretiva dos equipamentos, com garantia vitalícia e assistência técnica permanente. Dessa forma, tem a certeza que os equipamentos estão sempre atualizados e que tem técnicos especializados à sua disposição para que nada falhe no seu dia-a-dia.

Aposta na inovação

VE - A Prosegur vai contratar novos profissionais para a área de Alarmes?

CV - Atualmente, contamos com mais de 600 colaboradores em Portugal e, recentemente, anunciamos a intenção de contratar 100 novos comerciais. Estes novos colaboradores terão um papel decisivo no pico de vendas.

VE - A inovação de produtos e serviços inovadores é um fator importante para a marca?

CV - A inovação é uma constante na nossa empresa e uma grande parte da nossa competitividade depende de termos uma base tecnológica que nos permita melhorar os processos e avançar de forma rápida e ágil no desenvolvimento da nossa oferta de soluções e serviços. Por este motivo, estamos firmemente empenhados na transformação digital da nossa empresa e no desenvolvimento de tecnologias que nos permitam continuar a oferecer os melhores produtos e soluções.

Por exemplo, o Prosegur Olho de Falcão é um produto pioneiro e inovador no que toca à vigilância. Consiste em múltiplas câmaras controladas por uma equipa de vigilantes localizada

na nossa Central Recetora e, graças à última tecnologia, permite a comunicação bidirecional entre o vigilante e o possível intruso desde qualquer um dos postos de vigilância instalados, proporcionando um nível adicional de segurança e convertendo-se numa ferramenta ideal para proteger uma enorme variedade de locais.

VE - Qual é a importância da área dos alarmes no volume de vendas do grupo, tanto a nível nacional como internacional?

CV - Atualmente, a Prosegur Alarms tem mais de 90 mil alarmes instalados em Portugal e faturou, em 2021, cerca de 46 milhões de euros, o que representa aproximadamente 30% da faturação do Grupo Prosegur em Portugal.

Internacionalmente, no mesmo período, o Grupo Prosegur faturou 3498 milhões de euros, com o negócio de alarmes a representar aproximadamente 5,2% do total.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica - Qual é a quota de mercado da Prosegur Alarms e qual é o potencial de crescimento em Portugal?

Carlos Vaqueirinho - A Prosegur Alarms é uma referência no setor com uma quota de mercado de aproximadamente 30%, encontrando-se imersa num ambicioso plano de crescimento em Portugal. Apesar de todo o caminho percorrido ao longo das últimas décadas, continua a existir uma margem significativa para crescer.

Por outro lado, o setor dos sistemas de alarme apresenta um elevado potencial de crescimento no nosso país, uma vez que a sua taxa de penetração, aproximadamente 8%, é muito inferior à de outros países. Se olharmos para outros países europeus e EUA, as taxas de penetração rondam os 15% e os 20%.

VE - Qual é a principal vantagem dos alarmes da Prosegur, quer para particulares quer para empresas?

CV - Algo que nos distingue é a nossa venda consultiva, porque cada casa, apartamento, vivenda, tem as suas características próprias e nós, como empresa de segurança global na sua essência, procuramos soluções à exata medida do cliente e não um formato único para todos.

A Prosegur Alarms disponibiliza serviços de segurança para empresas e particulares recorrendo às soluções mais avançadas do mercado. O nosso sistema de segurança oferece proteção contra intrusões, tentativas de

Prosegur Alarms tem mais de 90 mil alarmes instalados em Portugal**Pico de vendas é no período de verão e férias da Páscoa, Natal e Ano Novo**

LUÍS MANUEL RIBEIRO, PRESIDENTE DO CESAE DIGITAL, CONSIDERA

Programas de requalificação permitem responder às necessidades do mercado

“As tecnologias de informação e comunicação tornaram-se essenciais para qualquer empresa” – afirma Luís Manuel Ribeiro. Em entrevista à “Vida Económica”, o presidente do CESAE Digital destaca a importância dos programas de requalificação para o aumento da empregabilidade e resposta às novas necessidades das empresas. O CESAE Digital forma mais de oito mil pessoas por ano e tem vindo a reforçar a cooperação com as empresas na vertente da qualificação dos recursos humanos.



O CESAE Digital tem a preocupação de trabalhar em parceria com as empresas - refere Luís Manuel Ribeiro.

Vida Económica – Como caracteriza a atual situação do mercado, no que se refere à formação profissional?

Luís Manuel Ribeiro - Ainda que não tenhamos atingido os níveis de qualificação que ambicionamos em Portugal, a realidade é que nas duas últimas décadas houve um grande crescimento no que às qualificações dos Portugueses diz respeito. Temos uma cada vez maior percentagem de portugueses com o 12º ano de escolaridade, com formação de ensino superior, cada vez mais especializados com os graus de mestres e de doutores, e jovens com graus de qualificação profissional. O problema é que, por um lado, as características dos postos de trabalho dos setores mais tradicionais da nossa economia não conseguiram acompanhar o ritmo de crescimento das qualificações e, por outro, este aumento das qualificações fez crescer a ambição e o que são as expectativas das pessoas. Em períodos de dinamismo económico há setores que não são atrativos, não significando que só os setores mais operacionais têm dificuldade em encontrar mão de obra qualificada, pois existem outros, como os serviços intensivos em conhecimento, que não têm pessoas qualificadas em número suficiente. É aqui que entram os programas de requalificação e em particular o nosso Digital Reskilling. Serão sempre a melhor resposta, para este tipo de necessidades, sustentados no princípio que se as pessoas tiveram capacidade para obter uma qualificação inicial, seja ela de nível secundário, pós-secundário ou superior, terão capacidade para se requalificarem nas áreas em que há mais necessidades de recrutamento. Trata-se de fazer o pleno entre aquilo que são as necessidades de recrutamento das empresas e a necessidade dos portugueses de ingressarem ou reingressarem no mercado de trabalho. Estes programas reorientam as pessoas para as áreas em que há mais necessidades. Há pessoas que têm qualificações elevadas, mas que não encontram postos de trabalho na sua área de formação inicial. Os programas de requalificação colmatam este problema.

VE – Isso pode ajudar a corrigir o dese-

quilíbrio da concentração de recursos e da formação de jovens desempregados, em detrimento da formação em ativos?

LMR - Não, porque estes programas de requalificação, como o Digital Reskilling, têm como objetivo esses dois tipos de públicos. Nós podemos intervencionar junto de uma empresa que sabe que daqui a um ano terá novos desafios, diferentes daqueles em que está a trabalhar no presente, desenvolvendo esse programa de requalificação, de forma antecipada, para que quando tiver de responder a essa necessidade diferente possa ter dentro da sua estrutura as pessoas indicadas para dar a resposta adequada. Por exemplo, uma empresa automóvel que tem uma determinada linha de montagem, em que ainda é bastante manual, mas que daqui a um ano vai fazer um investimento para introduzir mais tecnologia na sua produção, durante esse período de tempo é possível desenvolver programas de requalificação para que os trabalhadores se mantenham e não tenham de ser substituídos por outros.

TI são essenciais para qualquer empresa

VE – Considera mais urgente fazer a formação/requalificação de pessoas que estão a trabalhar, mas que devem ter mais qualificações ao nível das competências digitais, ou apostar na formação de jovens desempregados, dando-lhes competências que lhes permitam encontrar mais rapidamente emprego?

LMR - As duas situações são emergentes, logo estão no mesmo patamar de prioridade. Podemos abordar essa temática numa lógica de que é mais uma das muitas necessidades que existem. Estão publicados estudos que nos identificam quais são as profissões de futuro, nos próximos 10/15 anos. A área

das novas tecnologias figura nesse rol como uma das que apresentará maior procura. As tecnologias de informação e comunicação tornaram-se essenciais para qualquer empresa. A lógica de outsourcing para resposta rápida acabou. Por seu lado, as tecnológicas vão-se especializar ainda mais. O CESAE Digital é solicitado com frequência nesta área. A área digital será de aposta constante na próxima década, vamos ter de requalificar muito e rápido, até porque estes programas são, por natureza e exigência, muito intensivos. Ao mesmo tempo não podemos descuidar os aspetos comportamentais. Apesar de não estarem definidos isoladamente em diversas unidades de formação, estes são trabalhados em cada uma das unidades de componente mais tecnológica. O nosso Digital Reskilling foi desenhado e está a ser operacionalizado, com sucesso, salvaguardando todas estas particularidades.

VE – O número de nacionais inscritos no ensino superior está a descer todos os anos. As vagas, em grande medida, são ocupadas por estudantes estrangeiros...

LMR - Apesar de vermos que, todos os anos, há um aumento do número de vagas no ensino superior, a afirmação é verdadeira. É bom que Portugal tenha capacidade de atração de jovens estrangeiros, quer para ingressarem nas instituições de ensino superior como para o nosso mercado de trabalho. Temos consciência que é um aspeto positivo para o país, visto que quanto aos custos que temos com os imigrantes em Portugal e os ganhos, o saldo da balança é muito positivo. Há muito mais contribuições para o sistema de Segurança Social de trabalhadores originários de países terceiros. Termos o reconhecimento de muitos estrangeiros para fazer a sua formação em Portugal é também uma oportunidade para os fixar cá. Se o conseguirmos, sem dúvida que pode ajudar a mi-

Formação é alternativa à substituição dos colaboradores

tigar um dos grandes problemas do nosso país, o nosso inverno demográfico.

VE – Há quem entenda que em Portugal a formação profissional está demasiado centrada em entidades públicas. No caso do CESAE Digital, não é essa a realidade?

LMR - Não, o CESAE Digital é um exemplo de que essa é uma a perceção errada. No nosso caso, o Estado tem um parceiro privado, que é a AEP, e o representante do Estado é o IEFP. Existe um conselho de administração que é bipartido, onde dois administradores são indicados pelo IEFP e dois pela AEP. Não há o monopólio do público relativamente ao privado, nem o privado a substituir-se ao público. O que existe é uma partilha e uma operacionalização do que o público e o privado definem como objetivo a atingir. O IEFP é parceiro de outras entidades privadas representantes de diferentes setores da nossa economia.

Além do exemplo anterior, as tutelas da educação e do trabalho têm parceiros privados a desenvolver, respetivamente, cursos profissionais e cursos de aprendizagem.

A acrescer ao já referido, ainda existem linhas de financiamento comunitário a que as entidades formadoras privadas se podem candidatar.

Programas são construídos com as empresas

VE – No caso do CESAE Digital, as empresas podem influenciar os programas?

LMR - Os nossos programas de (re)qualificação são sempre construídos com as empresas, no âmbito do catálogo nacional de qualificações, e sempre de acordo com as necessidades de momento de um conjunto de empresas. São os nossos parceiros que nos ajudam a estar na dianteira das necessidades das empresas e é com estas que vamos dando conta de quais são as necessidades presentes e futuras. No setor digital, temos de pensar sempre a uma distância de dois ou três anos. Por isso é que os programas de requalificação têm de ser curtos em termos de espaço temporal, numa lógica global de formação. Defendo que em todo o trajeto de formação devemos distinguir de forma clara o que são os conteúdos a abordar e as competências a adquirir. Ao nível da qualificação profissional, devemo-nos especializar no que são as verdadeiras necessidades dos mercados. Muitas vezes, através dos programas de requalificação, as pessoas desenvolvem competências para as quais pensavam não ter qualquer inclinação. No programa Digital Reskilling, mais de metade dos nossos formandos têm o ensino superior e vêm de áreas completamente diferentes das de IT. Esta atração em muito se deve à vasta rede de empresas parceiras que o CESAE Digital tem.

Lisboa concorre a melhor porto europeu de cruzeiros

O Porto de Lisboa está novamente a concorrer aos World Travel Awards (WTA) e aos World Cruise Awards (WCA). No primeiro caso, o Porto de Lisboa faz parte das entidades que se candidatam a melhor porto de cruzeiros europeu e a melhor destino de cruzeiros. Nos World Cruise Awards foram incluídos nas categorias de melhor terminal de cruzeiros e de melhor destino de cruzeiros da Europa.

Carrefour confiante para o segundo semestre

O Carrefour, maior distribuidor europeu, está confiante para o segundo semestre, depois de um aumento do seu resultado nos primeiros seis meses. O resultado operacional registou um crescimento homólogo de 1,6%, para 814 milhões de euros. Para este ano, espera garantir poupanças de mil milhões de euros, o que compara com os 900 milhões previstos anteriormente.

Ordem dos Advogados contesta valores do apoio judiciário

O Bastonário da Ordem dos Advogados (OA), Luís Menezes Leitão, considera que a atualização da unidade de referência (UR) para a remuneração dos advogados, no âmbito da proteção jurídica, anunciada pela tutela, não obedece uma vez mais ao imposto pela Lei nº 40/2018, que estabelece não só a obrigação de atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário, em dezembro de cada ano, como também determina a recuperação dos valores face à inflação dos anos anteriores.

Recorde-se que a tabela dos advogados oficiosos não era atualizada desde 2009, tendo em 2020 o Governo efectuado um aumento de oito cêntimos, valor muito

aqueém das expectativas da OA, por não contemplar, no seu entender, a inflação do ano respectivo, nem de quase uma década passada sem qualquer atualização ou reformulação dos honorários destes profissionais. Agora, e de uma forma reiterada, o Governo insiste, a meio do ano, em atualizar apenas em 1,24%, o valor de referência e deixa passar em branco os períodos em que não houve qualquer atualização destes valores.

O bastonário explica que a OA vai verificar os valores da inflação aplicados na atualização anunciada (mas sem portaria ainda publicada em DR) e, naturalmente, pugnar para que a remuneração dos advogados oficiosos seja reformulada de forma digna e não simplesmente atualizada fora de



Luís Menezes Leitão, Bastonário da Ordem dos Advogados (OA),

horas, sem respeitar o que a lei recomenda, como o Governo insiste em fazer.

Importa ainda referir que o Governo, ao insistir em não cumprir a lei, isto é, a cada final

do ano promover a justa atualização dos honorários dos advogados oficiosos, só o fazendo seis meses depois com efeitos retroativos, obriga estes profissionais a uma reorganização de procedimentos, tendo que anular e emitir novos recibos de honorários, com inerentes custos logísticos inesperados.

Refere ainda a Ordem dos Advogados que espera que no final deste ano se verifique, conforme a Lei determina, a respectiva atualização dos honorários dos advogados que atuam no âmbito do Sistema de Acesso ao Direito e Tribunais (SADT), tomando por base a inflação de 2022. A Ordem espera igualmente que seja cumprida a lei e reformulada de forma digna a tabela de honorários, conforme a lei determina.

Magic Beans aumenta receitas

A tecnológica portuguesa Magic Beans fechou o primeiro semestre de 2022 em alta, com um crescimento de 62% no volume das receitas. Nos primeiros seis meses deste ano, a empresa que foi criada em 2017 e que é totalmente vocacionada para a prestação de serviços de aconselhamento em tecnologia para a Cloud, prosseguiu com o alargamento da sua estratégia de internacionalização, passando a ter presença direta em sete países europeus e já dedicou 25 mil horas na formação dos seus colaboradores.

“Os primeiros seis meses do ano de 2022 foram de acentuado crescimento para a Magic Beans, sobretudo a nível do nosso volume de receitas, de novos clientes/projetos ganhos e também do volume dos bookings, que até ao final deste ano será de três milhões de euros,” afirma Vítor Rodrigues, CEO e fundador da Magic Beans, referindo que a empresa mantém a aposta na expansão da sua estratégia de internacionalização e presença direta nos países europeus, tendo aberto mais duas novas localizações.

A empresa reforçou também o seu investimento em formação, um aspeto muito relevante na sua atividade e ao qual é dedicado 30% do tempo dos seus colaboradores. De janeiro a 30 junho de

2022, a Magic Beans já investiu mais de 25 mil horas na obtenção de certificações. “Este é um aspeto fundamental para nós, dado que a nossa estratégia passa por oferecermos os melhores, os mais inovadores, completos, sofisticados e maduros serviços de Cloud Adoption disponíveis no mercado. Só desta forma poderemos verdadeiramente garantir que estamos em condições de ajudar os nossos clientes na transformação e na modernização das plataformas de suporte aos seus negócios, maximizando as características diferenciadoras de elasticidade, flexibilidade, PayPerUse e evolução tecnológica oferecidas pela cloud,” refere Vítor Rodrigues, adiantando que: “os resultados do 1º semestre estão em linha com o que havíamos definido e iremos manter os nossos investimentos tal como previsto para este ano.”

A Magic Beans foi distinguida como AWS Migration Partner of the Year 2021 Iberia, como AWS Iberian Rising Star Partner of The Year e como AWS Consulting Partner of the Year.

A Magic Beans possui parcerias com os principais líderes de mercado em tecnologias Cloud e outras de nova geração entre os quais se destacam a AWS, a Microsoft, a RedHat, a Veeam, a VMware, a Zendesk e a Google.

Economia desacelera na zona euro

A Crédito y Caución prevê que o PIB da zona euro cresça 2,9% em 2022 e 2,5% em 2023. Por mercados, as previsões foram revistas em baixa em 0,4 pontos percentuais na Alemanha, Espanha e França, e em alta (em 0,3 pontos) em Itália. A Zona Euro enfrenta uma forte divergência entre um setor industrial enfraquecido, pleno de constrangimentos ao nível da oferta, com aumentos dos custos das matérias-primas e um enfraquecimento do sentimento, e um sólido setor de serviços. A descida da procura na Europa de Leste pesa sobre as exportações da zona euro.

De acordo com o mais recente relatório divulgado pela seguradora de crédito, os gastos em serviços vão crescer nos próximos meses à medida que a atividade turística e hoteleira normalize. Contudo, no setor manufatureiro os problemas acumulam-se. Começam a chegar novas encomendas e os prazos de entrega mantêm-se elevados já que os encerramentos na China estão a afetar o transporte dos principais materiais de produção. As empresas também reportam uma menor procura de bens, o que reflete a reorientação da despesa para os serviços. Esta recuperação a duas velocidades implica que as economias industriais como a alemã terão previsivelmente um rendimento inferior ao das economias



mais orientadas para os serviços. O comércio não contribuirá para o crescimento da zona euro nos próximos dois anos, na medida em que se prevê que a sua contribuição seja nula em 2022 e 2023.

A Crédito y Caución prevê que a inflação, em máximos históricos dos últimos dois anos, diminua ligeiramente no segundo semestre de 2022 até 6,5%. Para 2023, as previsões apontam para que se situe nos 1,5%, num contexto de queda dos preços da energia e dos alimentos. Esta previsão assenta no pressuposto que a guerra na Ucrânia termina em 2022 e que não haverá restrições ao petróleo ou ao gás. Num cenário de baixa, com uma guerra prolongada e o fim do fornecimento do gás russo, a taxa da inflação aproximar-se-á dos 5,8% em 2023.

Dado que as pressões inflacionistas dão poucos sinais de diminuir, o BCE inclina-se para uma política monetária mais restritiva.

O relatório da Crédito y Caución prevê subidas das taxas de juro em setembro e, provavelmente, em dezembro. Para conter a inflação, é provável que sejam necessárias mais subidas dos juros em 2023. O BCE esforça-se por conter tanto a inflação como os receios dos mercados de títulos da dívida sobre as economias mais frágeis da zona euro. Por este motivo, anunciou que as obrigações a vencer continuarão a ser integralmente investidas, mantendo inalterada a dimensão do balanço do BCE.

A rápida recuperação e a evolução das receitas impulsionaram uma importante redução dos défices públicos em 2021. O défice público global da zona euro reduziu de 7,2% em 2020 para 5,2% em 2021. Prevê-se que o défice continue a diminuir nos próximos anos e que a dívida pública da Zona Euro que aumentou até 96% em 2021 diminua em 2022 e 2023.

Sines estuda terminal para movimentação de gases renováveis

O Porto de Sines está a estudar a possibilidade de transformar uma “ponte-cais” multiusos num terminal para movimentação de gases renováveis. As estimativas apontam para um investimento de cerca de 20 milhões de euros. Haverá ainda lugar a bancas para abastecimento a navios, de acordo com o presidente da Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS), José Luís Cacho.

Exportações de vinhos nacionais caem 1,3%

As exportações de vinhos nacionais registaram uma quebra homóloga de 1,3% em valor, no primeiro semestre, para 432 milhões de euros, refere a ViniPortugal em comunicado. A associação destaca os aumentos das vendas em mercados como o angolano e o japonês e as quebras na Rússia, na China e na Alemanha. As exportações para o mercado comunitário apresentaram uma quebra em valor de 5,1%, enquanto para os países terceiros aumentaram 2,2%.

JANTAR-DEBATE DA ACNAE EM LISBOA

Eleições podem acelerar ritmo de reformas em Angola

As perspectivas sobre a as futuras eleições em Angola estiveram em análise no jantar-debate da ACNAE-Conselho de Negócios Afro-Europeu que decorreu em Lisboa.

O evento reuniu jornalistas, gestores, empresários, docentes universitários, juristas e um politólogo. Do leque dos convidados fazia ainda parte um ex-deputado socialista e um parlamentar social-democrata, ambos com ligação profissional a Angola.

O jantar foi moderado pelo vice-presidente coordenador da ACNAE, Manuel Gil Antunes, Administrador-Delegado da Algora, Sustainable Investments, SGPS.

Entre os presentes destacaram-se, o deputado luso-angolano à Assembleia da República, Nuno Carvalho, o antigo deputado à Assembleia da República, Sérgio Vieira, o director-adjunto do Jornal de Negócios, Celso Filipe, o antigo membro da Casa Civil da Presidência da República de Angola, Eliseu Gonçalves, António Manuel Silva Santos, jornalista da RDP África, José Mendes Ribeiro, antigo quadro da Accenture, Rui Verde, na Universidade de Oxford, Filipe Delfim Santos, do Cedesa, Eunice Carvalho, da Eureka Plast, Filomena Marques, do ISTEAC, Miguel Almeida Dias da ACNAE, e Abílio Bragança Neto, politólogo e comentador da RTP-África.

O objetivo da tertúlia foi clarificar a situação angolana em véspera de eleições, a viabilidade do próprio processo eleitoral, das propostas das principais forças políticas em presença, avaliando o mandato do actual presidente.

O debate foi vivo e intenso, contando com várias e diversas posições. A maioria dos presentes considerou expectável a vitória do MPLA nas próximas eleições, apontando causas objectivas para tal vitória, como o reconhecimento internacional do trabalho do Presidente João Lourenço, o início da luta contra a corrupção ou o sucesso do programa do FMI. Outros acrescentaram que a vitória previsível do partido do governo assentaria também no modelo constitucional do sistema eleitoral, admitindo que a concorrência eleitoral é um facto indelével, havendo, de facto, debate como nunca houve no passado. Alguns insistiram que viam como provável uma vitória da oposição, mas não foram sufragados pela maioria dos presentes.



Muitos consideraram notório, por parte de uma das principais forças da oposição, a disputa sobre a transparência do processo eleitoral, o que poderá contribuir para inquirar o próprio processo. A deslegitimação do processo eleitoral pode acabar por ser algo de nefasto para a democracia.

É manifesto que a mesma força que questiona o processo eleitoral e os meios ao dispor para a campanha -cobertura noticiosa por meios públicos e privados de comunicação — é a que tem registado o melhor desempenho mediático, especialmente devido ao uso das redes sociais e a um súbito acesso a palcos internacionais, por vezes com ligações a personalidades como o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán. Tal levantou dúvidas, relativamente a alguns dos presentes, face aos meios à disposição, e aos apoios disponibilizados, suscitando receios de que a UNITA esteja, talvez involuntariamente, ao serviço dos interesses oligárquicos desafiados pelo governo de João Lourenço. Como se a luta contra a corrupção encetada pelo actual governo, nos últimos cinco anos, que foi realizada contra amplos setores historicamente ligados ao MPLA, tivesse suscitado uma contra-ofensiva política e mediática desses mesmos interesses, que recorrem à campanha presidencial para atacar o governo reformista de João Lourenço.

Estes temas foram debatidos com vigor pelos presentes. Uma das críticas recorrentes foi a do alcance ainda limitado das reformas do actual Governo embora fosse reconhecido que a conjuntura, com a baixa dos preços do crude e o COVID, não fosse compaginável com realizações imediatas, não sendo possível que neste último quinquénio se fizesse o que não foi conseguido nos 37 anos anteriores.

Os presentes destacaram, ainda assim, a tentativa de moralização do regime e o prestígio internacional da ministra das Finanças, um quadro formado em Angola. A melhoria das condições de vida alcançada no período pós-pandémico.

Também o paulatino enfraquecimento

da posição da China como parceiro preferencial de Angola, foi sublinhado.

No contexto atual, foi ainda referido o alinhamento de quadros originários do MPLA na candidatura de Adalberto da Costa Júnior, o que demonstra um realinhamento das forças em presença.

O consenso final obtido no debate refere a necessidade de acelerar o ritmo das reformas, diversificar a economia angolana e assegurar a criação de emprego. A provável subida de votação da UNITA, apesar da vitória do MPLA, mais do que provável alicerçada na superioridade do número e qualidade dos seus quadros, e na constituição dos círculos provinciais e no círculo nacional.

É também notório que dificilmente outro presidente estará à frente da República Angolana ao longo de três décadas, e isso em si mesmo é já uma mudança.

PUB

Soluções que cuidam do nosso planeta



fonte viva

Em todos os momentos



água



bebidas quentes



fruta

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Symington entra nos vinhos espumantes

A Symington adquiriu 50% do capital da Caves Transmontanas, detentora da marca Vértice, entrando assim no mercado dos vinhos espumantes. A empresa familiar de vinho do Porto reconhece que o negócio dos vinhos espumantes portugueses tem um elevado potencial de valorização e de ganho reputacional. A Caves Transmontanas contará com o suporte financeiro para promover a expansão do seu negócio.

Greenvolt aliena portfólio na Polónia

A Greenvolt alienou à Iberdrola um portfólio de parques solares e eólicos de 98 MW na Polónia. A operação envolveu um montante de 155 milhões de euros. Da transação fazem parte dois parques eólicos e seis parques solares. Trata-se do primeiro conjunto de projetos solares e eólicos em escala (“utility scale”) vendido pela Greenvolt desde a sua entrada em bolsa e a aquisição da V-Ridium Power Group.

EM CONJUNTO COM A BYMYCAR

BMcar compra a BMW Madrid

A BMcar e a BYmyCAR constituíram uma joint venture para a aquisição da BMW Madrid, sucursal do BMW Group na capital espanhola e, simultaneamente, o maior contrato de concessão da marca germânica na Península Ibérica.

Desta forma, os dois grupos uniram-se para a aquisição da BMW Madrid, localizada na zona Norte da capital espanhola, e cuja sede se encontra no icónico edifício de Las Tablas. O concessionário que desenvolve a sua atividade em duas instalações distintas com um total global de 34.512 m², engloba as marcas BMW, MINI e BMW Motorrad, tendo registado em 2021 um total de 6.919 unidades vendidas e um volume de negócios de 201,8 milhões de euros.

“Este é sem dúvida um importante marco na concretização e consolidação do nosso plano estratégico 2022-2024 “Out of Your Mind”. Estamos seguros do passo que damos, com o início do nosso processo de internacionalização, num mercado desafiante e bastante competitivo, para além de contarmos com um parceiro que nos dá todas as garantias para o sucesso desta operação. É com grande satisfação que constituímos uma joint-venture com a BYmyCAR, que é o grupo francês líder na área da distribuição automóvel e um dos maiores



BMW Madrid registou em 2021 um volume de negócios de 201,8 milhões de euros.

na Europa, com operações em França, Itália, Suíça e Espanha, e cujo objetivo é criar sinergias que permitam um plano de desenvolvimento conjunto, sólido e duradouro das nossas atividades na Península Ibérica, de que é exemplo esta primeira operação de aquisição da BMW Madrid. Tudo isto não seria possível sem a confiança que o BMW Group nos depositou e que muito nos honra, pois é sinal do reconhecimento do nosso expertise e do valor acrescentado que trazemos para as marcas do grupo”, afirma Pedro Rodrigues, CEO do Grupo BMcar.

A participação do Grupo BMcar nesta joint venture foi concretizada através da nova holding Beyond Motors Car Iberica SGPS, composta pelo núcleo base de acionistas do grupo, ao

qual se junta Helder Boavida, atual Presidente do Conselho Estratégico da BMcar.

De recordar que o último ano terminou como o melhor de sempre na história da BMcar, o 10.º consecutivo, com um crescimento de 23%, face ao período anterior, o que representa 172 milhões de euros de volume de negócio, 3.531 viaturas vendidas e mais de 21 milhões de euros só na área do após-venda.

O grupo BMcar pretende superar os 570 milhões de euros em volume de negócios para o triénio 2022-2024. O objetivo faz parte do Plano Estratégico BMcar 2022-2024 “Out of Your Mind” que tem ainda como metas vender perto de 12 mil viaturas e garantir cerca de 115 mil ordens de intervenção na área do após-venda.

COMERCIALIZAÇÃO PELA JLL E SAVILLS

Chiado tem nova loja de 600 m²

A equipa de Retail Leasing da JLL e da Savills acabam de conquistar um novo mandato, assumindo a comercialização de uma loja com quase 600 m² em pleno coração do Chiado, naquela que é a zona de excelência para o comércio de rua na capital portuguesa. Disponível para ocupação imediata, o espaço integra o edifício Ivens 64, contando com uma área total de 587 m² distribuídos entre o piso térreo (472 m²) e -1 (115 m²).

No nº64 da rua Ivens, que

faz a ligação entre a Rua Garrett e o Largo da Academia das Belas Artes, a loja conta com uma localização central naquele que é o eixo prime do comércio de rua em Portugal e no qual coexistem as principais marcas de moda nacionais e internacionais, lado a lado com vários hotéis, museus, restaurantes e verdadeiras referências no comércio tradicional, gerando diariamente um intenso movimento pedonal de milhares de pessoas.

Sunenergy vai abrir novas delegações

A SunEnergy, especialista em soluções de produção de energia elétrica a partir do sol, está a expandir a sua rede de franchising e vai abrir sete novas delegações, numa primeira vaga de novas aberturas.

A SunEnergy vai abrir novas delegações em Mangualde, Odivelas, Barreiro, Seixal, Grândola, Madeira e Açores. No início do ano, deu início à campanha “Vem ligar Portugal ao Sol”, com o objetivo de encontrar empreendedores para se juntarem à sua rede, a maior do país no seu setor.

A abertura das novas delegações surge após a seleção de sete candidatos, que participaram recentemente numa formação que incidiu sobre diversas áreas, nomeadamente, gestão de negócio,

comercial, engenharia, operacional, entre outras.

“A energia solar é um setor em forte crescimento, reflexo da maior preocupação dos portugueses com a sustentabilidade, bem como com o aumento dos custos da energia. Para dar resposta a este crescimento, estamos a expandir a nossa rede, começando agora pela abertura de sete delegações, algo que nos coloca muito perto do objetivo traçado de duplicação da nossa rede de franchising, de 10 para 20 delegações, até ao final deste ano”, afirma Raul Santos, CEO da Sunenergy. “Com esta expansão, vamos estar ainda mais próximos das pessoas e das empresas, cumprindo a nossa missão de Ligar Portugal ao Sol”.

Grupo Lusiaves e BPI emitem “Obrigações Verdes” no valor de 25 milhões

O Grupo Lusiaves e o Banco BPI, S.A. (“BPI”) lançaram uma emissão de obrigações verdes “Green Bonds” no montante de 25 milhões de euros, com um prazo de 15 anos.

A emissão destina-se a financiar projetos “verdes”, no âmbito da estratégia de sustentabilidade do Grupo Lusiaves, nomeadamente na instalação de parques fotovoltaicos e unidades para autoconsumo de energia renovável, de base fotovoltaica, tecnologias de eficiência energética, renovação da frota com veículos 100% elétricos e veículos movidos a gás natural, instalação de centrais de biomassa, revamping de uma estação de tratamento de águas residuais industriais e projetos de produção agrícola ambientalmente sustentáveis.

O investimento realizado e a realizar, em

diversas empresas do Grupo Lusiaves, contribuirá para o reforço e melhoria contínua das condições de sustentabilidade nos vários domínios ambientais, sociais e económicos.

A emissão foi integralmente organizada, montada e subscrita pelo BPI, que reforça assim o seu papel de financiador de referência das empresas portuguesas, através da adoção de soluções inovadoras e assentes em princípios de sustentabilidade.

No âmbito do novo Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-2024, o BPI assumiu o compromisso de mobilizar dois mil milhões de euros em financiamento sustentável para empresas e particulares até 2024, através do impulso de novos produtos ESG, assessoria e formação para apoiar as empresas na transição.

Grupo Lusiaves está presente em Portugal e nos mercados externos

O Grupo Lusiaves, um dos maiores grupos empresariais de Portugal, é o maior grupo do setor avícola e agroalimentar nacional. É líder nacional da produção avícola com uma presença relevante no mercado internacional.

A estratégia de verticalização adotada levou o grupo a incorporar um diversificado conjunto de atividades, com mais de 30 empresas a atuar em várias áreas de negócio, que pretendem assegurar toda a cadeia de produção, sustentando, direta ou indiretamente, a atividade principal.

Aliando a qualidade e segurança dos produtos alimentares com a eficiência na produção, sempre procurou munir-se dos recursos tecnológicos mais avançados e proceder de

acordo com as melhores práticas estabelecidas. O grupo encontra-se na linha da frente da inovação do setor avícola e da produção alimentar.

A sustentabilidade social e ambiental são pilares da sua gestão, com base numa atitude de permanente inovação e desenvolvimento, de compromisso social e de respeito por sólidos princípios éticos na relação com colaboradores, fornecedores e clientes.

O Grupo Lusiaves emprega cerca de 4000 Colaboradores, dos quais 3.700 são Colaboradores diretos. Com mais de 40 instalações e 65 quintas de produção, está presente em 24 concelhos, produz anualmente mais de 110 milhões de pintos e mais de 460 mil toneladas de ração. Exporta para mais de duas dezenas de mercados internacionais, em quatro continentes.

Crescimento das economias emergentes em queda

O crescimento das economias emergentes vai diminuir de 7,0%, no ano passado, para 3,6% em 2022. Aos riscos de escassez de alimentos nestas regiões, devido à guerra na Ucrânia, somam-se outros problemas, como os constrangimentos na cadeia de fornecimento, as baixas taxas de vacinação, a retirada dos estímulos orçamentais e o aumento das taxas de juro. A Crédito y Caución espera que, em 2023, o crescimento médio dos mercados emergentes volte a acelerar até aos 4,1%, graças à recuperação do crescimento na Europa de Leste e à mitigação das restrições sanitárias na Ásia.

Intermediação financeira desce 11%

O valor das ordens sobre instrumentos financeiros recebidas pelos intermediários financeiros totalizou 45 197,7 milhões de euros, em junho, uma descida de 11% face a maio. Desde o início do ano, este indicador aumentou 241,9%, em termos homólogos. O valor mensal decresceu 25,7% nos instrumentos financeiros de dívida pública e aumentou 90,6% na dívida privada. Nas ações caiu 18,5%. O BCP teve a maior quota de mercado nas transações sobre ações. Na dívida (pública e privada), a maior quota pertenceu ao BNP Paribas.

“A Nova Humanidade” esteve em debate na 4.ª edição da Connecting Healthcare

O Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões foi palco da 4.ª edição da conferência internacional “Connecting Healthcare”, sendo já uma referência nacional na área da saúde. Com vista privilegiada para a infinita mancha marítima, os participantes tiveram a oportunidade de experienciar uma viagem imersiva por vários debates e palestras sobre o tema- “A Nova Humanidade: Cooperação e Diversidade”.

ADRIANA RESENDE DE CASTRO
agenda@grupovidaeconomica.pt

Às 08h30 as portas abriram e os mais de 300 convidados começaram a ser recebidos e introduzida a temática da conferência, Manuel Cepeda, Diretor do Seal Group, e Catarina Aguiar Diogo, Vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Matosinhos (ULSM) foram o rosto das entidades organizadoras nesta 4.ª edição da “Connecting Healthcare”, que contou com 30 oradores.

Chegava então a vez de Michelle Bachelet, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, deixar uma mensagem. Num discurso inicialmente, focado na pobreza e no fosso social, acentuados pela Covid-19, “Alguns de nós vão morrer, alguns de nós vão viver para sofrer”, Michele deixou os participantes com uma mensagem de esperança. A Alta Comissária concluiu que a cooperação, a empatia e a solidariedade podem salvar este novo mundo que se insurge.

Para dar continuidade à ideia de mudança, foi vez de dar voz ao futurista e investigador australiano Michael McQueen. “O Futuro da Humanidade” foi abordado num discurso intitulado de “O Novo Agora”, que se focou numa visão do mundo pós-pandemia. A Covid-19 foi, metaforicamente, comparada

a uma máquina do tempo que acelerou o desenvolvimento da humanidade e da ciência.

“Concentre-se nas marés, não nas ondas”. Manter o foco e evitar as distrações foi uma das ideias defendidas pelo australiano, que apresentou algumas das várias inovações na Saúde, nomeadamente, a Inteligência Artificial. McQueen tem uma visão objetiva sobre a atualidade, que deve ser analisada detalhadamente, assim como todas as oportunidades que lhe estão subjacentes devem ser aproveitadas. O foco não está no regresso à normalidade, mas sim na visão futura.

Assim se criou o pretexto para avançar com o primeiro painel de debate do evento- “Sustentabilidade, Saúde e Economia”. Esta conversa contou com a participação de Paula Policarpo, Presidente da Associação Zero Desperdício, Pedro Gomes, Economista e Professor Universitário (University of London), Samuel Gonçalves, Arquiteto e Fundador da summary, Vasco Santos, Chef, e a moderação de António Mendonça, Bastonário da Ordem dos Economistas.

Com base no facto de se viver num planeta que “está com febre”, o foco da primeira conversa foi a aprendizagem de que nada é garantido. A sustentabilidade foi apresentada no sentido lato de Saúde e apenas uma gestão linear e eficaz entre a Economia Circular, a Arquitetura pensada, o setor alimentar sem desperdícios, aliados à preocupação com o bem-estar dos profissionais, podem encaminhar para um futuro melhor para o planeta.

Mas nada é possível sem a “Cooperação Humana e Transformação Digital”. Iniciou-se assim o segundo painel de debate, com a participação de Rosália Vargas (Presidente da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica), Bruno Magalhães (Investigador/iGestSaúde), Virgílio Bento (Fundador e CEO da SWORD) e Beatriz Imperatori (Diretora Executiva da UNICEF Portugal).

Numa conversa moderada pelo escritor



A sustentabilidade foi apresentada no sentido lato de Saúde.

Valter Hugo Mãe, as árvores protagonizaram a inspiração para uma humanidade que, apesar de ligada pela tecnologia, deveria estar mais unida. Na natureza, a fraqueza de um dos elementos é canalizada com nutrientes de outros e não é um pretexto para retirar informação vital e quebrar acesso a outros ramais, como acontece com o Homem. As falsas redes e o desgaste da comunicação são o veículo perfeito para as notícias falsas, um perigo eminente.

Sustentabilidade foi apresentada no sentido lato de Saúde e apenas uma gestão linear e eficaz entre a Economia Circular

Se, por um lado, a tecnologia tem um papel negativo nas ligações humanas, Arlindo Oliveira (Presidente do INESC e professor do IST), mostrou na sua palestra, através de vários exemplos e estudos, a eficácia da Inteligência Artificial ao serviço da Saúde.

Depois de uma pausa para almoço, seguiu-se de um momento musical, a apresentadora Rute Braga chamou ao palco a atleta e campeã olímpica Fernanda Ribeiro, para uma conversa sobre “Superação na Vida e no Desporto”, moderada pela enfermeira gestora da ULSM, Margarida Filipe. Lidar com as expectativas e a pressão social nem sempre é fácil para os atletas de alto rendimento. A mensagem de Fernanda é uma lembrança de que o mais importante é nunca ter “vergonha de falhar”.

O evento seguiu com o terceiro painel de debate, “Medicina baseada na evidência: Como combinar a prática clínica com a investigação”. Marion Mafham, investigadora da Oxford University, e Tiago Taveira, investigador da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), reiteraram que é fundamental olhar mais para o paciente. Sob a moderação de João Fonseca, diretor do MEDCIDS da FMUP, ficou desta conversa a afirmação: “Pensa grande. Mantenha a clareza.”, proferida por Marion.

A objetividade é um fator crucial também à política, assumiu Miguel Poiães Maduro, o convidado que sucedeu no alinhamento.

Perante uma pandemia e, agora, uma guerra, o professor e Ex-Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional acredita que a falta de prevenção foi uma falha humana pouco compreensiva em ambos os casos. Miguel Poiães Maduro defende que a irracionalidade pode ser previsível e deve ser evitada.

Depois de um momento de homenagem e condecoração à ex-ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, pelos serviços prestados à ULSM, seguiu-se a apresentação do quarto e último painel de debate- “Desafios da Diversidade Geracional”. O músico Rui Reininho, o fundador da Escola da Ponte, José Pacheco, e a blogger e youtuber, Inês Teixeira, subiram ao palco para uma conversa moderada por Antonino Sousa, assistente espiritual da ULSM.

A paixão pela vida e pelo planeta “meio azul, meio verde de noite” em que vivemos, é comum a todos os oradores. A diversidade geracional é cada vez mais visível, mas todos acreditam que os mais novos têm muito para dar. Acima de tudo, é essencial humanizar e acreditar que “as escolas são prédios, as escolas são pessoas”, afirmou José Pacheco. A palavra é a marca civilizacional mais forte da humanidade e, por isso, deve ser ensinada a sua importância desde cedo.

Por último, foi a vez de Benjamin List, prémio Nobel da Química de 2021, prestar testemunho sobre “a investigação ao serviço da humanidade”, um discurso moderado por Sérgio Almeida, fundador do Seal Group. O rigor e objetividade científica devem, para List, ser trabalhados de forma mais colaborativa, como interdependente que é a Ciência. A transparência é uma das chaves para o sucesso do futuro da investigação.

A 4 edição da “Connecting Healthcare” terminou com mais um momento musical. Incerteza e desafio são dois chavões que caracterizam a atualidade. Do evento, fica a ideia de que, perante um inimigo invisível, a Covid-19, a humanidade é enfrentada, constantemente, pela mudança repentina das circunstâncias e a Ciência, quando bem pensada, pode ser uma poderosa arma a favor do Homem.



As falsas redes e o desgaste da comunicação são o veículo perfeito para as notícias falsas.

NEGÓCIOS E EMPRESAS**Bruxelas admite que conexões de gás natural são insuficientes**

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, considera que são limitadas e insuficientes as conexões de gás da Península Ibérica e do resto da Europa. Defende que Portugal e Espanha se podem converter numa plataforma para o gás natural da União Europeia, proveniente de África e da América. No entanto, para explorar esse potencial, alerta a responsável comunitária, é essencial melhorar substancialmente as conexões.

Aumento dos preços explica crescimento das receitas dos grandes grupos

Os principais grupos multinacionais do grande consumo, isto é, da alimentação, das bebidas e dos produtos para o lar, apresentaram melhorias significativas nas receitas acumuladas do primeiro semestre. Para os analistas, há um fator comum a esta situação. As subidas de preços que estão a promover, no sentido de garantirem as margens. Desta forma, as grandes empresas conseguem compensar os efeitos que a inflação está a ter no desenvolvimento das suas operações.

Round Hill Capital compra Smart Studios por 200 milhões de euros

A Round Hill Capital, um dos principais investidores, promotores e gestores imobiliários especializados a nível global, anunciou hoje a conclusão do processo de aquisição da Portuguesa Smart Studios, com um valor de investimento de aproximadamente 200 milhões de euros e que compreenderá a um total de nove residências nos setores de residências de estudantes (PBSA) e co-living, com um área total de 53.000 m².

Esta aquisição constitui a maior transação PBSA e co-living em Portugal este ano, permitindo adicionar 2.013 novas camas ao portefólio europeu da Round Hill European Student Accommodation (“RHESA”), a Joint Venture criada entre CPP Investments e a Round Hill Capital, que em pouco menos de nove meses integra já um total de 5.000 camas.

As residências localizam-se maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (88%) com um ativo no Porto (12%). Cerca de 900 camas distribuídas em cinco edifícios estarão já operacionais este ano, com a entrega dos restantes quatro edifícios prevista até 2025. O plano estratégico para estes ativos terá o ESG como um dos seus principais focos, com o objetivo de melhorar o consumo de energia e o bem-estar social dos in-



quilinos.

Fundada em 2015 por Ricardo Kendall, a Smart Studios é um dos maiores promotores e operadores portugueses de alojamento co-living, oferecendo um modelo de vida para estudantes e jovens profissionais. Em 2018, com vista a sustentar

o ambicioso plano de crescimento da empresa, os acionistas da Smart Studios estabeleceram uma parceria estratégica com a LX Partners, investidora em empresas com forte potencial de crescimento.

Portugal atrai um número significativo de estudantes internacionais devido

à qualidade da oferta educativa, a que se associam propinas competitivas e a qualidade de vida disponível para jovens profissionais, nomeadamente em cidades como Lisboa e Porto. A crescente comunidade de estudantes revelou um forte desequilíbrio entre a oferta e a procura neste segmento, onde as soluções de alojamento disponíveis ainda são em grande parte não institucionais e sem condições modernas e adequadas. Este novo investimento destina-se a melhorar tanto a disponibilidade como a qualidade do alojamento dos estudantes para responder a esta procura crescente.

João Pita, Head of Portugal da Round Hill Capital, comentou: “Este investimento marca a expansão da joint-venture RHESA em Portugal, consolidando a nossa presença no Sul da Europa com a aquisição de mais de 2.000 camas. O mercado imobiliário português continua a apresentar oportunidades de investimento atrativas e a aquisição da Smart Studios representa uma das nossas principais transações este ano, reforçando assim as nossas ambições no país e no segmento. A aquisição proporcionará instalações de alta qualidade a preços acessíveis para atender às necessidades dos nossos inquilinos, oferecendo um vasto leque de soluções num mercado ainda subdimensionado.”

Faturação eletrónica está a crescer em todos os setores de atividade

Nos últimos anos tem-se assistido a uma progressiva adoção da faturação eletrónica. Este fenómeno não surge por acaso: o menor risco de fraude, a redução dos custos e tempo dos processos, e o aumento da eficiência e da acessibilidade são apenas alguns dos benefícios que acompanham esta transformação. Porém, há passos importantes no caminho para a digitalização que deve conhecer. Para que possa começar a aplicar também no seu negócio estes serviços tecnológicos, a SERES, pioneira e especialista em serviços de intercâmbio eletrónico de documentos, traz-lhe cinco dicas de como facilitar a implementação da faturação eletrónica no seu negócio (ver caixa).

“Mais do que nunca, as empresas têm de permanecer de olhos postos no futuro, de forma a garantir competitividade e eficiência, dois elementos essenciais para o êxito de qualquer negócio. A digitalização já provou desde há muito que veio para ficar e a faturação eletrónica revela-se um elemento cada vez mais essencial para o funcionamento das organizações, facto evidenciado pela legislação e normas que têm vindo a ser progressivamente impostas pelo Estado neste domínio”, comenta Tiago Cancela, Sales Manager & Corporate Liaison da SERES Portugal, destacando ainda que “com todas

as vantagens que traz, como a redução do tempo e custos e a facilitação dos processos, esta transição tecnológica é de grande valor estratégico para as empresas na diferenciação face à concorrência e no alcance de uma maior margem de lucro”.

Os dados não mentem. Quase 40% das

Os passos a dar

- 1 - Conheça a sua empresa: A transição para a faturação eletrónica abrange diversos departamentos e serviços das organizações. É importante dominar a totalidade do seu negócio, desde a sua dimensão, setores e operações, de forma a garantir a conciliação e evolução de todas as áreas em simultâneo, para que a adaptação ao novo modo de funcionamento ocorra sem constrangimentos.
- 2 - Saiba as “regras do jogo”: Existe um conjunto de regras variadas no que respeita à implementação da faturação eletrónica nas empresas, sendo determinante manter-se informado, para garantir que não se coloca numa posição vulnerável. As diferenças nas diretrizes para entidades públicas e privadas, as datas-limite para a execução das alterações e quais as normas que se aplicam ao seu tipo de negócio,

- em particular, são alguns dos fatores a ter presentes em todos os momentos.
- 3 - Contrate um especialista: A passagem para a faturação eletrónica envolve sistemas e softwares de gestão desenhados especificamente para a tarefa, preparados para responder aos elevados padrões de eficiência e qualidade característicos dos procedimentos digitais. A SERES, especialista na área há mais de 30 anos, é o parceiro ideal no momento de obter soluções de e-faturas, de envio e receção de documentos eletrónicos e de conceção de assinaturas digitais com total validade legal, essenciais para o sucesso do seu negócio durante esta transição tecnológica.
- 4 - Defina uma estratégia global: Para uma maior facilidade de adoção e integração da faturação eletrónica, esta deve ser

perspetivada como parte de uma estratégia mais ampla de transformação digital da sua organização. É importante traçar um plano para a sua empresa em que a velocidade e a automatização dos processos e o acesso à informação em tempo real estejam presentes nos vários âmbitos do seu negócio, fomentando a coesão, a clareza e a rapidez dos procedimentos.

5 - Preparação é elemento-chave: Esperar até ao último momento para executar transformações na sua organização é sempre uma má estratégia. Comece cedo, coloque a sua equipa a par do processo, esteja totalmente “por dentro” dos benefícios das alterações que pretende implementar e comunique regularmente com as entidades e stakeholders que o poderão ajudar e que se revelam essenciais para o sucesso da sua iniciativa.

empresas portuguesas do setor de serviços recorrem à faturação eletrónica, de acordo com o estudo “Fatura Eletrónica em Portugal 2020-2021” da SERES, porém, como evidencia a Eurostat, na globalidade, quase 80% dos negócios a nível nacional permanecem atrasados no processo de transfor-

mação digital. Para permanecer na vanguarda da inovação, eficiência de processos e aceleração tecnológica é indispensável investir na automatização e simplificação que a faturação eletrónica vem trazer visto que este será, sem sombra de dúvida, o futuro da atividade económica.

FISCALIDADE

Segunda prestação do IMI a ser paga até final de agosto

Os contribuintes com um valor de IMI superior a 500 euros e que não tenham optado pelo pagamento na totalidade em maio têm até ao fim de agosto para pagar a segunda prestação. Num valor inferior a 100 euros, foi emitida uma nota de pagamento único. Nos restantes, o pagamento tem lugar em duas ou três prestações, a serem pagas em maio e novembro ou em maio, agosto e novembro, no caso do valor se situar entre os 100 e os 500 euros ou acima deste último. Existem 679 435 liquidações emitidas num valor superior a 500 euros.

NO ÂMBITO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS À ZONA FRANCA DA MADEIRA

Contribuintes devem recorrer da decisão da Comissão Europeia

A Comissão Europeia tomou a decisão referente ao regime de auxílios concedidos a empresas na Zona Franca da Madeira, no âmbito do Regime III, considerando que foram concedidos auxílios ilegalmente. Os contribuintes terão agora que exercer os seus direitos de defesa, aconselham os fiscalistas da Rogério Fernandes Ferreira & Associados.

Defende Bruxelas que os auxílios foram atribuídos ilegalmente por falta de preenchimento dos pressupostos inerentes aos benefícios fiscais, demandando no Estado português a obrigação de proceder à recuperação dos

Rendimentos são tributados a uma taxa fixa de 5%

valores concedidos indevidamente e consequentes juros. Por seu lado, o Estado português iniciou o procedimento de notificação dos auxílios tidos por indevidamente concedidos e a serem reembolsados. Neste contexto, a RFF considera que “é importante que os contribuintes notificados – ou a serem notificados – de correções de matéria coletável decorrente da decisão da Comissão Europeia exerçam os meios de defesa que têm ao dispor, com vista à contestação dos correspondentes valores (de imposto e juros), comprovando a verificação dos pressupostos neces-



sários e discutindo a interpretação de Bruxelas, preconizada na sua decisão”.

Ao longo dos anos foram constituídos quatro regimes fiscais aplicáveis às entidades licenciadas para operar na Zona Franca da Madeira, encontrando-se em vigor os regimes III e IV. Em ambos os regimes, os plafonds máximos à matéria coletável – a que é aplicável a taxa reduzida – são apurados em função do número de postos de trabalho que as entidades beneficiárias mantêm em cada exercício. Os rendimentos das entidades licenciadas

podem ser tributadas em IRC a uma taxa reduzida, tendo sido fixada nos 5%. Atentos os requisitos de que depende o acesso aos benefícios fiscais e para controlo dos mesmos, a Comissão desenvolveu uma investigação em que concluiu por várias irregularidades quanto ao número de postos de trabalho. Assim, o Estado português, mediante a Autoridade Tributária e Aduaneira, tem de proceder à notificação de todas as empresas que beneficiaram, alegadamente, de forma indevida dos referidos auxílios estatais.

Incentivo Fiscal à Recuperação pretende impulsionar investimento privado

Foi implementado o novo Incentivo Fiscal à Recuperação (IFR), com vista a estimular o investimento privado no segundo semestre. O benefício traduz-se numa dedução à coleta de IRC das despesas de investimento em ativos afetos à exploração – efetuadas entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2022 – até ao montante acumulado máximo de despesas de investimento elegíveis de cinco milhões de euros, refere a Baker Tilly.

A dedução à coleta de IRC é efetuada de acordo com dois critérios, até à concorrência de 70% da coleta, designadamente 10% das despesas elegíveis realizadas no período de tributação

até ao valor correspondente à média aritmética simples das despesas ao investimento elegíveis dos três períodos de tributação anteriores e 25% das despesas elegíveis realizadas no período de tributação na parte que exceda o limite previsto anteriormente. Por sua vez, a importância que não possa ser deduzida, por insuficiência de coleta, no exercício que se inicie em 2022, pode sê-lo nas mesmas condições nos cinco períodos de tributação subsequentes.

As entidades beneficiárias são sujeitos passivos que exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola que

disponham de contabilidade organizada, o lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos e a situação tributária esteja regularizada. Quanto às obrigações, não cessar contratos de trabalho durante três anos, contados do primeiro dia do sétimo mês do período de tributação em que se realizem as despesas de investimento elegíveis, ao abrigo das modalidades de despedimento coletivo ou de extinção do posto de trabalho, bem como não distribuir lucros durante três anos, contados do primeiro do sétimo mês do período de tributação em que se realizem as despesas de investimento elegíveis.

AGENDA FISCAL

AGOSTO

Até ao dia 31
(Art.º 57.º - A da LGT)

• IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

- *Declaração Mensal de Remunerações* - Entrega pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotas sindicais, relativas ao mês anterior.

- *Declaração Modelo 31* - Envio, pelas entidades devedoras dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte a taxas liberatórias cujos titulares beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa e sejam residentes em território português.

• IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

- 1º pagamento por conta do IRC devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável;

- Pagamento adicional por conta da derrama estadual devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável que tenham no exercício anterior um lucro tributável superior a 1 500 000 €.

• IRS - IRC

- Entrega das importâncias retidas, no mês anterior.

• IVA - Imposto sobre o valor acrescentado

- *Regime mensal* - Entrega da declaração periódica relativa às operações realizadas no mês de Junho e pagamento do respetivo imposto pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade mensal do regime normal.

- *Periodicidade trimestral* - Entrega Declaração Periódica pelos contribuintes do regime normal trimestral, relativa às operações efetuadas no 2º trimestre de 2021 e pagamento do respetivo imposto pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade mensal do regime normal.

- *Pequenos Retalhistas* - Entrega da Guia Modelo P2 ou da Declaração Modelo 1074, pelos retalhistas, consoante haja ou não imposto a pagar, relativa ao 2º trimestre, com pagamento do imposto devido.

- *Declaração recapitulativa* - Entrega pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados Membros, no mês anterior, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso excedido o montante de € 50.000.

- Entrega dos pedidos de restituição IVA suportado pelos sujeitos passivos no ano civil anterior ou no próprio ano, noutro Estado Membro ou país terceiro, nos termos do Decreto-Lei nº 186/2009 de 12 de Agosto.

• IVA - IRS - IRC

- *Comunicação das faturas* - Comunicação dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

• IRS - IMT - SELO

- *Declaração Modelo 11* - Entrega pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial, das relações dos atos praticados no mês anterior, suscetíveis de produzir rendimentos.

• IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

- Pagamento da 2.ª prestação do IMI, referente ao ano anterior, quando o seu montante seja superior a € 500,00.

• IUC - Imposto Único de Circulação

- Liquidação e pagamento do IUC relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês.

• Imposto de Selo

- Entrega do imposto retido no mês anterior.

FISCALIDADE**Alargamento de prazos para cumprimento de obrigações contributivas**

Foram prologados alguns prazos para o cumprimento de obrigações contributivas. A entrega das declarações de remunerações é alargado até 25 de agosto e para pagamento das contribuições até 31 de agosto. Este alargamento de prazo é ainda estendido às obrigações de natureza similar, no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.

**DANIELA CUNHA**

Consultora da Ordem dos Contabilistas Certificados
comunicacao@occ.pt

OE 2022 - Emissão e comunicação da faturação

Este artigo tem como principal foco alertar para as recentes novidades introduzidas com a publicação do Orçamento do Estado para 2022 (OE 2022), no que se refere à obrigação de emissão de fatura e da sua comunicação. Atualmente, os sujeitos passivos (SP), quer sejam empresas, trabalhadores independentes ou empresários em nome individual, devem, obrigatoriamente, emitir uma Fatura (FT) por cada Transmissão de Bens (TB) ou Prestação de Serviços (PS), independentemente da qualidade do adquirente dos bens ou destinatário dos serviços, ainda que estes não a solicitem, bem como pelos adiantamentos. A emissão de fatura pelas TB e PS efetuadas no território nacional está sujeita às regras estabelecidas no Código do IVA (CIVA). As TB ou PS, a partir do território nacional, efetuadas por SP aqui residentes, ficam também sujeitas às mesmas regras, quando a operação se considere localizada noutro Estado Membro da União Europeia e a obrigação de liquidação do imposto recair sobre os SP adquirentes. Bem como, quando de acordo com as regras de localização, a operação não se considere efetuada na União Europeia (UE). E ainda, quando existe acordo de autofaturação entre um SP residente e um SP não residente. Ou seja, quando um SP residente seja devedor do imposto pela aquisição de bens ou serviços a um SP não residente, as operações se localizarem em território nacional e a obrigação de liquidação do imposto recair sobre ele. No caso dos sujeitos passivos não residentes, estes estão obrigados a emitir fatura de acordo com as mesmas regras aplicadas aos residentes, pelas TB ou PS localizadas no território nacional, exceto quando: A obrigação de liquidação do imposto recair sobre o SP adquirente dos bens ou serviços; As operações sejam efetuadas no âmbito dos regimes especiais de "Balcão Único" – OSS, na qual Portugal não seja o Estado Membro de identificação¹. A legislação portuguesa dispensa a emissão de FT às pessoas coletivas de direito público, organismos sem finalidade lucrativa e instituições particulares de solidariedade social que pratiquem exclusivamente operações isentas de IVA e que tenham obtido para efeitos de IRC, no período de tributação imediatamente anterior, um montante anual ílquido de rendimentos não superior a 200 000 euros. Para titular as operações abrangidas pela isenção de IVA, pode a obrigação de emitir fatura ser cumprida mediante a emissão de outros documentos, como por exemplo recibos. A referida dispensa abrange também os SP relativamente às operações isentas ao

1 - Estado-Membro escolhido pelo SP não estabelecido na UE para declarar o início da sua atividade na qualidade de SP no território da UE.

abrigo das alíneas 27) e 28) do artigo 9.º do CIVA, quando o destinatário esteja estabelecido ou domiciliado noutro Estado membro da UE e seja um SP do IVA. Comumente, verificamos que determinados SP, que praticam exclusivamente operações isentas, emitem documentos diferentes de faturas, considerando que se encontram abrangidos pela dispensa, situação que não tem acolhimento na legislação em vigor. De mencionar, como exemplo, os SP que efetuam transmissões de imóveis. Alguns ainda têm assumido a escritura como documento suficiente para titular a operação.

Impõe-se relembrar que a redação da legislação sobre a dispensa na emissão de faturas² foi alterada³, passando a vigorar a atual redação desde 01/01/2020. A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) emitiu uma informação vinculativa⁴, na qual refere que "(...) existe obrigatoriedade de emissão de fatura por cada TB (imóveis) e que esta deve ser processada exclusivamente por programa certificado pela AT." De acordo com a opinião da AT, e em consonância com o disposto na legislação em vigor, só quando os sujeitos passivos optem pela aplicação do regime da renúncia à isenção de IVA, a escritura pode substituir a fatura.

Relativamente aos meios de processamento das FT, os SP sujeitos às regras do CIVA estão obrigados a utilizar, exclusivamente, programas informáticos que tenham sido objeto de prévia certificação pela AT, sempre que:

- a) Não tenham tido, no ano civil anterior, um volume de negócios superior a 50 mil euros ou, quando, no exercício em que se inicia a atividade, o período em referência seja inferior ao ano civil e o volume de negócios anualizado relativo a esse período seja superior àquele montante; ou,
 - b) Utilizem programas informáticos de faturação; ou,
 - c) Sejam obrigados a dispor de contabilidade organizada ou por ela tenham optado.
- Porém, se o SP não se encontrar em nenhuma das situações referidas, poderá utilizar documentos pré-impressos em tipografia autorizada, ou outros meios eletrónicos, nomeadamente máquinas registadoras, terminais eletrónicos ou balanças eletrónicas.

No que à comunicação das FT se refere, as pessoas, singulares ou coletivas, residentes em território português, são obrigadas a comunicar à AT os elementos das faturas bem como os elementos dos documentos que possibilitem a conferência de mercadorias

2 - Artigo 29º nº3 do CIVA

3 - Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro

4 - Processo: nº16416, por despacho de 28-12-2020, da Diretora de Serviços do IVA (por subdelegação)

Reembolso de IVA no estrangeiro termina em setembro

Os contribuintes que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pretendam obter o reembolso do imposto suportado em operações tributárias efetuadas noutro Estado-Membro, no ano passado, devem apresentar junto da AT, por via eletrónica, o correspondente pedido até final de setembro. Esta procede à remessa do pedido para o país de reembolso no prazo de 15 dias após a receção do pedido, depois de verificada a validade do NIF do requerente e a sua qualidade de contribuinte enquadrado no regime normal de tributação.

ou de PS e recibos. Podendo efetuar a comunicação por transmissão eletrónica de dados em tempo real, ou através de remessa de ficheiro normalizado estruturado com base no ficheiro SAF-T (PT) ou ainda por inserção direta no Portal das Finanças. Com a entrada em vigor do OE 2022, a partir de 1 de janeiro de 2023, é alargado o leque de entidades obrigadas a comunicar à AT os elementos das FT, desde que sujeitas às regras de emissão de FT em território nacional.

Passam assim a estar abrangidos pela obrigação de comunicar as faturas à AT, não apenas SP estabelecidos em território nacional, mas também os SP estabelecidos em outros Estados-Membros ou em país ou território terceiro relativamente a operações tributadas em Portugal, quando não se aplique a regra de inversão do SP, ou seja, grosso modo, quando tenham como destinatários consumidores finais.

De salientar que aquela norma, ao remeter para os SP sujeitos às regras nacionais, passa abranger os SP que utilizem Portugal como Estado Membro de identificação para efeitos do regime de balcão único.

Outra alteração resultante do OE 2022 é a obrigatoriedade de os SP efetuarem uma comunicação mesmo nos meses em que não tenham emitido qualquer documento fiscalmente relevante. O prazo para a comunicação também é diminuído, fixando-se o dia 5 do mês seguinte ao da respetiva emissão dos documentos. De notar que estas alterações também entram em vigor a 1 de janeiro de 2023.

Por fim, face a um conjunto de recentes alterações legislativas, designadamente as que se prendem com o denominado «Pacote IVA do Comércio Eletrónico», bem como as decorrentes da «Fatura sem Papel», a AT verificou a necessidade de alinhar e atualizar as funcionalidades disponíveis em cada um dos canais de comunicação, de forma a ultrapassar um conjunto de constrangimentos verificados e simplificar o processo de comunicação e tratamento subsequente da informação. Neste seguimento, uma das modificações relevantes será a indisponibilização da opção de comunicação "Informação Global" no Portal das Finanças no e-fatura, pois apesar desta opção de comunicação ter sido revogada desde 2016⁵ (inclusive) obrigando a comunicar por inserção manual, todas as faturas individualmente, alguns SP ainda mantinham essa prática. Poderão ser consultados os procedimentos e as alterações no site da AT, em Apoio ao Contribuinte > Faturação – Regras e mecanismos de comunicação > e-Fatura - Comunicação dos elementos dos documentos de faturação (Ano de 2022 e seguintes).

5 - Artigo 7º da Portaria n.º 426-A/2012, de 28/12,, artigo 191º da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12 e Portaria n.º 278/2014, de 29 de dezembro

CONTAS & IMPOSTOS**Isenções de IVA em entidade de formação profissional**

Desde que se encontrem reunidos os requisitos, nomeadamente que se esteja na posse de acreditação para formação profissional emitido pela DGERT, as prestações de serviços efetuadas neste âmbito estão isentas IVA a partir da data do despacho da acreditação.

Determinada empresa passou a entidade de formação certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). Pode enviar-se a alteração da atividade com enquadramento em sede de IVA, também com isenção nas formações, mantendo em paralelo a taxa de IVA normal, visto ter agora de faturar serviços na área da formação? Qual o artigo do IVA relativo a esta isenção?

As questões colocadas referem-se às implicações, em sede de IVA, da obtenção de certificação da DGERT aplicável à formação profissional. No caso concreto, estamos perante um sujeito passivo que «é agora uma entidade de formação certificada pela DGERT.»

Pretende-se saber, neste sentido, as implicações em sede de IVA deste enquadramento. Refere o número 10) do artigo 9.º do CIVA que beneficiam de isenção de IVA:

«10) As prestações de serviços que tenham por objeto a formação profissional, bem como as transmissões de bens e prestações de serviços conexas, como sejam o fornecimento de alojamento, alimentação e material didático, efetuadas por organismos de direito público ou por entidades reconhecidas como tendo competência nos domínios da formação e reabilitação profissionais pelos ministérios competentes.»

No âmbito deste reconhecimento, passamos a citar o ponto 35 da informação vinculativa referente ao processo n.º 13 317, por despacho de 07-05-2018, da diretora de serviços do IVA, (por subdelegação), que refere:

«35. Reúne a condição enunciada na última parte da citada alínea 10) do artigo 9.º do CIVA, a entidade formadora que esteja certificada pela DGERT (entidade que, face ao quadro legal vigente, é competente para essa certificação, nos termos da Portaria n.º 851/2010, de 06/09, na atual redação (dada pela Portaria n.º 208/2013, de 26/06), nas áreas indicadas no certificado.»

Concluimos, deste modo, que, desde que se encontrem reunidos os requisitos enunciados, nomeadamente que se esteja na posse de acreditação para formação profissional emitido pela DGERT, as prestações de serviços efetuadas neste âmbito estão isentas nos termos do n.º 10 do artigo 9.º do CIVA, a partir da data do despacho da acreditação.

Não possuindo o sujeito passivo em causa tal acreditação, não poderá ser aplicada a isenção do número 10) do artigo 9.º do CIVA, devendo o sujeito passivo liquidar IVA à taxa normal.

Salientamos que os certificados CCP (ex-CAP) não relevam para a aplicação da isenção prevista no número 10) do artigo 9.º do CIVA, pois não estamos perante uma certificação atribuída por uma entidade com competências no domínio da formação. Este entendimento é corroborado pelo Ofício-Circulado n.º 30 083/2005, de 2 de dezembro. Sem prejuízo do referido, será preciso ter em conta que, no caso concreto, é indicado desde logo que estamos perante um sujeito passivo que, atualmente, se encontra devidamente certificado pela DGERT, pelo que poderá, de facto, beneficiar da isenção prevista no número 10) do artigo 9.º do CIVA, relativamente às prestações de serviços de formação.

Deste modo, passando o sujeito passivo a praticar, simultaneamente, operações que conferem e operações que não conferem direito à dedução, tornar-se-á o mesmo num sujeito passivo misto, devendo ser entregue, para esse efeito, tal como sugerido, uma declaração de alterações, nos termos do artigo 32.º do CIVA.

A dedução do IVA suportado na aquisição de bens e serviços de utilização mista deverá ser feita, doravante, de acordo com os artigos 23.º e seguintes do CIVA.

Por outro lado, o IVA suportado na aquisição de bens e serviços exclusivamente afetos à atividade de formação certificada pela DGERT, passará a não ser integralmente dedutível.

Recomendamos, neste âmbito, a leitura do Ofício-Circulado n.º 30 103/2008, de 23 de abril.

EM FOCO

Volume de negócios na indústria cresce mais de 31%

O volume de negócios na indústria registou um crescimento de 31,5%, em junho, que compara com a variação de 29,1% no mês anterior. Refere o INE, que “este comportamento foi influenciado pelo expressivo aumento de preços na indústria. Excluindo a energia, as vendas na indústria tiveram uma evolução de 24,2 (contra 24,3% em maio). As variações homólogos de emprego, remunerações e horas trabalhadas foram de 2,9%, 6,4% e 2,5%, respetivamente.

Legal
Imobiliário
GABINETE DE ADVOGADOS



MARIA DOS ANJOS GUERRA ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.ao.pt

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE A TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS

Imóvel destinado a habitação própria e permanente

Vou comprar uma casa para viver com a minha família e como ainda estou a negociar o contrato-promessa gostaria de ter uma ideia de quanto pagarei de imposto na altura em que assinar a escritura de compra e venda.

Tanto quanto sei é uma percentagem sobre o preço do imóvel a partir de um certo montante que é atualizado anualmente não é verdade?

Quando o leitor se refere ao imposto a pagar na altura em que a escritura for outorgada, por certo se refere ao IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), que, como o nome indica, incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade ou de figuras parcelares

deste direito, sobre imóveis situados no território nacional, considerando como valor tributável o constante do ato ou do contrato ou o valor patrimonial tributário do imóvel, consoante o que for mais elevado.

Embora há vários anos os valores das taxas e dos escalões se mantivessem, a Lei do Orçamento do Estado para 2022, este ano excepcionalmente publicada em 27.06.2022, atualizou os valores sobre os quais deve incidir o referido IMT.

Pelo exposto, e dado que o leitor não refere o preço do imóvel, poderá consultar no quadro infra os valores e as taxas progressivas que sobre eles deverão incidir no caso da aquisição do imóvel que, de acordo com o supra referido, se destina a habitação própria e permanente.

Valor sobre que incide o IMT (em euros)	Taxas percentuais	
	Marginal	Média(*)
Até 93 331	0	0
De mais de 93 331 e até 127 667	2	0,5379
De mais de 127 667 e até 174 071	5	1,7274
De mais de 174 071 e até 290 085	7	3,8361
De mais de 290 085 e até 580 066	8	-
De até 580 066 e até 1 010 000	6 (taxa única)	
Superior a 1 010 000	7,5 (taxa única)	

(*) No limite superior do escalão

Atendendo à tabela supra e para, em função dela, o leitor poder calcular o montante do imposto a liquidar, se o valor sobre o qual incidirá o IMT for superior a € 93 331 deverá ser dividido em duas partes, uma igual ao

limite do maior dos escalões que nela couber, à qual se aplicará a taxa média correspondente a este escalão e a outra igual ao excedente, a que se aplicará a taxa marginal respeitante ao escalão imediatamente superior.

PUB

VidaEconómica
Business School



16 setembro

14h00-18h00

Para os estrangeiros que pensam vir para Portugal, torna-se necessária a análise e conhecimento do conjunto de normas que regulam a entrada de pessoas em território nacional (e Espaço Schengen), sendo para o efeito abordados os vários tipos de autorização de residência e seus requisitos. Se o objetivo, porém, é ter nacionalidade portuguesa importa também conhecer as diversas vias para o conseguir e quais os seus requisitos. Não menos importante é compreender as implicações fiscais que a permanência em Portugal pode acarretar para os estrangeiros autorizados a aqui residirem, em particular saber em que consiste o Regime Fiscal do Residente Não-Habitual. As 3 (três) temáticas acabadas de referir serão analisadas nesta formação porque continuam a suscitar dúvidas e questões recorrentes.

FORMADORES

LUÍS COUTO
AFONSO LEITÃO
DAVID FERNANDES
Advogados

PREÇOS

Público Geral: €80*

Assinantes: €70*

* Acresce IVA a taxa em vigor

Direito dos estrangeiros

PROGRAMA

Permanência de estrangeiros em Portugal - Luis Couto

- 1 - Enquadramento legislativo
- 2 - Noção e tipos de visto e autorizações de residência
- 3 - O processo para a atribuição de visto e autorização de residência
- 4 - A Autorização de Residência para Investimento - ARI (Golden Visa)
- 5 - O estabelecimento de residência em Portugal de cidadãos comunitários

O Regulamento da Nacionalidade Portuguesa: alterações introduzidas pelo DL n.º 26/2022, de 18 de março - Afonso Leitão

- 1 - Considerações gerais sobre o processo legislativo que esteve na base do DL n.º 26/2022, de 18/03
- 2 - Naturalização de descendentes de judeus sefarditas e cumprimento efetivo de requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal

- 3 - Aquisição da nacionalidade através de ascendente de nacionalidade portuguesa de 2.º grau na linha reta
- 4 - Regime de naturalização de ascendentes de cidadãos portugueses originários
- 5 - Regime de naturalização de estrangeiros que não conservaram a nacionalidade portuguesa e dos seus filhos nascidos em território nacional
- 6 - Alteração do regime de oposição à aquisição da nacionalidade
- 7 - Considerações finais

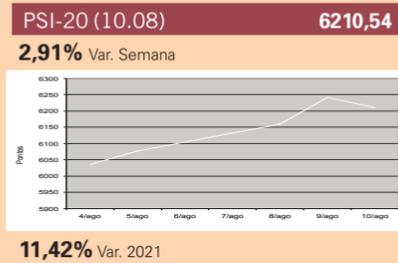
O Regime Fiscal do Residente Não-Habitual - David Fernandes

- 1 - Residente Não Habitual - especificidades do regime Breve enquadramento cronológico
- 2 - O procedimento de inscrição como Residente Não Habitual
- 3 - Obrigações declarativas dos sujeitos passivos inscritos como Residente Não Habitual
- 4 - Especificidades em torno da concatenação entre o regime do Residente Não Habitual e os acordos de dupla tributação

Informações/Inscrições Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.

Rua Gonçalves Cristóvão, 14 R/C 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Email: anabessa@grupovidaeconomica.pt | www.vebs.pt

MERCADOS



Dow Jones 10/ago	33283,56
Var Sem	1,55%
Var 2021.....	-8,30%
Nasdaq 10/ago	12805,85
Var Sem	1,23%
Var 2021.....	-18,03%
IBEX 35 10/ago	8355,10
Var Sem	2,48%
Var 2021.....	-4,25%

DAX 10/ago	13700,93
Var Sem	0,92%
Var 2021.....	-13,68%
CAC40 10/ago	6523,44
Var Sem	0,99%
Var 2021.....	-8,63%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

RICARDO EVANGELISTA, DIRETOR EXECUTIVO DA ACTIVTRADES EUROPE, CONSIDERA

Aumento das taxas de juro vai provocar problemas colaterais

O recente aumento das taxas de juro em 50 pontos base terá sido o mais indicado. No entanto, os mercados deverão estar preparados para alguns problemas colaterais. Quanto à forma como o BCE resolveu proceder ao aumento, não foi a mais “ortodoxa”, sendo de evitar agravamentos inesperados, referiu à “Vida Económica” Ricardo Evangelista, diretor executivo da ActivTrades Europe.

Vida Económica - A subida de 50 pontos base terá sido a opção mais correta?

Ricardo Evangelista - Considerando que os últimos dados da inflação na Zona Euro apontam para os 8,6%, aumentar os juros, que se encontravam em território negativo e não subiam há mais de uma década, não parece nada descabido. No entanto, podem surgir problemas colaterais originados por esta subida, que ultrapassou o valor que o banco central tinha anteriormente dado a entender, que era de 25 pontos base. Tais problemas poderão ser, por exemplo, o agravamento do cenário de recessão, devido a retirada do estímulo e a potenciação da subida dos juros da dívida soberana dos países da periferia da região da moeda única.

VE - Não seria preferencial um aumento mais gradual?

RE - O que teria sido preferencial era que o BCE tivesse preparado este aumento de forma mais ortodoxa. Neste caso não o fez, deixando antever durante muito tempo uma subida de 25 pontos base e mudando à última da hora para 50. É sempre preferível não surpreender com aumentos inesperados, sobretudo quando os juros da dívida da periferia começam a subir e o anúncio coincide com o estalar de uma crise política em Itália que pode exacerbar ainda mais o problema.



Ricardo Evangelista defende que é sempre preferível não surpreender com aumentos inesperados.

VE - Quais as repercussões esperadas para os mercados?

RE - Não se pode dizer que os mercados tenham reagido de uma forma muito significativa, pelo menos não no imediato. Isto talvez porque o BCE fez coincidir o anúncio da subida dos juros com a apresentação da sua ferramenta anti-fragmentação. Esta ferramenta servirá para evitar que os juros da dívida soberana dos países da periferia venham a sofrer agravamentos, através de um processo em que o BCE começará a comprar dívida desses mesmos países sempre que se registre um agravamento dos spreads desproporcional, face aos fundamentais da economia subjacente, retirando assim alguma da pressão que o mercado poderia vir a exercer na sequência do aumento em 50 pontos base do juro.

VE - A estratégia será eficaz no sentido de um controlo da inflação?

RE - A subida das taxas de juro do banco central é uma medida que contribui para tornar o crédito mais caro e acaba por ter um efeito de redução da procura, logo ajudando a controlar a inflação. Ao mesmo tempo, pelo menos em teoria, estas medidas também ajudam a suportar a moeda, o que é positivo para evitar o impacto que a desvalorização pode ter sobre os preços de importações pagas em divisas. Em suma, este aumento dos juros, partindo do princípio de que mais virão, é sem dúvida uma medida que ajudará a controlar a inflação.

VE - Como será afetada a economia, especialmente a portuguesa?

RE - Cada vez mais se perspetiva um cenário de recessão na Zona Euro, em que

Crédito mais caro terá efeito de redução da procura

Portugal está incluído, e a retirada de estímulos monetários, que é o que esta subida dos juros representa na prática, vem com certeza dar mais força a esta expectativa.

VE - Até que ponto vai criar receios nos investidores?

RE - Esse receio já se vem a notar há algum tempo. A perda de apetite pelo risco dos investidores já era uma realidade antes de o BCE ter anunciado a subida dos juros. Desde que a Reserva Federal dos Estados Unidos deu o mote no princípio do ano, iniciando um ciclo de política monetária restritiva, a aversão pelo risco tem vindo a crescer nos mercados financeiros globais.

VE - Qual o impacto que terá junto do mercado imobiliário, em particular?

RE - Com a subida dos juros, as taxas Euribor irão aumentar, significando prestações mensais mais elevadas. Logo, embora seja ainda prematuro presumir que será esse o cenário futuro, a subida dos juros pode desencadear um processo que leve a uma queda da procura.

VE - As bolsas também serão afetadas?

RE - As bolsas são um setor que sofre sempre que o apetite pelo risco cai nos mercados. Desde o final do ano passado, quando a inflação começou a subir e se começou a perspetivar a retirada dos estímulos monetários, as bolsas começaram a cair.

VE - Em setembro é esperado outro aumento. Tem uma ideia de qual será o agravamento e até que ponto se justifica?

RE - Neste momento, a expectativa é que seja entre 25 e 50 pontos base, dependendo de fatores como os níveis de inflação, os desenvolvimentos ao nível da crise energética e as perspetivas económicas em geral.

Fed poderá reduzir taxas de juro no próximo ano

Começam a surgir divisões em Wall Street sobre a estratégia que vai seguir a Reserva Federal. Enquanto alguns analistas defendem que as taxas de juro vão continuar a aumentar até que o indicador se situe entre os 3% e 4%, no próximo ano, outros veem uma descida no curto pra-

zo, de acordo com um trabalho publicado no “El Economista”.

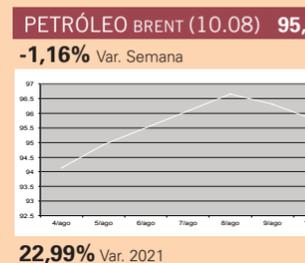
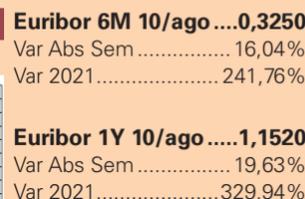
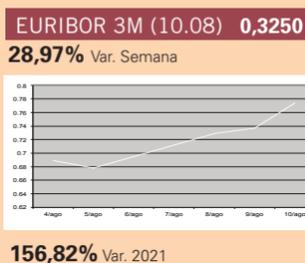
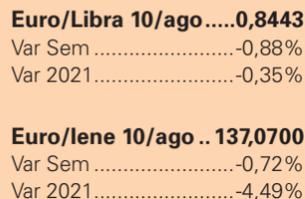
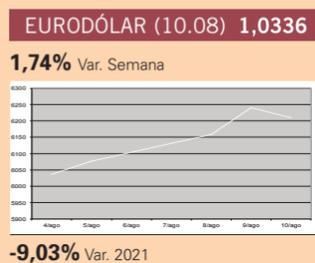
A segunda hipótese prende-se com o facto dos dados económicos das últimas semanas apontarem para um abrandamento da economia e a possibilidade da inflação ter atingido o seu pico. Por exemplo, o JP

Morgan Chase acredita que as subidas de preço vão começar a abrandar, o que levará a uma mudança de 180 graus por parte da Fed, o que elevará o ânimo das bolsas no segundo semestre. A paragem no mercado laboral e o arrefecimento da economia podem levar a uma política mais

equilibrada da Reserva Federal. Também a despesa dos consumidores baixou consideravelmente nas últimas semanas. O mercado imobiliário também tem arrefecido.

Mas também há os pessimistas, que acreditam que a inflação persistente manterá a Fed com

uma tendência restritiva durante mais tempo. É até possível que a Fed continue a aumentar as taxas de juro até que chegue uma recessão. As estimativas de ganhos para as empresas do S&P 500 ainda são demasiado altas e é possível que se iniciem vários trimestres decepcionantes.



COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER



NELSON PEREIRA
 responsável de Telco e Media
 da Minsait em Portugal

Os três desafios do 5G

Cobertura, redes dedicadas e a aceleração da transformação digital. Estes são os três principais desafios que o mercado Telco, através da tecnologia móvel 5G, terá de enfrentar nos próximos anos. O primeiro grande desafio é o da cobertura, que requer a construção de grandes redes (possivelmente em modo partilhado) que possam cobrir todo o território nacional. O investimento na construção das redes 5G, em Portugal está entregue aos operadores, estipulando-se o objetivo de se garantir que, até 2025, haja a cobertura 5G ininterrupta mais ampla possível para todas as áreas, incluindo áreas rurais e remotas.



Os desafios e os investimentos não dizem apenas respeito aos operadores



Um segundo desafio diz respeito à criação de redes dedicadas, quer através da virtualização das funcionalidades de uma rede pública, quer através da criação de redes privadas - neste último caso, as redes são concebidas para uso exclusivo das indústrias verticais, permitindo-lhes comunicar facilmente os diferentes dispositivos que possuem (sensores, robôs, drones, telefones), assim como pessoas e máquinas, e oferecer novos serviços inovadores que melhoram sua produtividade, eficiência e criam mais valor para os clientes. Estas soluções serão estratégicas para as indústrias onde Segurança, privacidade e confidencialidade são aspetos críticos. Finalmente, o terceiro desafio diz respeito à utilização da rede 5G pelas empresas para acelerar o processo de digitalização, otimizar processos e custos e criar novos modelos de negócio. De facto, o 5G não é uma tecnologia isolada, mas um “enabler” de um ecossistema de tecnologias interligadas (tais como IoT, Big Data, Inteligência Artificial, Machine Learning, não esquecendo o pilar crítico da cibersegurança). O 5G é muito mais do que uma nova rede de comunicação móvel, é um meio de tecnologia disruptiva, fundamental à automatização e à digitalização. Será um “enabler” na transformação digital do país, que irá acelerar a transformação de sociedades e modelos de negócios. Basta pensar, por exemplo, na automação de processos e controlo remoto de

máquinas e veículos em fábricas, manutenção preventiva e monitorização de bens, localização de contentores, ligação de sensores para Cidades Inteligentes e mesmo na melhoria da segurança de pessoas e coisas ou soluções de telemedicina e assistência remota, suportadas por soluções de realidade virtual e aumentada. O estudo “Connectivity&Beyond: HowTelcos Can Accelerate a Digital Future for All” da BCG revela que a tecnologia 5G sozinha pode gerar um impacto positivo anual, em termos ambientais e económicos, de 113 mil milhões de euros no Produto Interno Bruto (PIB) europeu e 2,4 milhões de novos empregos, em 2025. Os desafios e os investimentos não dizem apenas respeito aos operadores. O 5G está a mudar a cadeia tradicional de fornecimento de comunicações e, por conseguinte, serão necessários novos ecossistemas focados na colaboração entre operadores, indústrias, fornecedores de tecnologia e serviços e centros de inovação para potenciar e desenvolver os casos de negócio que retirem todo o potencial da transformação digital. Aliado a este momento de revolução tecnológica, temos de considerar a oportunidade do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos assente em três dimensões



Cobertura, redes dedicadas e a aceleração da transformação digital são os principais desafios



estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. Este contexto apresenta-nos uma oportunidade de transformação única, quer enquanto sociedade, assim como no nosso modelo económico, cabe-nos a nós como país e com os diferentes interlocutores: operadores, indústrias, reguladores, governo, universidades e centros de inovação, estarmos à altura do desafio.



CARINA MEIRELES
 Consultora financeira*

A literacia financeira das empresas em 2022

Os micro e pequenos empresários ocupam um lugar de destaque no indicador global de literacia financeira empresarial, tendo este indicador um maior destaque nas pequenas empresas, comparativamente com as micro, variando conforme o volume de negócios, segundo informação do Banco de Portugal. Os resultados destacam que cerca de 98,5% dos empresários deste estudo têm a conta do negócio separada da conta pessoal, quase 50% têm seguro de responsabilidade civil e cerca de 41% estão familiarizados com as linhas de crédito do Estado, sendo quase 30% os que contratam este tipo de crédito. Também uma elevada percentagem, chegando quase aos 55%, trabalha com contabilistas para gerir e planear as finanças, o que demonstra que recorrem a apoios externos para ajudar a gerir da



Sem dúvida que ainda há muito para fazer e as empresas devem estar também atentas e tentar saber mais sobre tudo o que gastam



melhor forma as finanças empresariais. Este inquérito foi realizado a 1541 empresas com menos de 50 trabalhadores. Mas será que negociam as condições com os bancos com regularidade? E os gastos que têm com os bancos, será que as empresas controlam e negociam devidamente? A banca também tem um papel representativo nas empresas, porque muitas são as que têm financiamentos e não sabem qual o juro que estão a pagar, quanto tempo falta para terminar, etc. Segundo este inquérito, existem mais produtos financeiros que são contratados pelas empresas através dos bancos, como, por exemplo, cerca de 45% em empréstimos bancários, onde 82% das empresas compara propostas com várias opções e 18% apenas compara dentro da própria instituição.

Sem dúvida que ainda há muito a fazer e as empresas devem estar também atentas e tentar saber mais sobre tudo o que gastam, principalmente com a banca, para que seja uma relação “Win-Win”. Estamos numa altura em que podemos e devemos saber mais, para saber gerir melhor um negócio, saber o que é a inflação, os impactos atuais e futuros, ter os financiamentos mais adequados ao negócio e saber negociar com os bancos para pagar menos, com soluções adequadas e ajustadas às reais necessidades do negócio.

INSTAGRAM: [HTTP://WWW.INSTAGRAM.COM/CARINA-MEIRELES.CONULTORA/](http://www.instagram.com/carina-meireles.consultora/)
 FACEBOOK: [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/CARINA-MEIRELESCONSULTORAFINANCEIRA/](https://www.facebook.com/carina-meirelesconsultorafinanceira/)
 LINKEDIN: [HTTPS://WWW.LINKEDIN.COM/COMPANY/CM-CONSULTORIA-FINANCEIRA](https://www.linkedin.com/company/cm-consultoria-financeira)
 SITE: [HTTPS://WWW.CARNAMEIRELES.PT](https://www.carinameireles.pt)
 BLOG: [HTTPS://MILLAEFAMILIA.PT](https://millaefamilia.pt)

MERCADOS**Apple mantém-se como empresa mais valiosa do mundo**

A Apple e a Aramco continuam a disputar o primeiro lugar da empresa mais valiosa do mundo. Para já, a balança pende para o lado da tecnológica norte-americana, com cerca de 200 mil milhões de dólares de avanço relativamente à petrolífera saudita. No entanto, a tendência poderá ser no sentido da Aramco garantir uma maior valorização bolsista nos próximos tempos, já que a Apple se defronta com problemas de fornecimento, que impede o crescimento das vendas.

Um terço das empresas europeias disponibiliza retornos de 6%

É um facto que mesmo nas crises há oportunidades. Cerca de um terço das empresas do EuroStoxx 50 (uma das principais referências bolsistas europeias) disponibiliza retornos superiores a 6%. São 15 as empresas que possuem estas retribuições atrativas, com o grupo automóvel Stellantis à cabeça ou 9,7% de rentabilidade. No início do ano, apenas metade das empresas disponibilizava tal rentabilidade. As maiores retribuições respeitam ao setor automóvel, seguem-se a banca e as elétricas.

Inflação obriga a uma política monetária mais “agressiva”

Os preços na Zona Euro parecem não ter limites. O índice de preços ao consumo registou um novo máximo em julho, para 8,9%, de acordo com os dados do Eurostat. Um valor pior do que o esperado pelos analistas – esperavam que o IPC se mantivesse estável em 8,6% - e que pressiona o Banco Central Europeu (BCE) a assumir uma política monetária mais agressiva.

O índice subjacente, que não inclui os preços dos alimentos frescos e da energia – também apresentou um agravamento considerável para cinco pontos percentuais, contra os 4,6% do mês anterior. Nalgumas das principais economias da região registaram-se taxas de inflação nunca observadas em décadas. Por exemplo, a Espanha atingiu os 10,8%, o que obriga o BCE a assumir uma política mais contundente, ou seja, que mantenha a estratégia de aumento das taxas de juro.

A Espanha atingiu os 10,8%, o que obriga o BCE a assumir uma política mais contundente

Os analistas, de uma maneira geral, esperam um aumento de 50 pontos base nas taxas diretas já no mês de setembro. Até porque a economia está a revelar ainda alguma consistência.

O PIB da Zona Euro avançou 0,7%, no segundo trimestre, face ao anterior, mais duas décimas do que entre janeiro e março.

Os especialistas esperavam um crescimento de apenas duas décimas. Entre os países da União Europeia, os maiores au-



mentos tiveram lugar na Suécia (1,4%), (-1,4%), na Lituânia (-0,4%) e em Portugal (-0,2%). A tendência é para uma descida do PIB nos próximos meses. Os recuos mais acentuados foram na Letónia



HENRIQUE TOMÉ
analista na corretora XTB

Mercado de trabalho nos EUA continua a ofuscar a ideia de recessão

A economia norte-americana está oficialmente em “recessão técnica”, depois do PIB ter contraído durante os dois primeiros trimestres deste ano.

No entanto, apesar das preocupações dos investidores, o sentimento continua a ser misto entre os economistas e investidores, pois se, por um lado, temos os dados referentes ao produto interno bruto a mostrarem sinais evidentes de que a economia americana não está a conseguir criar riqueza. Na sexta-feira, dia 5 de Agosto, foram publicados os dados sobre o mercado de trabalho nos EUA que acabaram por surpreender positivamente os mercados. Os relatórios sobre o mercado de trabalho americano são cruciais para os investidores não só nos Estados Unidos mas também a nível mundial, uma vez que tendem a ter um impacto

no dólar, no mercado de ações, bem como nas expectativas em relação às taxas de juro.

A solidez no mercado de trabalho continua a ser o único fator que tem protegido a economia dos EUA de uma verdadeira recessão. Como tal, a questão mais importante que se tem colocado é se o mercado de trabalho americano continua a ser suficientemente forte para justificar novas subidas das taxas de juro do lado da Reserva Federal.

Embora os dados mais recentes tenham mostrado que o mercado de trabalho se mantém robusto, começam também a surgir algumas *red flags* que poderão começar a chamar a atenção dos investidores.

- O emprego nos EUA ainda não recuperou para níveis pré-pandémicos;
- Os pedidos de subsídio de

desemprego têm vindo a aumentar nas últimas semanas. Os dados da semana passada mostraram um aumento de 260 mil novos pedidos de desemprego;

- De acordo com o JP Morgan, os pedidos iniciais de desemprego acima de 275 mil dariam a entender que podemos estar perante o risco de recessão;
- As vagas de empregos disponíveis (JOLTS) diminuíram significativamente recentemente, mas ainda permanecem num nível muito elevado - perto dos 10,7 milhões
- Os salários nos setores retalhista e da restauração aumentam rapidamente e levam a problemas de contratação nos setores da construção, saúde e industrial
- Os subíndices de emprego do ISM

permanecem abaixo do limiar de 50, mas recuperaram em relação a junho.

A juntar a tudo isto, não podemos negligenciar o facto de estarmos numa altura em que a sazonalidade apoia a criação de emprego durante o período alto do verão.

Por outro lado, estamos-nos a aproximar do fim do verão e será que estas *red flags* começarão a captar ainda mais a atenção dos investidores?

Até então, as preocupações dos mercados têm passado essencialmente pelos receios em relação à inflação, risco de recessão e o risco de novos aumentos das taxas de juro por parte dos bancos centrais. Resta-nos perceber se os próximos meses não deverão trazer novas pressões aos mercados relacionado com potenciais fragilidades no lado do mercado de trabalho.

PUB



INFORMAÇÃO DE MERCADOS FINANCEIROS

Assessoria especializada B2B

Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia

Vale a pena falar connosco!

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO

Telefone: 22 609 5888

imfporto@imf.pt

www.imf.pt

m.imf.pt

[Facebook/imfmercados](https://facebook.com/imfmercados)

Av. Duque de Loulé, 123 – Sala 54 – 1050-089 LISBOA

Telefone: 21 324 1204

imflisboa@imf.pt

FRANCISCO MENDONÇA, CITY MANAGER LE WAGON PORTO, AFIRMA

Matosinhos está a crescer como hub tecnológico

A escola de programação Le Wagon tem um novo campus em Matosinhos. Com o mote de “Surf and Code” pretende diferenciar-se da experiência da escola em Lisboa, devido à componente mais natural e menos urbana. O primeiro curso de Web Development já arrancou.

Francisco Mendonça, City Manager Porto da Le Wagon, afirma que “o grande objetivo é reduzir o fosso entre a oferta e a procura que existe de trabalho qualificado, nomeadamente na área de IT” e, desse modo, acompanhar o crescimento da cidade como hub tecnológico.

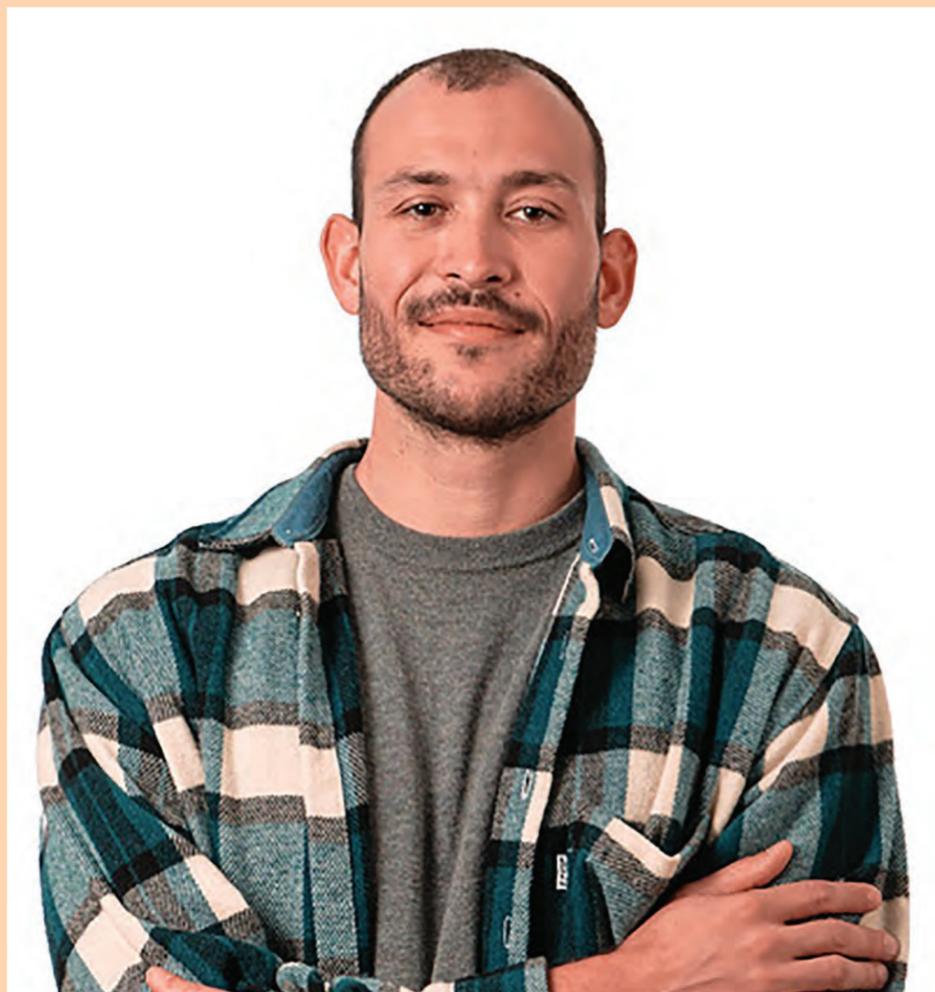
VIRGÍLIO FERREIRA
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica - O que é o novo campus da escola de programação Le Wagon e que objetivos pretende atingir?

Francisco Mendonça - O novo campus surgiu como uma expansão da operação que já temos em Portugal, neste caso em Lisboa, e nasceu de uma necessidade da zona norte do país que passa pela falta de oferta em programação, tanto em posições de Web Development como Data. O Porto foi a escolha natural e decidimos abrir a escola em Matosinhos Sul, sendo que o nosso grande objetivo é reduzir o fosso entre a oferta e a procura que existe de trabalho qualificado, nomeadamente na área de IT, ao reforçar a EdTech no norte do país e permitir a um maior número de pessoas transitar para esta área.

VE - Porquê a localização em Matosinhos e o que diferencia a escola de código Le Wagon face a outras do género?

FM - Um dos nossos objetivos sempre foi a expansão para o Porto, sendo que, chegando ao norte do país, queríamos ter uma oferta diferenciada da que temos em Lisboa (que tem um campus mais citadino). Neste sentido, escolhemos Matosinhos para proporcionar essa experiência diferente aos nossos alunos, especialmente para quem procura uma vida mais relaxada depois das aulas. Tendo em conta que estamos numa zona à beira mar, os estudantes podem usufruir da praia, fazer desportos como surf e utilizar os parques próximos. Matosinhos é também uma zona residencial financeiramente mais acessível do que o centro do Porto e, portanto, existe uma maior facilidade em encontrar casa, principalmente para os alunos estrangeiros. Outra grande vantagem é o facto da cidade estar a crescer como hub tecnológico, o



“À medida que a cidade vai crescendo, queremos crescer com ela”.

que tem levado muitas empresas a se estabelecerem aqui, incluindo gigantes como a fintech Revolut, que se encontra mesmo ao lado do nosso campus. Neste sentido, à medida que a cidade vai crescendo, queremos crescer com ela.

Próximo curso inicia em outubro

VE - Quais as vagas existentes e que futuro propicia aos alunos?

FM - Neste momento, temos um curso disponível no Porto - Web Development, sendo que o próximo curso terá início a 10 de outubro. No futuro, queremos lançar o curso de Data Science e, portanto, eventualmente, vamos ter ainda mais vagas para oferecer.

A perspectiva futura para os nossos alunos é bastante positiva - atualmente temos uma taxa de empregabilidade de 97% em 22 dias. Fornecemos oportunidades incríveis que permitem aos nossos alunos mudar de carreira ou aprimorar capacidades de programação. Ao longo deste processo utilizamos alguns parceiros de recrutamento para garantirmos que todos os alunos conseguem alcançar os seus objetivos profissionais. Acima de uma escola, somos uma comunidade ativa.

VE - O que é que estes cursos proporcionam aos alunos e que futuro é que estes podem enveredar depois de fazer um curso na Le Wagon?

FM - Os nossos cursos têm uma abordagem muito prática e destinam-se a qualquer pessoa, o nosso curso de Web Development não implica estudos prévios em programação - basta ter vontade de aprender e querer transformar a sua vida e entrar numa carreira completamente diferente. Neste sentido, em nove semanas, preparamos os nossos alunos para entrar no mercado de trabalho do início ao fim. Podem ingressar no mercado tanto como programadores (desde Full-stack a Back-end), como também, dada a nossa abordagem transversal e com um ênfase em produto, para outras áreas de suporte e gestão dentro do setor como, por exemplo, Product Manager, Product Owner ou Scrum Master.

Para além disto, antes de pensarmos no futuro em si dos alunos, pensamos na acessibilidade destes aos cursos. Por isso, disponibilizamos oportunidades, como é o caso do ISA (“incoming share agreement”) que temos com a Fundação José Neves. Desta forma, os alunos só começam a pagar o curso quando estiverem a trabalhar na área tecnológica - uma forma de garantirmos resultados positivos e de ajudarmos os nossos alunos a conseguirem alcançar os seus sonhos.

Aluno formado num bootcamp preferido pelas empresas

VE - Em Portugal, especialmente no Norte, as empresas procuram que tipo de talento?

“Os alunos só começam a pagar o curso quando estiverem a trabalhar na área tecnológica”

FM - Existe claramente uma disparidade enorme entre a quantidade de trabalhadores qualificados e as vagas que as empresas têm em aberto. Não há talento suficiente para preencher estas posições, o que reflete a falha na educação oferecida. Neste sentido, é necessário formar mais pessoas, pois muitas empresas estão receptivas para receber colaboradores, mesmo com pouca experiência na área (apesar de ser bastante técnica, é também bastante prática e as empresas estão dispostas a investir na formação dos seus colaboradores). Como tal, nós ensinamos os alunos a dar os primeiros passos para entrar no mercado de trabalho, com uma base de conhecimento sólida e, de seguida, as empresas ajudam a aprofundar o conhecimento adquirido para que se tornem em colaboradores competentes. Vemos também que as empresas valorizam perfis que já têm alguma experiência de trabalho, mesmo em outras áreas - muitas vezes preferem um aluno que sai de um bootcamp e que já tem experiência profissional, do que uma pessoa que sai da faculdade com uma licenciatura ou um mestrado e não tem experiência no mercado de trabalho. Este tipo de perfil tem mais bagagem e uma maior noção dos desafios que os esperam, elementos que as empresas valorizam muito.

VE - Acha que a elevação nos níveis de talento propicia a atracção de investimento nacional e estrangeiro?

FM - Sim, sem dúvida. Neste momento tudo o que se lê, principalmente nos meios de comunicação social estrangeiros, mostra como Portugal é atraente tanto para investimento estrangeiro como nacional. Do ponto de vista estrangeiro, as empresas consideram Portugal devido aos altos níveis de qualificação do nosso talento, ao baixo custo de vida, bem como à nossa situação económica. Esta é muito mais vantajosa para criar um Tech-center do que noutros países que competem connosco, como Holanda, Irlanda, Inglaterra, entre outros, o que acaba por ser uma boa opção de nearshoring - uma variação de offshoring. Outros fatores que também tornam Portugal um país tão atrativo são a sua gastronomia e o clima. Todas estas razões levam a que Portugal, neste momento, seja muito conhecido e não falem empresas a quererem estabilizar-se aqui. Este tipo de condições vê-se cada vez mais em Matosinhos e, visto que o Porto está cada vez mais lotado, tanto para habitação como para escritórios, a cidade é uma ótima solução para também atrair este investimento.

“Acima de uma escola, somos uma comunidade ativa”

MERCADOS**PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO**

O PSI apresenta uma clara tendência altista desde o início do ano, tendo vindo a acumular ganhos que se perspetiva que deverão continuar no médio e longo prazo. No que toca ao curto prazo, nas últimas semanas, o índice quebrou em alta o nível dos seis mil pontos, estabelecendo-se o mesmo como um novo suporte para o índice. Futuramente, espera-se que esta quebra abra terreno para uma subida até aos 7 900 pontos – máximos de oito anos.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO

O Dax apresenta uma clara tendência de alta desde o início do século, à medida que acompanha a linha de tendência ascendente. No início do ano, o índice renovou máximos históricos, na zona dos 16 mil pontos. Atualmente, o índice tem transacionado em torno do nível dos 13 600 pontos, tendo nas últimas semanas recuperado cotação, estando de momento ligeiramente acima do nível referido. Para o curto prazo, se o índice quebrar e se conseguir estabelecer acima dos 13 600 pontos, espera-se que continue a apresentar um crescimento sustentado. Para o médio e longo prazo as perspetivas permanecem de alta no índice.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO

FILIPE GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Euribor atingiram novos máximos plurianuais

As Euribor voltaram a subir na última semana, tendo alcançado novos máximos plurianuais. Os movimentos mais acentuados voltaram a estar na referência a um ano, que registou uma subida de 10 pontos base, regressando assim para cima do patamar de 1%. Nas restantes referências, as subidas acabaram por ficar entre os 2,5 e os 4,5 pb. Assim, tivemos a Euribor a 6 meses a alcançar máximos desde 2012, a referência a 3 meses, máximos desde 2014 e a referência a 1 mês, máximos desde 2015. A subida das Euribor viu-se apoiada pelo aumento das expectativas nova subida de 50 pb por parte do Banco Central Europeu após a subida de 50 pb das taxas por parte do Banco de Inglaterra e do aumento das expectativas de uma subida de 75 pb por parte da Reserva Federal. Decompondo a curva de rendimentos da Euribor a 6 meses, observou-se uma forte deslocação para cima, estando a expectativa de uma Euribor a 6 meses acima de 1,50% de novo no primeiro semestre do próximo ano, tendo recuado face à expectativa da semana passada, que via a Euribor acima desse patamar apenas no segundo semestre de 2026. Numa semana sem comentários por parte dos membros do Banco Central

Europeu, fruto da pausa de verão antes da reunião de setembro, as atenções acabaram por recair na reunião do Banco de Inglaterra, mas também na vaga de indicadores económicos conhecidos recentemente. O BoE foi ao encontro das expectativas do mercado, subindo a taxa de juro de referência em 50 pb para 1,75%, o maior incremento desde 1995 e que deixou a taxa no nível mais elevado desde 2008. O governador indicou que todas as opções se encontram em cima da mesa para as próximas reuniões, salientando que a prioridade do BoE é retornar a inflação para a meta de 2%. A instituição indicou ainda que a economia britânica poderá contrair, no último trimestre de 2022 e ao longo de todo o ano de 2023. O BoE também reviu em alta a sua previsão para o pico da inflação para 13,3% em outubro e disse que a subida dos preços permanecerá elevada ao longo de 2023.

Nos EUA, os dados conhecidos na última sexta-feira mostraram que a economia norte-americana criou 528 mil postos de trabalho em julho, número que se mostrou uma enorme surpresa para os mercados e deixou aberta a porta para uma nova subida de 75 pb na reunião de setembro. Na Zona Euro, as

vendas a retalho caíram em junho e os preços no produtor continuaram a subir, aumentando os receios de que o bloco possa estar a caminho de uma recessão. O Eurostat afirmou que as vendas a retalho, já ajustadas à inflação, caíram 1,2%, em cadeia, em junho, para uma queda anual de 3,7%. Separadamente, a atividade empresarial da ZE contraiu em julho pela primeira vez desde o início do ano passado. A queda nas vendas a retalho surge após um novo aumento dos preços no produtor, de 1,1% em cadeia e de 35,8% numa base anual. Nas taxas fixas, o rendimento dos Bunds a 10 anos recuperaram na última semana, após terem caído para mínimos de quase quatro meses, aproximando-se novamente do patamar de 1%, perante o aumento das expectativas de que o BCE irá anunciar outro grande aumento das taxas em setembro. De acordo com a Refinitiv, os mercados encontram-se agora a descontar, com uma probabilidade de cerca de 95%, uma subida de 50 pb na reunião do BCE no próximo mês, em comparação com uma probabilidade de apenas 50% na semana passada.

ANÁLISE PRODUZIDA A 10 DE AGOSTO DE 2022

RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd segue próximo da paridade**EUR/USD****Eur/Usd**

O Eur/Usd acabou por ressaltar, após ter atingido mínimos de 20 anos nos \$0,9953. Desde então tem apresentado um crescimento sustentado, tendo ainda esta semana registado máximos de 1 mês nos \$1,035. Caso o par se consiga segurar acima do nível referido, pode-se especular que ganhe força suficiente para prosseguir com o seu crescimento. Caso contrário, será expectável que o par recue novamente para um nível próximo da paridade. No entanto, para o longo prazo, as perspetivas são de queda, esperando-se que o par continue dentro do canal decrescente apresentado.

144 ienes, acabando por corrigir em baixa, tendo ainda recuado para níveis abaixo dos 140 ienes e encontrado suporte nos 133 ienes.

De momento, está a transacionar perto dos 137 ienes, tendo quebrado um máximo de 12 dias, esperando-se que continue a lateralização.

Eur/Gbp

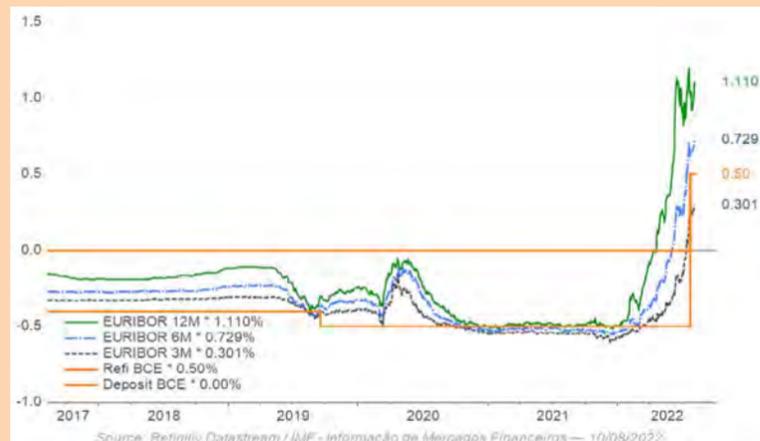
O Eur/Gbp ressaltou após a correção realizada nas últimas semanas, tendo utilizado o £0,835 como suporte, estando de momento a testar o nível das £0,844, que tem vindo a rondar. Espera-se, no curto prazo, que o par consiga dar seguimento ao crescimento apresentado nos últimos dias.

Eur/Jpy

O Eur/Jpy falhou o teste aos

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	09.agosto.2022	17.janeiro 2022		07.fevereiro 2022			
1M	-0,015%	-0,562%	↑	0,547	-0,548%	↑	0,533
3M	0,321%	-0,560%	↑	0,881	-0,530%	↑	0,851
6M	0,737%	-0,523%	↑	1,260	-0,456%	↑	1,193
1Y	1,113%	-0,470%	↑	1,583	-0,310%	↑	1,423

TAXAS EURIBOR E REFI BCE**FUTUROS EURIBOR**

Data	3 Meses Implícita
agosto 22	0,715%
outubro 22	1,065%
março 23	1,435%
dezembro 23	1,450%
junho 24	1,445%
dezembro 24	1,450%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

Euro Refinancing Rate	0,00%
BCE Euro Marginal Lending Facility	0,25%
Euro Deposit Facility	-0,50%
*desde 10 de março 2016	
EUA FED Funds	1,00%
R.Unido Prime Rate	1,00%
Brasil Taxa Selic	12,75%
Japão Repo BoJ	-0,10%

EURO FRA'S

Tipo*	Bid	Ask
1X4	0,608	0,618
3X6	1,008	1,058
1X7	0,928	0,948
3X9	1,229	1,249
6X12	1,444	1,454
12X24	1,570	1,580

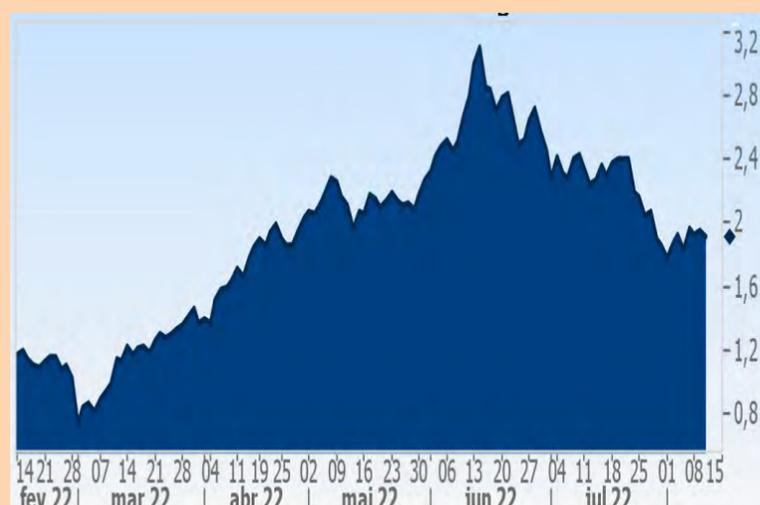
*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

EURO IRS

Prazo	Bid	Ask
2Y	1,326	1,332
3Y	1,369	1,409
5Y	1,504	1,524
8Y	1,657	1,677
10Y	1,734	1,774

Obrigações	5Y	10Y
🇧🇪	1,17	1,92
🇩🇪	1,22	2,00
🇫🇷	0,87	1,45
🇮🇹	0,66	0,89
🇪🇸	2,11	2,99
🇬🇧	1,81	1,96
🇺🇸	2,88	2,76
🇨🇦	0,00	0,19

Fontes: Reuters e IMF

YIELD 10 ANOS PORTUGAL

	10/agosto/2022	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,0252	0,57%	2,09%	-16,62%
EUR/JPY	138,16	1,45%	0,62%	9,11%
EUR/GBP	0,8461	1,17%	-0,25%	-6,16%
EUR/CHF	0,9713	-0,61%	-1,72%	-10,16%
EUR/NOK	9,9118	0,38%	-3,54%	-5,10%
EUR/SEK	10,3773	-0,13%	-2,37%	2,85%
EUR/DKK	7,4397	-0,04%	-0,01%	0,02%
EUR/PLN	4,7063	0,33%	-2,34%	3,49%
EUR/AUD	1,4682	0,01%	-1,46%	-7,82%
EUR/NZD	1,6211	-0,34%	-1,12%	-5,00%
EUR/CAD	1,3207	0,93%	0,86%	-15,45%
EUR/ZAR	16,8788	-1,46%	-1,59%	-5,82%
EUR/BRL	5,2510	-1,94%	-2,78%	-16,97%

Capitalização da Euronext Lisbon cresce 2,7%

A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 239 335,3 milhões de euros, em julho, mais 2,7% do que no mês anterior e mais 6,7% do que no período homólogo. O segmento acionista do mercado regulamentado cresceu 6,4% e o segmento obrigacionista cresceu meio ponto percentual, em termos mensais. No índice PSI, a EDP, a Jerónimo Martins e a EDP Renováveis foram os emittentes com maior representatividade.

Fed admite “firmeza” para travar inflação

A Reserva Federal dos Estados Unidos está determinada a aumentar as taxas de juro para controlar a inflação e levar a mesma para os 2%. Admite que será necessária firmeza para que tal aconteça. Reduzir a inflação para dois pontos percentuais implica tomar medidas fortes, ainda que tal signifique um abrandamento do crescimento económico. O importante é que a inflação diminua de modo suficiente, na perspetiva do banco central norte-americano.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Varição Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
ALTRI SGPS SA	5,725	9,78%	6,675	3,582	0,883	0,598	6,484	9,574	4,19%	6,34%	10/08/2022	16:35:00	
IBERSOL SGPS SA	6,180	0,65%	6,600	4,590	0,313	0,387	19,744	15,969	2,18%	1,94%	10/08/2022	16:35:06	
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,152	6,15%	0,203	0,120	0,018	0,031	8,433	4,897	0,59%	0,66%	10/08/2022	16:35:27	
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	7,120	0,00%	7,600	5,740	0,550	0,420	12,945	16,952	8,43%	5,34%	10/08/2022	16:35:27	
CORTICEIRA AMORIM SA	10,460	-0,95%	12,601	9,180	0,624	0,696	16,763	15,029	1,91%	2,72%	10/08/2022	16:35:13	
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	3,415	1,94%	5,160	2,965	0,235	0,283	14,532	12,067	3,51%	3,51%	10/08/2022	16:35:10	
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	5,078	3,76%	5,144	3,652	0,215	0,267	23,619	19,019	3,74%	3,78%	10/08/2022	16:35:08	
EDP RENOVAVEIS SA	26,150	5,19%	26,640	16,600	0,711	0,731	36,779	35,773	0,34%	0,39%	10/08/2022	16:35:22	
GALP ENERGIA SGPS SA	10,515	3,85%	13,060	8,060	1,346	1,332	7,812	7,894	4,85%	4,92%	10/08/2022	16:35:25	
JERONIMO MARTINS	22,460	0,54%	23,160	16,950	0,925	1,024	24,281	21,934	3,50%	2,42%	10/08/2022	16:35:24	
MOTA ENGL SGPS SA	1,218	1,67%	1,443	1,108	0,115	0,150	10,591	8,120	4,25%	1,40%	10/08/2022	16:35:10	
NAVIGATOR CO SA/THE	4,110	4,37%	4,240	2,804	0,446	0,320	9,215	12,844	6,84%	5,74%	10/08/2022	16:35:19	
NOS SGPS	3,744	1,74%	4,120	3,204	0,272	0,263	13,765	14,236	7,43%	7,69%	10/08/2022	16:35:05	
PHAROL SGPS SA	0,078	6,81%	0,101	0,072	-	-	-	-	-	-	10/08/2022	16:35:02	
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,755	-0,18%	3,060	2,385	0,167	0,176	16,497	15,653	5,59%	5,88%	10/08/2022	16:35:08	
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	14,620	3,98%	16,300	10,660	3,025	2,140	4,833	6,832	3,50%	4,99%	10/08/2022	16:35:10	
SONAE	1,041	-1,51%	1,180	0,835	0,123	0,096	8,463	10,844	4,91%	4,90%	10/08/2022	16:35:11	
NOVBASE SGPS SA	4,750	0,21%	5,100	4,131	0,240	0,290	19,792	16,379	-	9,05%	10/08/2022	16:35:15	
GREENVOLT-ENERGIAS RENOVAVEI	9,690	7,79%	9,730	4,572	0,246	0,485	39,390	19,979	-	-	10/08/2022	16:35:03	

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Varição Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
BANCO SANTANDER SA	2,615	7,44%	3,482	2,324	0,512	0,531	5,106	4,924	3,82%	5,39%	10/08/2022	16:38:00	
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	25,220	5,26%	32,410	18,545	1,247	1,334	20,225	18,906	2,50%	4,43%	10/08/2022	16:38:00	
REPSOL SA	12,265	2,85%	16,230	9,231	3,924	3,002	3,126	4,086	5,14%	5,26%	10/08/2022	16:38:00	
TELEFONICA SA	4,246	0,21%	5,064	3,614	0,351	0,371	12,097	11,445	7,07%	7,07%	10/08/2022	16:38:00	
SIEMENS AG-REG	109,180	1,53%	157,960	93,670	7,523	8,589	14,500	12,700	3,66%	3,67%	10/08/2022	16:35:08	
CARREFOUR SA	16,905	2,67%	21,370	14,515	1,630	1,841	10,371	9,183	3,08%	3,49%	10/08/2022	16:36:52	
BAYER AG-REG	51,900	-11,67%	67,990	43,905	7,514	7,839	6,926	6,639	3,85%	4,19%	10/08/2022	16:35:19	
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	8,829	3,09%	14,636	7,525	1,557	1,743	5,681	5,075	2,27%	3,40%	10/08/2022	16:35:21	
RWE AG	42,490	6,15%	43,970	29,670	2,917	2,038	14,594	20,888	2,12%	2,12%	10/08/2022	16:35:11	
VOLKSWAGEN AG	196,550	-0,46%	313,000	162,400	34,112	34,026	5,758	5,772	3,82%	4,40%	10/08/2022	16:35:13	
ING GROEP NV-CVA	9,370	-1,98%	13,625	7,693	1,046	1,328	8,958	7,056	6,19%	7,79%	10/08/2022	16:36:39	

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf. 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



PAULO ROSA
Economista Sénior
do Banco Carregosa

Inflação ou recessão: o que recear mais?

A inflação consiste numa subida generalizada e contínua dos preços dos bens e serviços consumidos pelas famílias. Essa mesma alta dos preços é determinada pela conjugação de quatro fatores: oferta e procura de bens e serviços, procura e oferta de moeda (não a base monetária, ditada pelos bancos centrais, mas um agregado monetário mais lato, ou seja, a massa monetária, definida maioritariamente pelos bancos comerciais). A inflação aumenta sempre que a procura agregada seja superior à oferta agregada, sendo talvez a maior ineficiência económica. Pelo contrário, há lugar a deflação (queda dos preços) quando a oferta agregada supera a procura agregada, mas à medida que a oferta cria gradualmente a sua procura, ou seja, através de novos produtos introduzidos no mercado, maior crescimento, maior rendimento disponível das famílias, o mercado reequilibra-se e os preços dos bens e serviços estabilizam-se. A inflação é sempre um fenómeno monetário. Significa que com 1 euro se compra menos hoje do que ontem. Isto é, a inflação reduz o valor da moeda ao longo do tempo. Todavia, numa economia em forte crescimento a alta temporária dos preços é um sintoma do próprio acréscimo real de riqueza e desajustamentos transitórios entre o aumento da procura, consequência do maior rendimento disponível, permitindo optar por mais lazer em detrimento do trabalho, e uma oferta que leva o seu tempo a criar novos produtos e a automatizar ainda mais a economia que mais tarde ou mais cedo acaba por acrescer uma cabal oferta de bens e serviços capaz de colmatar o aumento da procura agregada. Contudo, a atual inflação é diferente e surge num contexto de crise económica. As dificuldades nas cadeias de abastecimento, ditadas pela pandemia de covid-19, estiveram na génese da atual inflação, no início temporária, mas que a transição energética e, já este ano, a guerra na Ucrânia tornaram cada vez mais persistente. Na Europa, a inflação é maioritariamente energética e baseada, em boa parte, na importação de combustíveis fósseis mais caros, subtraindo riqueza ao PIB europeu e penalizando os consumidores. Mas a persistência da alta dos preços dos bens e serviços tende a tornar-se cada vez mais duradoura à medida que a dinâmica perniciososa da inflação se aprofunda, corroborada por exemplo, pela manutenção ou aumento das margens por empresas com poder de mercado, os denominados cartéis, ou por governos que beneficiam com a alta dos

preços, aumentando a sua receita fiscal. Por último, num fenómeno inflacionista de custos [importados], o BCE tenta ajustar a já frágil procura à menor oferta, aumentando o preço do crédito, mais um custo para as famílias. Todos estes fatores adversos conduzem paulatinamente a economia a uma recessão. Os cartéis, normalmente, ocorrem em mercados definidos por oligopólios, nos quais existe um pequeno número de empresas com produtos homogéneos. Na verdade, o cartel opera como um monopólio, ou seja, como se fosse uma única empresa, prejudicando a concorrência e penalizando os consumidores ao aumentarem preços e restringirem a oferta. Ao limitar a concorrência, o cartel também prejudica a inovação, impedindo que novos produtos e processo produtivos surjam no mercado, resultando em perdas de bem-estar do consumidor e, no longo prazo, perda de competitividade da economia como um todo. Em Portugal, a Autoridade da Concorrência (AdC) procura, desde a sua criação em 2003, salvaguardar a livre concorrência, inscrita na Constituição da República Portuguesa no artigo 81º, alínea f). A inflação em Portugal seria menor se existisse um cabal livre mercado e tivesse sido implementada uma política orçamental expansionista, sobretudo uma maior redução dos impostos sobre os combustíveis fósseis importados, abdicando de uma parte maior do ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos), bem como do IVA que recai sobre os hidrocarbonetos. A receita do ISP do executivo português subiu € 84,7 milhões no 1º semestre deste ano, relativamente ao semestre homólogo de 2021, para € 1608,6 milhões. Entre os mesmos semestres, o IVA aumentou de € 7920,7 milhões para € 10052,3 milhões. A inflação autoalimenta-se. Muitos querem ganhar mais, trabalhando menos. Açambarcamentos. A recessão é talvez o menor de dois males. A Reserva Federal dos EUA sabe-o e, por isso, luta para travar a inflação mais elevada dos últimos 40 anos e todos os vícios que a alta de preços acarreta. Além disso, os trabalhadores querem aumentos salariais, intensificando a inflação. Uma recessão desacelera a economia, as pessoas gastam menos e essa é uma das principais maneiras de impedir que os preços subam. A recessão renova o tecido empresarial. Em suma, apesar da recessão ser também penalizadora para as empresas de dimensão mais pequena e para a concorrência, a inflação é muito pior.



eBroker

As principais bolsas mundiais ao seu alcance.

O acesso digital dos mercados financeiros.

Para clientes aderentes ao Netbanco e App eBroker.
Informe-se sobre as condições do serviço em www.santander.pt

Santander
O que podemos fazer por si hoje?

EMPRESAS

Faturas da Endesa com validação prévia

Foi publicado em Diário da República o despacho que obriga à validação prévia das faturas da Endesa a serviços e entidades do Estado para posterior pagamento. Esta obrigatoriedade decorre das afirmações do presidente da Endesa, Nuno Ribeiro da Silva, a propósito do aumento dos preços da eletricidade e que mereceu forte contestação por parte do Executivo. A Endesa fica agora sujeita à validação prévia das faturas, determinada pelo primeiro-ministro, António Costa.

Insolvências caem 10% nos primeiros sete meses

As insolvências registaram uma quebra de 10,3%, nos primeiros sete meses, face a igual período do ano passado. Já as constituições aumentaram 16,6%, em termos homólogos, de acordo com a Iberinform.

Em julho, as insolvências baixaram de 326 para 272, menos 54 do que no mesmo mês do ano passado. “O acumulado apresentou-se inferior aos dados apurados nos últimos três anos, com menos 293 insolvências. A média mensal foi a mais baixa desde 2019 e situou-se em 231 ações de insolvência.” Lisboa e Porto foram os distritos que apresentaram os valores mais elevados, com 689 e 592, respetivamente, o que se traduziu num aumento de 4,9% no primeiro caso e numa diminuição de 16% no segundo. O único setor que assistiu a um aumento das insolvências foi o dos transportes (mais 13%).

Com variação negativa destacaram-se as telecomunicações, a hotelaria e restauração e a construção e obras públicas.

As constituições, em julho, baixaram de 3501, no ano passado, para 3186 no presente exercício. Em termos acumulados, verificou-se um aumento, face aos dois últimos anos, para um total de 28 672 constituições (mais 17% do que no ano transato), ainda segundo a Iberinform. O distrito de Lisboa apresentou o maior número de constituições, seguindo-se o do Porto. Até final de julho, os setores que apresentaram as maiores variações positivas na constituição de novas empresas foram os transportes, a hotelaria e restauração, outros serviços e telecomunicações. Apenas três apresentaram variações negativas, designadamente comércio a retalho, agricultura, caça e pesca e indústria transformadora.



PUB



HOLMES PLACE
PREMIUM FITNESS CLUBS



OFERTA 1 SESSÃO DE ART OF SWIMMING

Conheça as vantagens desta modalidade para crianças e adultos e aprenda a usar o corpo e mente de modo mais eficiente.

[HOLMESPLACE.PT](https://www.holmesplace.pt)



VER OFERTA



AUTOMÓVEL

MG lança compacto elétrico em outubro

O novo MG4 Electric chega ao mercado europeu no próximo outono. É um compacto totalmente elétrico, com uma autonomia até 450 km com uma carga. A marca diz que se trata do modelo mais avançado da MG Motor, com bateria refrigerada e atualização para sistemas de recarga. Surge no mercado com duas versões, de 204 e 170 cavalos de potência. As reservas antecipadas já estão disponíveis na Web (www.mgmotor.eu).

Ensaio

Nissan Ariya segue o caminho aberto pelo Leaf

O novo SUV elétrico da Nissan foi apresentado no World of Wine, em Vila Nova de Gaia. O Nissan Ariya posiciona-se num segmento bastante preenchido e apresenta como principal vantagem a autonomia, que pode chegar aos 533km.

A Nissan foi pioneira e conquistou uma posição de relevo no mercado dos veículos elétricos através do Leaf. Dez anos depois, o novo SUV Ariya chega um pouco atrasado face à concorrência que já investiu neste segmento, começando pelo grupo Volkswagen. O Ariya utiliza a plataforma CMF-EV da Aliança Renault-Nissan, tal como o Renault Mégane E-Tech.

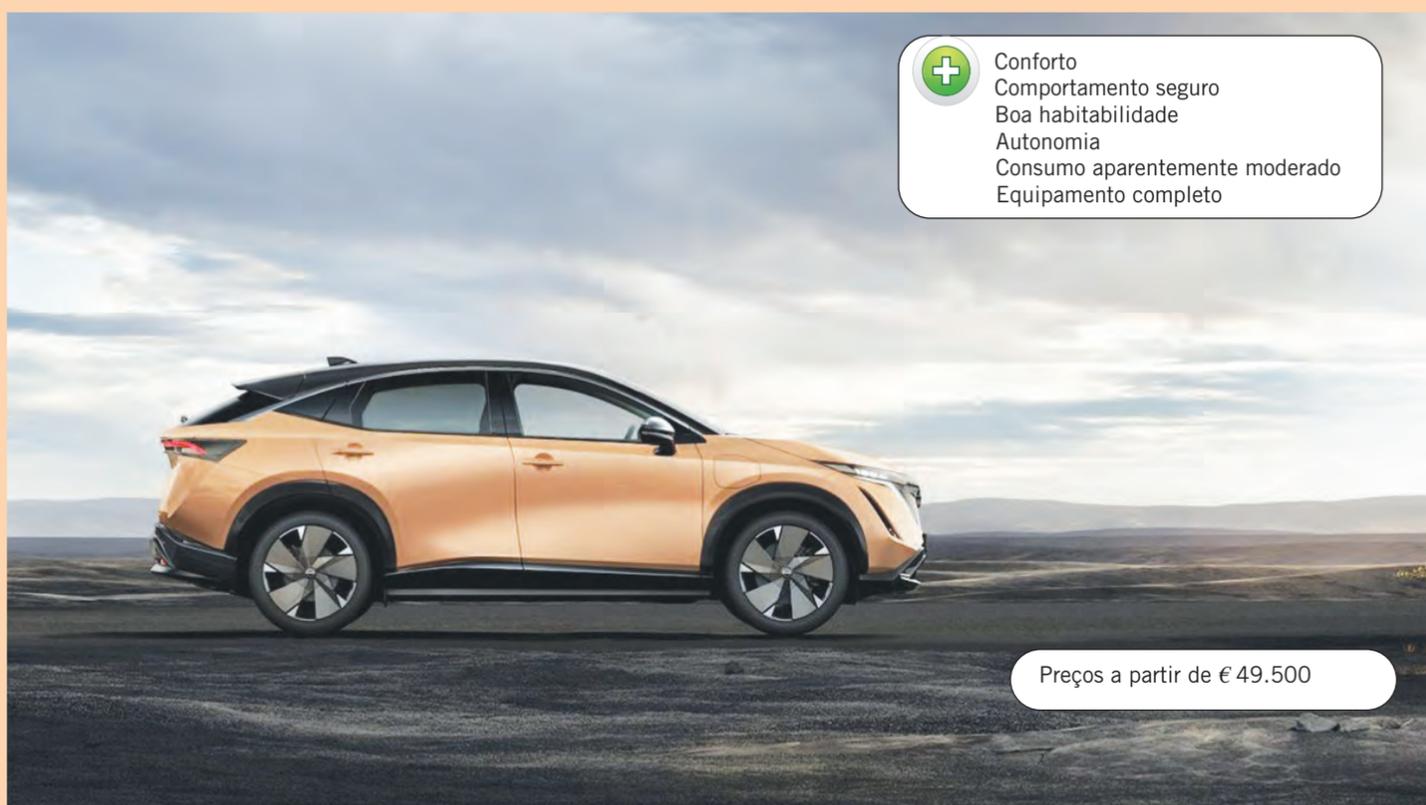
Os modelos expostos no WOW comprovam que a estética do Ariya é futurista e agradável ao olhar.

O interior destaca-se pela positividade, quer pelo design elegante quer pelo espaço interior, incluindo na parte traseira com um ambiente confortável.

Os ecrãs digitais são interessantes, havendo a opção pelas teclas totalmente integradas na zona central, imitando a madeira do painel.

Dois motores disponíveis

O motor, do tipo síncrono, está disponível em duas potências, dependendo da bateria de iões de lítio a que está associado: 160 kW se for de 63 kWh (218 cv) e 170 kW se aumentar para 87 kWh. No primeiro caso, a autonomia anunciada é 403 km WLTP, no segundo caso atinge os 533 km.



Conforto
 Comportamento seguro
 Boa habitabilidade
 Autonomia
 Consumo aparentemente moderado
 Equipamento completo

Preços a partir de € 49.500

Mais tarde, irá chegar uma versão com dois motores e tração às 4 rodas, desenvolvendo 306 cv, em 87 kWh.

Para carregar há várias soluções. Como solução de base, há um carregador de 7,4 kW e uma opção de 22 kW para conectar o Ariya em casa à corrente alternada. Com o carregador pequeno e a bateria de 63 kWh carrega de 10% a 100% em 10 horas.

Na rede pública, em corrente contínua, carrega 130 kW. Assim, permite recarregar até 350 km de autonomia teórica (WLTP) em 30 min, ou até 198 km em 15 min. O desempenho é ligeiramente melhor do que o Volkswagen ID.4.

Ao ler a ficha técnica, podemos ficar surpreendidos com o peso do Ariya. Na

versão de base, o SUV pesa 1.980 kg, o que é muito, sabendo que a bateria de 63 kWh representa 451 kg do total. Mesmo sem a bateria, o Nissan Ariya já pesa 1.529 kg, ou seja, 14 kg mais que um Qashqai 4x4.

O Ariya está limitado a uma velocidade máxima de 160 km/h em 4x2 e 200 km/h em 4x4 e acelera de 0 a 100 km/h em 7,5 segundos.

Concorrência abundante

Apesar de o Leaf ter estado na dianteira, o Ariya deu tempo para que a concorrência se organizasse na categoria dos SUV elétricos abaixo dos € 50.000. O grupo Volkswagen disponibiliza esses veículos

em quase todas as suas marcas: Audi Q4, Skoda Enyaq, Volkswagen ID.4... O mesmo acontece na Coreia, onde a Hyundai disponibiliza o Ioniq 5 com desempenho elétrico superior, e o Kia EV6, um pouco mais caro. A Toyota acaba de lançar o seu BZ4X e a MG está a oferecer o ZS e o Marvel R a preços bastante baixos. Neste lote, a Nissan faz uma boa figura, mas não tem argumentos decisivos.

Compromisso equilibrado

Ao volante, o Nissan Ariya seduz com sua grande homogeneidade. É um SUV elétrico confortável, espaçoso, bem equipado e muito eficaz na estrada, onde se mostra seguro, sem ser monótono.



AUTOMÓVEL**Ford Trucks e Credibom celebram 100º contrato**

A Ford Trucks Portugal e a Credibom, do Grupo Credit Agricole Consumer Finance, assinalam, este mês de julho, a celebração do 100º contrato de crédito no segmento de veículos pesados. O marco alcançado superou as expectativas de ambos os parceiros.

**Mercedes-Benz vende 490 mil unidades**

As vendas de veículos ligeiros de passageiros Mercedes-Benz atingiram as 490 mil unidades (-16%) entre abril e junho em resultado da escassez de semicondutores e por estrangulamentos logísticos relacionados com as medidas de confinamento devido à COVID-19.

**Ensaio**

GRECALE É UM MODELO COSMOPOLITA E MODERNO

Maserati lança novo SUV desportivo

JORGE KM FARROMBA
<https://pt.linkedin.com/in/jorgefarromba>

A seguir ao seu SUV Levante a marca lança o mais pequeno SUV – o Grecale – de acesso à marca. E este novo vento fresco e forte, de mudança, que sopra do Mediterrâneo apresenta-nos um modelo esteticamente arrojado, mas equilibrado, desportivo mas apaixonante, como todos os Maserati.

É, por isso, cosmopolita e moderno, um italiano intemporal. Daí que cada linha tenha sido pensada ao pormenor, com uma função

E são estes e outros detalhes que trazem emoção e adrenalina sempre que se aprecia um Maserati.

Com uma grelha baixa que recebe o tridente da marca, uma tecnologia “full led” que deriva do desportivo MC20, desenha-



dos na vertical, as tradicionais saídas laterais de ventilação e a traseira inspirada no Giugiaro 3200GT com uma assinatura em forma de boomerang e com as 4 saídas de escape.

Já quanto ao interior, nesta apresentação estática, deu para compreender a boa qualidade dos materiais, o cuidado nos pequenos detalhes mas também a beleza do interior, onde a manufatura ainda marca presença nalguns apontamentos. Bons bancos, boa ergonomia e bom espaço interior. Uma nota interessante, mas devi-

do ao pouco tempo na viatura não permitiu perceber mas pareceu interessante a solução do ecrã duplo central e da user Experience dos mesmos que somente em ensaio dinâmico se poderá avaliar.

Com motores 2.0 (300 e 330Cv) e 3.0 (530Cv) o Grecale apresenta preços a partir de 89.000€.

iServices
Reparar é cuidar

DS Automobiles apresenta o novo DS 7

A DS Automobiles prepara-se para lançar no mercado nacional o novo DS 7, promovendo uma inédita ação de pré-lançamento nas quatro DS Store nacionais com a exposição digital de fotografia “Foco no Chef” da autoria de Filipe Pombo.

A exposição digital “Foco no Chef” nasce do trabalho realizado ao longo de mais de uma década, no qual Filipe Pombo fotografou alguns dos principais “chefs” nacionais, reunindo-os, agora, em formato digital, com tecnologia

360º, numa exposição fotográfica da qual fazem parte, por exemplo, nomes como Justa Nobre, Kiko Martins, Henrique Sá Pessoa, Rui Paula e José Avillez.

A estreia está marcada para os dias 21 a 29 de julho na DS Store de Lisboa, e com a presença confirmada da “chef” Justa Nobre, nome incontornável da cozinha portuguesa, que detém o Restaurante Nobre, no dia 28 de julho. Seguir-se-ão exposições digitais nas DS Store no Porto, Coimbra e Braga no mês de setembro, e onde

estarão, igualmente, presentes outros chefs de renome do mundo da gastronomia nacional.

As exposições fotográficas digitais “Foco no Chef” nas DS Store prometem levar a todas as pessoas que ali se deslocarem para conhecer o novo DS 7 um vislumbre do trabalho de 30 dos maiores talentos nacionais da gastronomia, combinando, numa só ação, dois âmbitos que tão bem representam os valores de excelência e expressão artística igualmente patentes nas criações da DS Automobiles.



O DS 7 tem estreia marcada nos dias 21 a 29 de julho na DS Store de Lisboa.

Ensaio

Jaguar I-Pace: o novo conceito de luxo sustentável

O Jaguar I-Pace antecipa o futuro da marca britânica e o objetivo anunciado de passar a ser 100% elétrica no prazo de três anos, ou seja, até 2025. Para os amantes da mecânica de combustão, a mudança é radical e representa o fim de uma tradição com mais de 100 anos. Mas, para o francês Thierry Bolloré, CEO da Jaguar Land Rover, esse é o caminho. O plano “Reimagine” apresentado no ano passado revela uma nova vocação para a Jaguar, associando o luxo à sustentabilidade e a aposta na mobilidade elétrica. As vendas da Jaguar diminuíram 37% em 2020 e representam apenas 22% das receitas da Jaguar Land Rover.

O I-Pace é o pioneiro da nova estratégia da Jaguar. Lançado em 2018, o I-Pace tem conquistado inúmeros prémios atribuídos pela imprensa especializada, mas as vendas ainda estão abaixo do esperado. A versão de 2022 apresenta várias mudanças face à versão de 2018 com o objetivo de tornar ao modelo mais competitivo face ao seu concorrente direto, o Tesla X.

Mas, enquanto a Tesla atrai os entusiastas do 100% elétrico, a Jaguar continua associada aos

motores a combustão e enfrenta a resistência da transição por parte dos clientes.

Re-styling discreto

Para 2022, o Jaguar I-Pace foi alvo de um re-styling discreto, com a mudança da grelha para Atlas Grey em vez de cromado. As jantes de liga leve apresentam também um novo design.

Com o seu aspeto de coupé, o I-Pace apresenta-se como um crossover, como dizem os franceses, uma espécie de amálgama entre um carro e um SUV. O resultado é particularmente bem-sucedido e o I-Pace já ganhou mais de 90 prémios. A versão que ensaiámos o I-Pace S400 SWD 21 MY, tem o preço base de €88.832

Entre as mudanças do modelo 2022, destaca-se a nova instrumentação com menus simplificados, que possivelmente serão partilhados com todos os modelos da marca. O interface é compatível com as funções Apple CarPlay e Android Auto. O sistema de navegação indica os locais onde estão disponíveis estações de carregamento e faz a sua seleção em função do percurso, escolhendo os carregadores mais rápidos para reduzir o tempo de carregamento. O novo carregador de bordo do I-Pace é mais rápido o que permite adicionar 100 quilómetros de autonomia em 15 minutos quando o carro está ligado a um terminal rápido (100 kW).

Agradável de conduzir

Na estrada, o I-Pace mostra um excelente desempenho, sendo mais dinâmico que o Audi e-tron quattro. Com os dois motores elétricos, o Jaguar elétrico atinge 100 km/h em menos de



Design único atrativo
Excelente comportamento em estrada
Qualidade de construção
Velocidade de carregamento melhorada

Preços a partir de € 88.832



4,7 segundos, apesar do peso superior a duas toneladas. Quando o percurso se torna mais sinuoso, o I-Pace revela um bom comportamento, sendo muito agradável de conduzir. Insere-se bem nas

curvas e adere ao asfalto com grande estabilidade. A travagem também contribui de forma positiva para o desempenho. Na condução urbana, pode ser conduzido apenas com um único pedal, aproveitando a travagem regenerativa.

A autonomia proporcionada pela bateria de 90 kWh é de 377 km em condições ideais, mas pode descer facilmente para 300 km em velocidade mais elevada ou com temperaturas baixas. Nesse aspecto específico, embora o I-Pace se revele um pouco melhor que o Audi e-tron quattro, fica aquém do Tesla Model X.

Vantagens fiscais

No plano fiscal, o Jaguar I-Pace apresenta várias vantagens. Como tem um preço acima do limite de €65.000 perde alguns benefícios para empresas como o IVA dedutível, mas beneficia de isenção de ISA e IUC. Na compra apenas é tributado em

IRC à taxa de 23% o que é vulgar e atrativo, tratando-se de um topo de gama com preço superior a €80.000. Em termos percentuais, a taxa de tributação é percentualmente inferior à de qualquer utilitário com motor a gasolina ou diesel.

Os custos de utilização são também inferiores. Carregado em casa com tarifa noturna, o custo do enchimento do “depósito” fica abaixo dos €9, permitindo percorrer 300 km, o que equivale a um consumo inferior a dois litros de combustível aos 100 km e zero emissões para o ambiente.

Em conclusão, o modelo 2022 do I-Pace apresenta uma boa evolução em termos de sistema multimedia e uma maior velocidade de carregamento Face à concorrência direta, o Jaguar I-Pace tem um preço bastante inferior aos Tesla X, mas enfrenta novas alternativas como o Audi E-TRON e o Mercedes EQC.



Exportações de componentes automóveis recuperam

As exportações de componentes automóveis mantêm uma trajetória de recuperação. Em junho, as vendas para o exterior atingiram os 836 milhões de euros, mais 14,5% do que em igual mês do ano passado. Foi o segundo mês consecutivo em que se verificou um crescimento, de acordo com a Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (AFIA).

No segundo trimestre, as exportações tiveram um acréscimo de 3,1%, relativamente ao pe-

ríodo de abril a junho de 2022, para exportações no valor de 2325 milhões de euros. Apesar dos bons resultados deste segundo trimestre, as exportações de componentes automóveis, no primeiro semestre, registaram uma queda de 1,8, face ao acumulado até junho de 2021, atingindo os 4720 milhões de euros. Espanha continua a liderar (-5,2%), seguindo-se a Alemanha (+6.6%). Destaque para os Estados Unidos, que ocupam a

quarta posição, mas que aumentaram as compras de componentes em quase 34%. Os cinco primeiros países representam 71% das exportações nacionais de componentes automóveis. “A indústria automóvel continua a viver uma situação complicada e que surge de uma conjugação de vários fatores, como a situação geopolítica, os problemas nas cadeias de abastecimento ou a escassez de semicondutores”, conclui a AFIA.

Inflação atinge 9,1% em julho

O índice de preços no consumidor (IPC) fixou-se em 9,1%, em julho, o nível mais elevado desde novembro de 1992, adianta o Instituto Nacional de Estatística (INE). Relativamente ao mês anterior, verificou-se um aumento de quatro décimas.

A inflação subjacente – que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos – teve uma variação de 6,2%, em julho, mais duas décimas do que no mês precedente. O índice relativo aos produtos energéticos ascendeu a 31,2% e o dos produ-

tos alimentares não transformados teve uma variação de 13,2%, refere o INE. Já o índice harmonizado de preços no consumidor registou uma evolução homóloga de 9,4%, o valor mais alto desde o início desta série, em 1996.

Roaming na União Europeia tem novo regulamento

O roaming na União Europeia tem novas regras, estando já em vigor. O novo regulamento de itinerância abrange os países da EU, bem como do Espaço Económico Europeu. Foram estabelecidos até 2032 limites para os custos do uso de telemóveis em

roaming.

São apontadas como principais alterações a revisão dos valores máximos dos preços praticados pelo comércio grossista, uma maior transparência nos serviços sujeitos a custos adicionais e a Comissão Europeia poderá

sugerir alterações à política de utilização responsável. São ainda definidas medidas para assegurar uma boa experiência dos consumidores e, nos casos de força maior, os prestadores de roaming deverão prorrogar o volume de dados autorizado.

PUB

INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures

SOMOS UM CLUBE
WE ARE
MULTICULTURAL
FOCADO NO FUTURO!
FOCUSED ON THE
FUTURE!

Main Sponsor:
GRUPO8
SEGURANÇA

Gold Sponsors:
VAZCONSTROI
AM 48
LeasePlan
Carclasse
bix
bragalux

Media Partners:
VidaEconómica
O Jornal Económico
LIDER
NOVO Semanário
Record
NEW MEN
bom dia
CORREIO da manhã
Essential BUSINESS
SÁBADO
FRONTLINE
exclusiva
diáspora lusa

Contactos: geral.icpt@gmail.com | geral@icpt.pt 211 320 413 | 913 330 055

NOTA DE FECHO



JOÃO LUÍS DE SOUSA DIRETOR
joaoluisesousa@grupovidaeconomica.pt

Entre Singapura e a Venezuela

Portugal é um dos Estados europeus que continua a beneficiar dos fundos de coesão. No entanto, os fundos europeus e o cofinanciamento nacional estão cada vez mais distantes do setor produtivo e cada vez mais próximos da despesa corrente do Estado. Antes da pandemia, Portugal já era o país da União Europeia com menos apoios públicos à economia. A parcela do Orçamento de Estado destinada às empresas representava apenas 0,45% do PIB, quando todos os outros países envolviam mais recursos no apoio ao setor produtivo. Por exemplo, Espanha tem mais do dobro, com 1,1% e a Alemanha cerca de seis vezes mais, com 3% do PIB.

A escassez de incentivos acentuou-se nos últimos dois anos. O Portugal 2020 terminou sem que, em 2021, tenham sido criados novos programas no âmbito do Portugal 2030. O PRR foi anunciado com a ambição de disponibilizar um enorme volume de recursos de apoio ao relançamento à atividade económica, mas excluiu a quase totalidade das empresas, concentrando o financiamento no investimento público e destinando uma pequena parte do seu orçamento para alguns projetos liderados por grandes empresas.

A orientação seguida por Portugal diverge do que está a se feito pela generalidade dos países europeus, mas o Governo argumenta que a concentração de recursos no investimento público está correta porque aumenta a procura interna e beneficia de forma indireta o setor privado. Podem ser alimentadas as mesmas expectativas e os resultados obtidos com a construção dos estádios de futebol do Euro 2004 ou as obras da Parque Escolar.

No artigo que escreve nesta edição, Paulo Vaz apresenta o exemplo de Espanha na aplicação do homólogo do nosso PRR. Ao contrário do que acontece em Portugal, com um plano afunilado para o

Ao contrário do que acontece em Portugal, o Governo espanhol não confunde investimento público com o investimento produtivo do setor privado

investimento público e algumas poucas exceções para grandes empresas, no país vizinho o plano é aberto e acessível à generalidade das micro, pequenas e médias empresas, disponibilizando recursos para apoiar muitos milhares de pequenos projetos e cumprindo os objetivos de relançamento da economia e do setor privado.

Ao contrário do que acontece em Portugal, o Governo espanhol não confunde investimento público com o investimento produtivo do setor privado. Com a perspicácia habitual, Paulo Vaz refere que o Governo de Espanha canaliza mais apoios para o setor privado, apesar da situação política de geringonça e a influência dos partidos de esquerda.

Em relação aos incentivos ao setor produtivo a questão não estará em mais ou menos esquerda, mas em mais ou menos bom senso. Em Portugal, temos a vantagem de contar uma maioria clara e estável e o inconveniente de haver um défice crónico de bom senso.

Os apoios públicos à economia não são a solução para tudo e apresentam vários inconvenientes, na medida em que podem distorcer as regras de mercado.

Com exceção do que acontece em Portugal, a generalidade dos países europeus aposta nos apoios públicos à economia. Nos Estados Unidos e na Ásia os apoios públicos são mais reduzidos do que na Europa. E há países onde os apoios públicos às empresas nem sequer existem. É o caso de Singapura e da Venezuela, por razões diferentes. Em Singapura, o dinamismo do investimento e a liberdade económica tornam desnecessários os apoios públicos. Na Venezuela, a ideologia radical de esquerda não é compatível com a alocação de recursos públicos para as empresas privadas.

Portugal situa-se entre os países com menos apoios públicos, entre Singapura e a Venezuela. E tende a ficar mais distante de Singapura e mais próximo da Venezuela, porque aposta cada vez menos no setor produtivo e prefere privilegiar o investimento público e a intervenção do Estado.



Tecnológica nacional

merytu cria solução inovadora para os profissionais da área de 'hospitality'

Pág. VIII



Dados da Confidencial Imobiliário

Empreendimentos habitacionais lançados em 2022 já estão 48% vendidos

Pág. II

Dados dos INE

Mais de 10% da população vivia em casas sobrelotadas em 2021

Pág. III

Opinião Rui Torgal, CEO ERA Imobiliária

Mercados em crescimento: o caso da Região da Madeira

Pág. VI



Notícia

Dados da Confidencial Imobiliário

Empreendimentos habitacionais lançados em 2022 já estão 48% vendidos

Nos primeiros seis meses de 2022, foram lançados à venda cerca de 280 novos empreendimentos residenciais no país, os quais englobam um total de mais de 12 mil fogos. Os dados resultam da nova base de dados edifícios em comercialização produzida pela Confidencial Imobiliário, que estima que 48% desta oferta chegada ao mercado este ano esteja já vendida.

Lisboa destaca-se como o mercado com maior volume de oferta em venda, com cerca de 1800 fogos em comercialização, registando uma taxa de comercialização de 36%, um dos ritmos de absorção menos robustos da região metropolitana. No contexto regional, destacam-se Oeiras, com uma taxa de absorção de 72% para um uni-



Lisboa destaca-se como o mercado com maior volume de oferta em venda, com cerca de 1.800 fogos em comercialização, registando uma taxa de comercialização de 36%.

verso de 650 fogos lançados este ano, bem como Loures e Amadora, na coroa de Lisboa, com taxas de absorção em torno dos 50%, e Seixal e Barreiro, na Margem Sul,

com vendas a superar os 80%. Estes são mercados que contabilizam entre 400 e 800 fogos à venda.

No Porto, a oferta lançada este ano soma 1225 unidades, das

quais 46% se estima estarem vendidas. Gaia tem indicadores semelhantes, com os mesmos 46% vendidos para um universo superior, em torno dos 1450 fogos. Matosinhos tem um stock para venda muito menor, em torno dos 200 fogos, assim como a Maia (105 fogos), mas apresentam desempenhos idênticos, garantindo o escoamento, respetivamente, de 43% e 41% das carteiras.

Alargando o foco a outras cidades do país, pode ver-se que a procura por novos fogos está também especialmente ativa. Em Aveiro, onde se identificaram cerca de 650 fogos em comercialização, 81% estão já vendidos, uma taxa alcançada também em Guimarães, cuja escala é menor, em torno da centena de fogos.

Consultório Jurídico

O novo programa Simplex 2022 e a potencialidade futura das medidas de simplificação de licenciamentos ambientais

O Governo aprovou, no passado dia 21 de julho, na generalidade, o diploma que almeja simplificar os licenciamentos em matéria ambiental, urbanismo e ordenamento do território e que se insere no âmbito do Simplex 2022. Para o efeito, tal conjunto de medidas visa, entre o mais, promover a eliminação de um conjunto de licenças, autorizações, atos e procedimentos supérfluos, o que permitirá a simplificação das atividades económica e comercial das empresas e contribuirá para incentivar o investimento pela redução dos encargos administrativos e dos custos, no âmbito do sector ambiental e da energia.

Por conseguinte, um dos objetivos primordiais do programa Simplex 2022 visa proporcionar uma melhoria significativa no âmbito dos serviços digitais que sustentam os formalismos associados a cada procedimento até então, regulando no sentido da harmonização a ponte de contacto a estabelecer entre as entidades administrativas (vulga Administração Pública) e os cidadãos e empresas nacionais, prevendo-se um prazo de implementação para o segundo trimestre de 2023.

De facto, a necessidade de implementação de tais

mecanismos e medidas, em Portugal, viu-se acrescida com a situação decorrente da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, sendo amplamente notórios e sentidos os seus corolários negativos do ponto de vista económico-financeiro para o mundo no geral, principalmente ao nível do setor energético, moldado pela importação e distribuição de energia provinda de leste para a Europa ocidental, vindo a lume a desmesurada dependência desta. Para além disso, agora mais do que nunca, constata-se a urgência no fomento de medidas para a agilização do licenciamento ambiental e, bem assim, para projetos de produção crescente de energias renováveis, para que o país consiga incrementar e aumentar a sua capacidade de autonomia na produção de energia de modo que a transição para novas fontes de energia se torne uma realidade que altere o atual paradigma de sujeição a vontades alheias.

Na verdade, tais medidas do programa Simplex 2022 assumem importância acrescida se atentarmos no facto de, já no corrente ano, ter entrado em vigor o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, o qual visou concentrar a maioria das matérias e regras relativas às atividades do Sistema Elétrico Nacional. Assim, para o que ora releva,

podemos destacar o facto de este regime legal ter conferido aos municípios uma postura mais vinculativa, no âmbito de procedimentos de licenciamento de atividades relacionadas com a instalação e produção de energias renováveis, na medida em que se exige um parecer prévio favorável, ao qual os municípios ficam vinculados pelo prazo de um ano, quando o projeto não esteja sujeito ao regime jurídico de avaliação de impacto ambiental (AIA) ou a avaliação de incidências ambientais. Por outras palavras, atualmente, o papel assumido pelos municípios surge com maior impacto no projeto apresentado pelo interessado, uma vez que, note-se bem, ao contrário do regime constante no anterior diploma, já não se exige um mero parecer favorável sobre a localização da instalação fotovoltaica, mas antes uma informação prévia favorável o que, obrigatoriamente, nos remete para o regime jurídico das informações prévias constante no artigo 14.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro. Com efeito, os municípios ficam vinculados à informação que emitirem, a qual não se cinge (ou não se deve cingir) apenas à localização da instalação, mas antes a todo o projeto que o



Mário Longras
associado da PRA – Raposo, Sá
Miranda e Associados

interessado pretende levar a cabo, recaindo sobre este a obrigação de apresentar o pedido junto dos serviços camarários.

Trata-se, por conseguinte, de um regime primigénio surgido no início deste ano, que, com relação às medidas do Simplex 2022, veio, de certo modo, antecipar algumas regras procedimentais em matéria de instalação e produção de energias renováveis, conferindo às autarquias locais uma maior efetividade, acompanhamento e desburocratização para com este tipo de empreendimentos.

Espera-se, no mesmo sentido, que as medidas que corporizam o Simplex 2022, em matéria de ambiente, urbanismo e ordenamento do território, possam, com o mesmo compromisso de eficiência, eliminar procedimentos redundantes e meramente burocráticos que obstaculizam ao verdadeiro desiderato dos cidadãos e empresas empreendedoras no segmento da produção das energias renováveis que, certamente, serão a força motriz capaz de colocar Portugal nos antípodas do atual cânone: deixar de ser um país meramente importador e consumidor para passar a ser uma nação com elevado potencial de produção, distribuição e exportação energéticas.



Notícia

Dados dos INE

Mais de 10% da população vivia em casas sobrelotadas em 2021

Em 2021, 10,6% das pessoas viviam em condições de insuficiência do espaço habitacional, proporção superior à verificada nos três anos anteriores, em que a taxa de sobrelotação da habitação se situava abaixo dos 10% (9,6% em 2018, 9,5% em 2019 e 9,0% em 2020). Os dados constam do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

À semelhança de anos anteriores, o risco de viver em alojamentos com falta de espaço foi mais significativo para a população em risco de pobreza, sendo que, dentro deste grupo, 18,8% da população vivia em condições de sobrelotação da habitação. Este indicador compara-se com um risco de 8,7% na restante população.

Quase um em cada 17 portugueses gasta mais de 40% do seu rendimento em habitação, sendo que a taxa de sobrecarga das despesas em habitação fixou-se nos 5,9%, em 2021, um acréscimo de 1,8 pontos percentuais (p.p.) face a 2020 (4,1%). Já a carga mediana com despesas em habitação também aumentou para 10,5%, em 2021, embora se tenha mantido abaixo dos valores pré-pandemia de 2018 (11,7%) e 2019 (11%). Em 2020, a carga mediana com despesas em habitação situou-se nos 10,4%.

Para a população em risco de pobreza, a carga mediana das despesas em habitação foi 22,9%, em 2021, mais do dobro do registado para a generalidade da população, sendo que 24% da população deste grupo encontrava-se em sobrecarga das despesas, comparativamente a 1,8% para o resto da população. Por outro lado, houve um aumento geral da sobrecarga das despesas em habitação em todas as regiões, com exceção do Centro.

Na maioria das regiões do país, a taxa de pessoas a viver em alojamentos com falta de espaço aumentou, com exceção do Algarve e dos Açores, onde houve uma redução desta taxa na ordem dos 2,5 p.p. e 2,8 p.p., respetivamente. Por outro lado, "os aumentos mais significativos foram registados nas regiões Norte (mais 2,4 p.p.), Centro (mais

2,1 p.p.) e Área Metropolitana de Lisboa (mais 1,4 p.p.)", refere o inquérito.

Os dados do gabinete estatístico apontam ainda que, ao lado das famílias em risco de pobreza, habitar num alojamento sobrelotado era uma condição que afetava principalmente 13,2% das famílias residentes em áreas densamente povoadas.



O risco de viver em alojamentos com falta de espaço foi mais significativo para a população em risco de pobreza, sendo que, dentro deste grupo, 18,8% da população vivia em condições de sobrelotação da habitação.

PUB

ULTRA_RÁPIDO A TORNAR A SUA CASA ULTRA_VISÍVEL



Acelerador Digital ERA

Tecnologia Lead.ERA

Inteligência Artificial

Tecnologia inovadora para a divulgação da sua casa com precisão e rapidez

Alcance Imediato

+20.000 pessoas com alto potencial de compra para uma venda mais rápida

Marketing Personalizado

Website exclusivo + campanhas de divulgação da sua casa nas principais plataformas digitais

Relatório Online

Acesso a resultados da campanha em tempo real + capacidade de partilha e de viralidade





Notícia

Nove projetos em Lisboa e Porto

Round Hill Capital compra rede de residências da Smart Studios por 200 milhões de euros

Está fechada a aquisição da empresa portuguesa de residências de estudantes e coliving Smart Studios pela Round Hill Capital, uma das maiores operações de investimento residencial (PBSA e coliving) do ano até ao momento.

A Round Hill Capital confirmou o fecho da operação por um valor de 200 milhões de euros, que contempla mais de duas mil camas distribuídas por nove projetos nas zonas de Lisboa e Porto, numa área total de 53.000 metros quadrados. Cinco dos projetos já estarão operacionais em 2022 e os restantes serão entregues até 2025. De referir que a venda do grupo já tinha sido confirmada ao Expresso pelo seu

Acrescenta, que “este novo investimento destina-se a melhorar tanto a disponibilidade como a qualidade do alojamento dos estudantes para responder a esta procura crescente”.

Os ativos em questão contribuem para a criação de um portfólio ibérico global de mais de cinco mil camas da Round Hill European Student Accommodation, joint venture criada entre a CPP Investments e a Round Hill Capital. João Pita, Head of Portugal da Round Hill Capital, destaca que “este investimento marca a expansão da joint-venture RHESA em Portugal, consolidando a nossa presença no Sul da Europa com a aquisição de mais de duas mil camas”.



As residências da Smart Studios contemplam mais de 2.000 camas distribuídas por 9 projetos nas zonas de Lisboa e Porto, numa área total de 53.000 m2.

fundador, Ricardo Kendall.

De acordo com a Round Hill Capital, “o plano estratégico para estes ativos terá o ESG como um dos seus principais focos, com o objetivo de melhorar o consumo de energia e o bem-estar social dos inquilinos”.

No comunicado avançado a Round Hill Capital destaca o “número significativo de estudantes internacionais” que Portugal atrai, “devido à qualidade da oferta educativa, a que se associam propinas competitivas e a qualidade de vida disponível para jovens profissionais, nomeadamente em cidades como Lisboa e Porto”.

Segundo o responsável, “o mercado imobiliário português continua a apresentar oportunidades de investimento atrativas e a aquisição da Smart Studios representa uma das nossas principais transações este ano, reforçando, assim, as nossas ambições no país e no segmento”.

Fundada em 2015 por Ricardo Kendall, a Smart Studios é um dos maiores promotores e operadores portugueses de alojamento coliving, focado no mercado dos estudantes e jovens profissionais. Em 2018, estabeleceu uma parceria com a investidora LX Partners para dar seguimento ao seu processo de expansão.

Simplificando a gestão de condomínios

Quem escolher para administrador do condomínio?

Da escolha do administrador certo depende a organização, segurança e boa saúde financeira de um condomínio. Por isso, a sua eleição é, provavelmente, a decisão mais importante dos condóminos em prol do condomínio.

Caso a opção incida sobre um condómino, é importante compreender se a pessoa escolhida tem os conhecimentos necessários para exercer as funções legalmente atribuídas, nomeadamente no que se refere à implementação de medidas de autoproteção, de acordo com o regime jurídico da segurança contra incêndio.

Se a opção recair sobre uma empresa de administração de condomínios, é aconselhável pedir referências sobre a qualidade do trabalho da mesma e averiguar a opinião de outros clientes. Deve ser analisado o contrato de prestação de serviços e esclarecer o que está incluído no valor apresentado e se existem valores que poderão ser cobrados à parte. É fundamental compreender as mais-valias que o serviço profissional pode oferecer, em comparação com a opção de administração interna.

Uma vez tomada a decisão, a assembleia elege a administração do condomínio para o período de um ano, renovável, salvo disposição em contrário.

É importante recordar que o mês de abril trouxe uma nova era para a administração de condomínios, com a entrada em vigor da lei n.º 8/2022, de 10 de janeiro, a qual apresenta maior certeza jurídica em questões que geravam controvérsia na doutrina e na jurisprudência, passando o administrador do condomínio a ter mais funções e os seus poderes reforçados:

- Já era sua função exigir dos condóminos a sua quota-parte nas despesas aprovadas, sendo que agora se especifica que os juros legais devidos e as sanções pecuniárias fixados pelo regulamento do condomínio ou deliberação da assembleia devem ser incluídos nos cálculos da dívida ao condomínio;
- É estabelecido um prazo de 15 dias para a execução das deliberações da assembleia que não tenham sido impugnadas ou no prazo que tiver sido fixado pela assembleia. Caso se

verifique alguma impossibilidade para cumprir o referido prazo, o administrador deve informar os condóminos, fundamentando tal incumprimento;

- Passa a ser também função do administrador informar por escrito ou por correio eletrónico os condóminos sempre que o condomínio for citado ou notificado, no âmbito de um processo judicial, processo arbitral, procedimento de injunção contraordenacional ou administrativo e informar, pelo menos semestralmente e por escrito ou correio eletrónico, os condóminos acerca dos desenvolvimentos dos mesmos;
- O administrador deve ainda emitir, no prazo de 10 dias, declaração de dívida do condómino, sempre que tal seja solicitado pelo mesmo, nomeadamente para efeitos de alienação da fração;
- A intervenção em todas as situações de urgência que o exijam é agora também responsabilidade do administrador, que deve convocar de imediato assembleia extraordinária de condóminos para ratificação (confirmação) da sua atuação;
- O administrador fica obrigado a apresentar à assembleia pelo menos três orçamentos de diferentes proveniências, sempre que estejam em causa deliberações relativamente à execução de obras de conservação extraordinária ou que constituam inovação, desde que o regulamento do condomínio ou a assembleia de condóminos não disponha de forma diferente;
- Compete ainda ao administrador assegurar os meios necessários aos condóminos que fundamentem não ter condições para participar na assembleia de condóminos por videoconferência;
- Ao administrador é também atribuído o poder de apresentar queixas-crime relacionadas com as partes comuns sem necessidade de autorização da assembleia de condóminos;
- Finalmente, e no âmbito da responsabilização do administrador, o incumprimento das funções que lhe são cometidas pela lei, ou por deliberação da assembleia de condóminos, é civilmente responsável pela sua omissão, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal, se aplicável.

A rubrica *Simplificando a Gestão de Condomínios* é elaborada pela Loja do Condomínio (LDC) e tem publicação mensal



loja do
condomínio®
www.ldc.pt



Fatores diferenciadores para o cálculo do valor dos imóveis



Vítor Osório Costa
Diretor

Todos os imóveis possuem aspetos que os diferenciam, que contribuem para o aumento ou diminuição do seu valor, face a outros semelhantes. Estes aspetos são utilizados na aplicação do método comparativo de mercado, como forma de homogeneizar a amostra recolhida, tornando-a mais comparável ao imóvel que temos para avaliação.

Uma adequada prospeção deve ser desde logo composta por um número significativo

mais comumente avaliamos, tentaremos focar alguns aspetos que habitualmente estão presentes e aferir acerca da variação de valor que os mesmos poderão significar.

Começando pelo segmento residencial, sabemos que tipologias mais elevadas possuem um valor unitário (/m²) inferior. A existência de equipamentos especiais funciona, como é de esperar, como fatores majorativos. A localização em ruas centrais e com proximidade de metro ou transportes públicos é também apreciada. Já a orientação e exposição solar, numa forma menos direta, também poderá afetar o valor do imóvel. Um imóvel que se situe a um nível

habitacional também pode fazer variar o valor. A existência de elevador e estacionamento próprio são aspetos bastante valorizados pelos compradores, especialmente em imóveis que se situem em prédios com vários andares ou em zonas onde o estacionamento na via pública seja particularmente difícil.

No que diz respeito às lojas, pelo contrário, são mais valorizadas as que se situam à face da rua, em especial em ruas movimentadas e centrais. A existência numa galeria com boa exposição (ou mais do que uma montra) é um fator que influencia positivamente o valor do imóvel – um cliente estará disposto a pagar mais por um imóvel comercial com uma montra de boa exposição e visibilidade. Seguindo esta mesma lógica, uma loja que se situe no interior numa galeria comercial verá o seu valor diminuído face a um imóvel que se localize à face da rua, exceção feita à localização em galerias ou centros comerciais com elevado prestígio ou tradição. Outro aspeto relevante no que toca ao valor das lojas é a sua configuração. Há autores que defendem que o valor unitário (/m²) da superfície da loja vai diminuindo à medida que se afasta da montra.

No mercado imobiliário dos serviços – escritórios – existem também alguns fatores de diferenciação. Por exemplo, no mesmo edifício, e tratando-se de imóveis semelhantes, os escritórios que ficam em pisos superiores são tendencialmente mais valorizados pelas empresas. Outro aspeto que não se verifica em todos os escritórios, mas que a existir é de valorizar, é a existência de portaria, vigilância 24h e controlo de acessos. O

facto de estar localizado num edifício de prestígio e com forte identidade corporativa, onde se situam empresas notáveis, é também um fator majorativo de valor. Por outro lado, e também relevante, é a existência no próprio edifício de parque para estacionamento público ou dedicado aos clientes ou, em alternativa, nas proximidades da envolvente do imóvel.

No que diz respeito a imóveis industriais – armazéns de logística – há que realçar o pé-direito do mesmo – armazéns em que as naves possuam maior pé direito devem à partida ter associado um valor mais elevado, o m³ assume predominância face ao m². A existência de zona de escritórios/administrativa e social, e a dimensão do logradouro são também um aspeto majorativo de valor. A existência de cais de carga é também uma condição de valorização, bem como as acessibilidades – nomeadamente facilidade para veículos pesados.

Existem alguns aspetos que, de forma transversal a todos os tipos de imóveis, se identificam como majorativos ou minorativos, como a qualidade construtiva do imóvel, o estado de conservação e existência de patologias ou a localização em zonas mais atrativas em função do segmento. Um aspeto que tem assumido cada vez mais importância e no futuro próximo será claramente diferenciador é o da classificação energética, bem como outras certificações que o imóvel possua nesse contexto, a eficiência energética é um tema e ponderados fundamentais no âmbito da avaliação imobiliária.

A existência de uma montra com boa exposição (ou mais do que uma montra) é um fator que influencia positivamente o valor do imóvel

de comparáveis, depois, na homogeneização são efetuadas as devidas ponderações, diminuindo o valor daqueles com uma situação mais favorável, face ao que está a ser avaliado e aumentando os que, por outro lado, se encontram em situação menos favorável – homogeneizando assim cada uma das prospeções ao imóvel que estamos a avaliar.

O perito avaliador, que obtém e analisa a amostra, depara-se com a necessidade de avaliar as características mais importantes e diferenciadoras do imóvel, pelo aumento ou diminuição de preço unitário final que seja mais adequado ao mercado.

Fazendo uma análise aos diversos tipos de imóveis que

e orientação que permita uma maior luminosidade e aquecimento natural será mais atrativo do que outro semelhante. Outros aspetos poderão ser, por exemplo, a idade, estacionamento e acabamentos.

Nas moradias, a existência de logradouro constitui um fator majorativo, bem como o facto de ser isolada face a moradias geminadas ou em banda. Nos apartamentos, a localização nos últimos pisos, especialmente quando tal significa vistas desafogadas de rio ou mar, funciona como uma característica majorativa – exceção feita a prédios sem elevador. A integração em condomínio ou conjunto

Breve

CCDR-Norte lança consulta pública do Norte 2030

Decorre até 15 de setembro a consulta pública do Norte 2030, o novo programa operacional regional do Norte do país, assim como a respetiva avaliação ambiental estratégica. A iniciativa é desenvolvida pela CCDR-Norte (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) e tem por

objetivo abrir uma oportunidade de auscultação pública sobre este instrumento de apoio ao desenvolvimento regional do Norte, financiado por fundos europeus no quadro do Acordo de Parceria do Portugal 2030.

As instituições ou cidadãos interessados poderão ainda participar nesta consulta pública, apre-

sentando contributos através do e-mail consultanorte2030@ccdr-n.pt.

Dotado com 3,4 mil milhões de euros de fundos europeus, o programa Norte 2030 está estruturado em cinco eixos de intervenção, em linha com as prioridades nacionais e europeias e orientadas para diferentes áreas de investimento:

(i) "Norte mais competitivo"; (ii) "Norte mais verde e hipocarbónico"; (iii) "Norte mais conectado"; (iv) "Norte mais social"; (v) "Norte mais próximo dos cidadãos". O programa integrará ainda uma linha para execução do Fundo de Transição Justa (no âmbito do encerramento e reconversão da antiga refinaria de Matosinhos).



Opinião

Mercados em crescimento: o caso da Região da Madeira

Rui Torgal
CEO ERA Portugal



O mercado imobiliário português continua a ser um dos setores mais resilientes, apresentando resultados animadores, apesar de todos os efeitos colaterais que existem atualmente e que têm provocado alguma instabilidade no país e no mundo. A verdade é que Portugal continua no radar dos compradores, destacando-se como um mercado atrativo e dinâmico para quem pretende adquirir habitação ou investir no país.

Paralelamente a este cenário positivo, nos últimos anos o mercado imobiliário nos arquipélagos dos Açores e da Madeira tem adquirido especial atenção aos olhos de potenciais investidores e compradores de imóveis. Desta vez, venho desenvolver o caso da Região da Madeira.

Não é apenas o Turismo que cresce

São cada vez mais, assim como visíveis, as vantagens que atraem milhares de turistas todos os anos à Região Autónoma da Madeira. Fatores como a segurança, a qualidade de vida, o reforço das ligações aéreas, o progressivo investimento do Governo Regional no estrangeiro para a promoção do arquipélago, os Golden Visa, e, claro, o clima agradável que o destino oferece, explicam a atratividade que a Madeira está a ter nos últimos anos.

Esta dualidade entre a agitação da cidade e o ambiente paradisíaco que o destino confere, tem atraído não só turistas, como



Tanto quanto nos é dado a conhecer pela análise dos franqueados de lojas ERA na ilha da Madeira, o mercado imobiliário do arquipélago tem atraído clientes tanto residentes como estrangeiros.

também potenciais compradores e investidores de imobiliário. A verdade é que, ao longo dos últimos anos, a ERA tem verificado uma tendência de crescimento pelo interesse do mercado imobiliário neste destino de sonho.

Presentes no arquipélago desde 2017, temos apostado continuamente no processo de expansão da Rede ERA na Madeira, sendo que o desempenho positivo registado pelas nossas quatro agências abre a perspetiva de 2022 vir a ser o melhor ano de sempre da ERA Imobiliária na Região, com a previsão de fecharmos o ano com uma faturação na ordem dos 2 milhões de euros no arquipélago.

Facto é que a ERA registou um aumento de 49% na faturação da rede na Região Autónoma da Madeira, tendo vendido mais 24% de imóveis no primeiro semestre do ano, face ao

período homólogo de 2021. A somar a estes valores, já por si só entusiasmantes, os nossos dados revelam ainda que a média de compradores por mês nas agências ERA da Madeira subiu 11%, enquanto o número total de transações subiu 33%, quando comparado com dados do período homólogo.

O positivo desempenho atingido pela ERA na região torna-se ainda mais evidente se alargarmos o período de análise e recuarmos ao ano de 2021. Apesar de estarmos a falar de um ano fortemente marcado pela pandemia e inúmeras restrições, ainda assim a ERA sentiu um acentuado crescimento no arquipélago. Em 2021, a ERA viu subir em 33% o número total de transações, assim como observou um aumento de 34% na faturação, com a venda de mais 21% de imóveis, face ao período homólogo de 2020.

Características do mercado

Tanto quanto nos é dado a conhecer pela análise dos franqueados de lojas ERA na ilha da Madeira, o mercado imobiliário do arquipélago tem atraído clientes tanto residentes como estrangeiros.

A ERA tem registado dois perfis de compradores distintos no arquipélago. Por um lado, no que concerne a clientes nacionais, apesar de observarmos um aumento significativo de clientes vindos do Continente, a esmagadora maioria são residentes na Madeira que compram habitação própria permanente. Por outro lado, é visível também um aumento de clientes estrangeiros – nomeadamente polacos, ingleses, alemães, franceses e austríacos, que, na sua maioria, compram imóveis para investimento.

Outra tendência que temos registado nos últimos anos – e especialmente como consequência da pandemia –, é o fenómeno curioso da compra de imóveis pelos chamados “nómadas digitais”, que usufruem da casa quando estão de férias para proveito próprio e como fonte de rendimento quando não estão.

Tendo em conta tudo o que referi, estou certo que o mercado imobiliário na Madeira é, sem dúvida alguma, um mercado emergente e que vai continuar a figurar entre as regiões com melhor desempenho no setor, não só pela sua beleza natural e vantagens associadas à qualidade de vida, como também pelas inúmeras oportunidades que o mercado imobiliário na ilha da Madeira oferece.

Notícia

Habita assessorou negócios de mais de 10 milhões euros em Torres Vedras

A Habita, empresa de mediação imobiliária do grupo Himo, firmou, recentemente, um conjunto de negócios na região de Torres Vedras, que representaram um valor total de mais de 10 milhões de euros.

A Habita assessorou um grupo de investidores institucionais de nacionalidade alemã e libanesa na aquisição da Escola Internacional de Torres Vedras (EITV), tendo ainda mediado, faseadamente, a operação de aquisição de vários ativos localizados no loteamento da Portela da Vila, no valor acumulado de aproximadamente 10 milhões de

euros.

A região do Oeste é considerada pela Habita como uma das geografias atuais mais emergentes, dadas as múltiplas oportunidades imobiliárias que têm surgido nesta ímpar área geográfica.

É uma região que reúne todas as condições para que investidores nacionais e internacionais estejam atentos e ambicionem investir nas oportunidades imobiliárias que esta geografia única, oferece: *lifestyle*, lazer, pilar cultural e educativo, bem como acessos e proximidade a Lisboa.

Para José Pedro Pinto, CEO do

grupo Himo, “este negócio vem reforçar a nossa presença estratégica na zona do Oeste, uma das prioridades geográficas para a Habita e para o grupo de forma transversal. Pretendemos compreender e incorporar na gestão dos negócios as dinâmicas sociais, económicas, demográficas e tecnológicas desta região, oferecendo uma resposta assertiva a clientes que procurem alargar o seu investimento nesta zona”.

O negócio da EITV foi uma oportunidade detetada pela Habita e trata-se de um ativo composto por um edifício, com cerca de 11 mil m², que integra vários equipamentos

desportivos, totalmente circundados por uma vasta área de espaços verdes. Criada em 2005, a Escola Internacional de Torres Vedras surge do esforço de criação de uma instituição educativa irreverente, marcada pela qualidade educativa, focada na capacitação de jovens para os desafios do mundo moderno e com o objetivo de explorar ao máximo o potencial de todo e qualquer educando que nos seja confiado. O primeiro objetivo na EITV, mantendo a mesma direção, é a educação, com investimentos para qualificar tecnologicamente e apostar no desporto, de forma a fazer crescer a escola.



Soluções Crédito Habitação

Este é o meu lugar

O melhor lugar é a nossa casa.
Sinta-se em casa no Santander.

Se sonha com a casa dos seus sonhos, no Santander
com as soluções de crédito habitação, está no lugar certo.

Sujeito à aprovação do Banco Santander Totta, S.A.



Informe-se em
[santander.pt](https://www.santander.pt)

 **Santander**



Entrevista

João Silva Santos, CEO da merytu, destaca

“O nosso projeto assenta no desejo de redesenhar o paradigma de trabalho na indústria da hospitalidade”

ELISABETE SOARES
elisabetsouares@vidaeconomica.pt

A merytu é uma solução tecnológica que, de forma inovadora, simples e eficaz permite aos profissionais da área de ‘hospitality’ encontrar oportunidades de trabalho flexível e construírem a sua carreira de forma autónoma, com possibilidades de evolução baseadas no desempenho profissional. O projeto 100% nacional, teve como ideólogo João Silva Santos, que desafiou os restantes fundadores a embarcar na aventura de desenhar um modelo de trabalho inovador para o setor da hotelaria e restauração. Simultaneamente, oferece uma nova solução às empresas que procuram reforçar as suas equipas com profissionais qualificados, pelo período de que necessitem, através de um processo de seleção direto e transparente, de forma imediata. Esta solução inédita automatiza o encontro entre perfis profissionais e empresas, destacando o desempenho de excelência de ambos, ao mesmo tempo que simplifica pagamentos, seguros ou qualquer burocracia legal e administrativa.

Qual é o modelo de negócio da merytu e quais os aspetos que o tornam inovador?

A ideia do projeto e o desejo de redesenhar o paradigma de trabalho na indústria da hospitalidade surgiu ainda antes da crise pandémica, em 2019. Porém, foi em maio de 2021 que começámos a implementação no mercado. Somos uma plataforma digital portuguesa que faz a ponte entre profissionais independentes e empresas do setor hoteleiro e da restauração, através da app merytu.



A aposta na construção residencial é confirmada também pela aquisição de carteira de terrenos, entre 2021 e 2022, num investimento de 17,5 milhões de euros.

A nossa solução é inovadora no sentido em que desenvolvemos um modelo que até ao momento não existia e que assenta, fundamentalmente, em três pilares: valorização - ou seja, promovemos o reconhecimento do mérito quer de empresas, quer de profissionais; liberdade - os profissionais têm total autonomia para gerirem a sua carreira e agenda, podendo aceitar ou declinar os convites que recebem, não existindo nenhum limite, obrigatoriedade ou penalização.

Já as empresas têm a mesma liberdade de reforçar as suas equipas conforme as suas necessidades; eficiência - simplificamos todas as questões legais e burocráticas de modo a que possam ser geridas diretamente na app, poupando tempo e recursos aos seus utilizadores, e ainda adicionamos um seguro de trabalho pop-up, exclusivo e gratuito para trabalhadores independentes, que até então não existia no mercado.

O que é necessário aos profissionais para se inscreverem na plataforma?

Exatamente. As empresas pu-

A nossa plataforma é de utilização gratuita, tanto para profissionais, como para empresas. Para os profissionais começarem o seu percurso na merytu necessitam apenas de duas coisas: ter mais de 18 anos e estatuto de trabalhador independente. Caso não tenham aberto atividade como trabalhador independente, o próprio registo na app fá-lo de forma automática. Uma vez registados na plataforma, os profissionais estão aptos a receber e aceitar convites para compromissos de trabalho baseados nas suas características e preferências.

Tem algum custo?

Quanto às empresas, estas também não pagam nada para instalarem e se registarem na app. No entanto, pagam à merytu um ‘fee’ sobre o valor de cada serviço prestado pelo profissional, a qual varia de acordo com a função profissional e nível de experiência escolhidos.

Como é que são apresentadas as oportunidades de trabalho? São colocadas pelas empresas?

Exatamente. As empresas pu-

blicam os seus convites de ‘gig’ (apresentação), ou seja, convites para prestar um serviço profissional pontual, de acordo com as necessidades que têm. A nossa tecnologia faz a correspondência entre o perfil desejado pela empresa e os profissionais registados na merytu com disponibilidade para aceitar o convite publicado.

Neste momento qual é o número de empresas clientes?

Neste momento, temos mais de 250 empresas das áreas da hotelaria e restauração a publicar, diariamente, entre 50 a 100 convites para compromissos profissionais. Até ao fim deste ano, temos o objetivo de captar 100 novas empresas e duplicar o número de profissionais registados na plataforma, que atualmente ronda os 1200 perfis.

A situação atual do setor da hotelaria e restauração caracteriza-se pela oferta de mão de obra, mas também pela prática de salários baixos. Na sua opinião, o que é necessário para alterar este paradigma e promover o crescimento de forma sustentável?

Um dos fatores-chave que a solução da merytu traz é a competitividade nos valores pagos aos profissionais. Alguém que realize serviços profissionais através da nossa app auferem, em média, 20% acima do que ganharia em modelos de trabalho tradicionais. As pessoas que abandonam o setor da hotelaria e restauração diariamente para outras áreas fazem-no precisamente por não se sentirem valorizadas. Viemos para valorizar o ‘merytu’ dos profissionais ao nível do seu rendimento, carreira e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Grupo Ageas investiu 30 milhões de euros no edifício Icon Office no Porto

O grupo Ageas, tal como já tinha feito em Lisboa, avançou com uma solução idêntica no Porto, onde concentrou os vários serviços espalhados pela cidade.

O novo edifício, que fica localizado entre a VCI e a Avenida AEP, está integrado no empreendimento Icon, promovido pela Civilria, e foi construído de raiz para o grupo segurador. O projeto é do arquiteto Luís Pedro Silva e alia funcionalidade a uma arquitetura inovadora e moderna.

Representando um investimento de cerca de 30 milhões de euros – de acordo com o comunicado divulga-



O novo edifício Ageas fica localizado entre a VCI e a Avenida AEP, e está integrado no empreendimento Icon, promovido pela Civilria.

do – o edifício Ageas apresenta cinco pisos, e foi “totalmente adaptado às circunstâncias de trabalho atuais e futuras”, refere Steven Braekeveldt,

CEO do grupo Ageas.

Acrescenta, “as formas modernas de organização são fundamentais para o crescimento da empresa, re-

velando uma aposta nos nossos colaboradores e no desenvolvimento do trabalho totalmente assente nos princípios de colaboração, flexibilidade e sustentabilidade”.

Alinhada com esta visão, tem uma zona da restauração, que inclui cafetaria, restaurante, zona self-service e esplanada acessível a todos. Será explorado pela SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria - uma instituição de solidariedade, fundada em 1976, referência na inclusão social no sector alimentar.

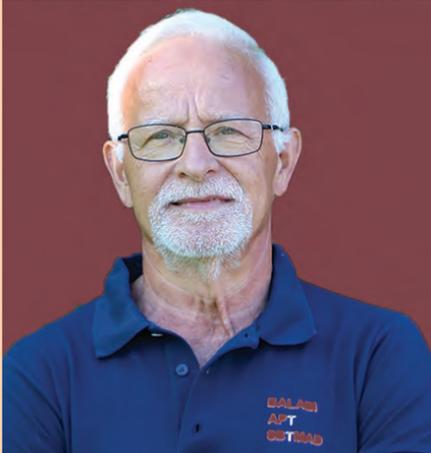
No total, o grupo investiu perto de 100 milhões de euros entre os edifícios do Porto e de Lisboa.

Portugal, França e Itália unem-se para promover o arroz Japonica europeu

Págs. II-III



ARMANDO CARVALHO, PRESIDENTE DA BALADI



Baldios, o PRR e a PAC: "Esperamos que não se repita a marginalização dos anteriores quadros comunitários"

Págs. VI-VII

Destaques:

Arroz da Camarga investe na agricultura de precisão e Biosud só embala arroz biológico

Págs. IV-V

Edward Mukiibi, natural do Uganda, é o novo presidente do Slow Food International

Pág. VI

OPINIÃO

Hugo Diogo
CEO da Bluegrowth



Conferência do Oceano das Nações Unidas

Na última semana de junho, Lisboa foi palco de um corripio de eventos, dos quais destaco a tão azul e afamada Conferência do Oceano das Nações Unidas. Portugal tem sido um país historicamente incapaz de converter as tão extensas e promissoras oportunidades da Economia do Azul em prosperidade. Talvez, por isso, se tenha profissionalizado no 'show-off' dos eventos e muito pouco na concretização daquele que outrora fora apresentado como um desígnio nacional: o Mar.

Ao longo das últimas três décadas, vieram vários governos... de muitas cores, uns com maioria, outros sem maioria, outros em geringonça, outros com a Troika agarrada aos pés... Também vieram as recomendações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e os muitos empurrões da União Europeia, acompanhados de largos milhões de euros que estiveram disponíveis no último programa-quadro, para que Portugal conquistasse um qualquer lugar no panorama dos oceanos... criaram-se sempre muitas expectativas nesse ouro azul. Porém, passadas décadas de expectativas e visões promissoras, só a custo de empurrar os números do turismo para dentro das contas da Economia Azul é que Portugal lá consegue dar algum significado ao Mar no PIB portugueses.

Sim! As estatísticas são tramadas! E as contas satélites são hábeis instrumentos para empolar resultados. No caso da Economia Azul, por exemplo, o desempenho da atividade turística, até 50km da costa, é considerado nos cálculos. Por isso é que dois terços da Conta Satélite do Mar correspondem ao contributo direto do setor do turismo. Quanto ao resto... quanto à economia real do mar... salvo raras exceções – como a indústria da transformação do pescado – todos os outros setores estão estagnados há décadas!

Talvez por um certo constrangimento, tenho-me colocado de fora dos eventos que animam a agenda do Mar português. Porém, desta vez, a curiosidade levou a questionar-me: - Quanto custou a Conferência do Oceano?!

O número exato nunca

será apurado... é certo! Por exemplo, as horas gastas por batalhões de funcionários públicos que, durante estes últimos anos, estiveram dedicados à organização do evento. Essas horas serão sempre difíceis de contabilizar. No entanto, a curiosidade levou-me ao Portal Base onde lancei uma pesquisa com o critério "UNOC" (United Nations Ocean Conference)... em poucos segundos, este instrumento de transparência da contratação pública retornou-me uma lista de 22 contratos, todos eles como ajustes diretos, somando um valor contratual de 4 132 044,86 euros.

Sim! Leu bem! Só em ajustes diretos, fáceis de contabilizar, o Estado português estoirou mais de quatro milhões de euros em cinco dias, num estoico exercício de faz de conta, repleto de discursos vazios e compromissos ociosos. Bom, talvez eu esteja a ser um pouco exagerado... afinal, a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas sempre serviu para que os líderes mundiais se chicoteassem um pouquinho, deixando escorregar para a declaração final um "arrependimento profundo" ao reconhecer a "falha coletiva em alcançar metas ligadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14". Esse ato de autocomiseração lá foi partindo o coração daquele batalhão de entusiastas e académicos que soltaram amarras rumo a Lisboa, respondendo ao chamamento da salvação dos oceanos.

Esta rapaziada até podia ter ficado revoltada com o assunto... massa crítica não lhes falta! Porém, lá se foram resignando e, à medida que iam sacando uma 'selfie' com a Sílvia Earle, o Jason Mamoia ou até com o Secretário-Geral das Nações Unidas... toda aquela imensidão de gente inteligente lá foi sucumbindo ao 'glamour' da passadeira vermelha.

Enfim, como já perdi a esperança de o panorama do Mar português ir para além do circo, apenas espero que, em próximas edições, o cartaz tenha menos malabaristas e ilusionistas e um pouco mais de domadores de leões. É que, enquanto não houver quem domine as feras... o Mar tardará sempre a acontecer em Portugal!

Rega gota a gota: "um futuro promissor na cultura do arroz"



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Os resultados preliminares do primeiro ensaio na Lezíria Ribatejana de rega gota a gota na cultura do arroz indicam que, um mês após a sementeira, "o consumo de água foi 50% inferior ao do método tradicional de rega por alagamento". E as plantas apresentam "um desenvolvimento idêntico nos dois sistemas de produção".

A sementeira da cultura decorreu a 19 de maio numa parcela de quatro hectares de arroz, propriedade da Orivárzea, em Pancas, no concelho de Benavente, e os dados são reportados a 23 de junho, data em que foi realizado o primeiro dia de campo deste ensaio, liderado pelas empresas Magos Irrigation Systems, Orivárzea e Rivulis. Nesta jornada de campo participaram cerca de 100 orizicultores e técnicos agrícolas oriundos de várias regiões do país.

Imagens recolhidas por drone, pela empresa Terra Pro, "permitem concluir que o campo de arroz regado por gota a gota apresenta um vigor vegetativo mais homogêneo, embora o crescimento das plantas seja similar em ambas as modalidades de rega", revela a empresa. A taxa de emergência (plantas por m²) é "superior no campo onde foi realizada sementeira enterrada à linha e rega com gota a gota, apesar da redução de 20% de semente utilizada, face à parcela semeada a lanço". Ambas as parcelas foram semeadas com a variedade de arroz carolino Arie-te.

A fita de rega utilizada no ensaio é a T-Tape, modelo 708 30 250, do fabricante Rivulis. Esta fita tem 22 mm de diâmetro, 30 cm de espaçamento entre gote-

jadores e débito de 0,75 L/hora por gotejador. O espaçamento entre fitas (entrelinha) é de 1 m. O consumo de água na cultura é aferido através de sondas de monitorização da humidade do solo e de caudalímetros, instalados em pontos estratégicos, em ambos os campos de arroz.

A Magos Irrigation Systems, empresa que instalou o sistema de rega, acredita que com a adaptação dos processos culturais do arroz, nomeadamente a sementeira enterrada e a fertilização através da água de rega, "o sistema gota a gota poderá ter um futuro promissor na cultura do arroz". Aponta como exemplo "a transição que ocorreu da rega por alagamento para a rega gota a gota nas culturas do tomate indústria e do melão, com claros benefícios na poupança de água e na produtividade destas culturas, prevenindo que o mesmo possa suceder no arroz".

Dados a que a Rivulis teve acesso, quer por parcerias em ensaios ou por pesquisa de ensaios de terceiros, demonstraram que "a rega gota a gota na cultura do arroz permite reduzir a utilização de água, comparativamente ao sistema convencional por alagamento, mantendo uma boa produtividade da cultura, embora esses ensaios tenham ocorrido em zonas de menor amplitude térmica do que em Portugal". Os resultados obtidos foram: 6,6 a 8,3 toneladas/hectare, na Índia, e 5,9 a 6,6 toneladas/hectare, em Marrocos.

O ano 2022 é um dos mais secos de que há registos em Portugal desde 1931, situação que obrigou a Orivárzea a reduzir a área de produção de arroz de 4000 para 3.800 hectares, por falta de disponibilidade de água.

Portugal, para pro

TERESA SILVEIRA, em Arles (França)*
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Portugal, através da Casa do Arroz – Associação Interprofissional do Arroz (CdA), associação interprofissional portuguesa da cadeia de distribuição do arroz; Itália, através da Ente Nazionale Risi, um organismo público económico nascido para monitorizar e dar sustentabilidade económica ao setor do arroz italiano; e França, através do Sindicato dos Orizicultores da França e Cadeia de Distribuição (SRFF), criado para promover a cadeia de distribuição de arroz francesa, uniram-se em torno do arroz Japonica europeu. São parceiros do projeto "Arroz Europeu" (<https://www.sustainableurice.eu/>), financiado pela União Europeia (UE), criado para difundir o consumo do arroz Japonica nos maiores países consumidores de arroz na UE: Itália, Portugal, França e Alemanha e, também, no Norte da Europa.

A produção de arroz na Europa do tipo Japonica corresponde a 0,4% da produção mundial, mas representa 77% da orizicultura da UE.

A produção do arroz Japonica, em particular, se comparada com as variedades originárias do Sudeste Asiático, "apresenta uma qualidade superior a nível organolético e de segurança alimentar". Também em matéria de sustentabilidade, uma vez que a sua produção se faz com recurso a "técnicas agronómicas que garantem a salubridade", lê-se no comunicado de imprensa distribuído durante uma viagem de estudo com jornalistas portugueses, franceses, italianos e alemães à região da Camarga no âmbito deste projeto.

O projeto "Arroz Europeu" visa, através de ações específicas de comunicação e divulgação, "aumentar nos consumidores e partes interessadas o conhecimento da produção rizícola e das utilizações do arroz 'made in EU'", considerado "único nas suas características". Quer também "consciencializar para o valor da orizicultura em termos de sustentabilidade e proteção dos recursos naturais, uma vez que os arrozais contribuem para "proteger os ecossistemas, preservar as áreas rurais, favorecer a biodiversidade e prevenir as mudanças climáticas".

Dar visibilidade à orizicultura na Itália, França e Portugal

A frase que acompanha o projeto é "Arroz europeu. Bom

França e Itália unem-se mover o arroz Japonica europeu

para si, precioso para o ambiente” e tem vindo a ser divulgado em vários fóruns. O sítio www.sustainableurice.eu e os perfis sociais dedicados visam dar visibilidade à orizicultura na Itália, França e Portugal com informações detalhadas de receitas, métodos de cultivo e produção, biodiversidade, emprego do recurso hídrico no arrozal, tradições, anedotas, curiosidades e tudo o que possa permitir aos consumidores europeus aprofundar o conhecimento do arroz europeu sustentável e as suas propriedades.

“É a primeira vez que o arroz português e europeu têm um projeto aprovado junto da Comissão Europeia, porque em Portugal nunca tinha havido um projeto destes aprovado e, mesmo nos quadros comunitários, não havia cabimento para ações de promoção do arroz”, explicou à “Vida Económica” Pedro Monteiro, presidente da

Casa do Arroz — Associação Interprofissional do Arroz, em Marselha, à margem da viagem de trabalho com jornalistas.

“ Fizemos este consórcio entre três países – Portugal, França e Itália – e mais um mercado externo, a Alemanha, para tentar aumentar o consumo e tornar notável o arroz europeu no Norte da Europa, porque na Europa e até nos próprios países produtores muitos não sabem que se produz arroz”, acrescentou Pedro Monteiro.

O presidente da Casa do Arroz não tem dúvidas: “A grande maioria, eu diria 80%, da população portuguesa não sabe que em Portugal se produz arroz, apesar de sermos o maior consumidor ‘per capita’ de arroz da Europa (16 quilos/ano)”. A média é de 50 quilos/ano no mundo. “Portugal, em termos mundiais, é pequenino, mas a nível europeu somos muito grandes” no consumo deste cereal, nota Pedro Monteiro.



Pedro Monteiro (à esquerda), presidente da Casa do Arroz – Associação Interprofissional do Arroz, e Bertrand Mazel, presidente do Sindicato dos Orizicultores de França e da Fileira, durante uma apresentação para jornalistas do projeto “Arroz Europeu”, em Arles, França.

Consumo mundial de arroz ‘per capita’

Kg/capita	2017-19	2029	Growth rate (%p.a.)
África	26,9	30,8	1,16
Ásia e Pacífico	77,6	78,1	-0,05
América do Norte	13,1	13,1	-0,39
América Latina e Caribe	28,2	28,3	-0,20
Europa	6,4	6,7	0,37

Fonte: OECD/FAO (2020, “OECD-FAO Agricultural Outlook, OECD Agriculture statistics (database). <http://dx.dpi.org/10.1787/agri-outl-data-en>.

“Arroz Carolino é de excelente qualidade”

“A Europa começa a consumir muito arroz importado, principalmente o Basmati, que vem da Índia e Paquistão – é um arroz diferente, especial, não há dúvida, que tem um aroma característico –, mas o que nós dizemos é que, comparativamente aos arrozes agulhas, que é o que vem do resto do mundo e que é o que a Europa (e Portugal) importa, temos um arroz de proximidade

que é o Carolino, o Japonica (em França é o arroz da Camarga e em Itália são os risotos), que é de excelente qualidade”, argumenta Pedro Monteiro.

A produção global de arroz Japonica terá atingido 71,3 milhões de toneladas em 2017, sendo a China responsável por 72% desta produção, de acordo com o “Agricultural Outlook 2020 2029” da FAO, a organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, publicado em julho.

A produção global de arroz deverá atingir 582 milhões de toneladas em 2029 e a Ásia deverá contribuir com a maior parte da produção global adicional, respondendo por 61 milhões de toneladas do aumento previsto, segundo o mesmo relatório.

O consumo de arroz no mundo deverá crescer 69 milhões de toneladas até 2029.

* A jornalista viajou a convite da Casa do Arroz, no âmbito do projeto SUSTAINABLE EU RICE - DON'T THINK TWICE, financiado pela União Europeia.

Projeto “Arroz europeu” – a produção de arroz em Portugal, França e Itália

PORTUGAL	FRANÇA	ITÁLIA
<ul style="list-style-type: none"> Em Portugal, a produção de arroz tem uma grande importância social e económica. Está concentrada nos vales dos rios Sorraia, Tejo, Sado e Mondego e ocupa uma superfície cultivada de cerca de 30 mil hectares. Essa superfície é subdividida entre a Região de Lisboa, ou seja, os vales dos rios Sorraia e Tejo, que representam 47% da superfície total, a Região do Alentejo (rio Sado), que representa 32%, e a Região Central (rio Mondego), para o restante dos 20%. No total, o setor da orizicultura portuguesa produz 180 mil toneladas de arroz (60% do consumo nacional português). Portugal produz tradicionalmente arroz Japonica, quase exclusivamente da variedade Carolino. Graças às condições pedoclimáticas favoráveis, 80% da superfície total é dedicada à sua produção. Os 20% restantes são dedicados à variedade Indica. A Casa do Arroz tem a missão de promover o “Arroz Carolino” e “Riso Carolino” como representante do património gastronómico português. 	<ul style="list-style-type: none"> O Sindicato dos Orizicultores da França e Cadeia de Distribuição (SRFF) foi criado em 1947 sob iniciativa dos produtores de arroz e outros membros da cadeia de distribuição com o objetivo de o promover. Desde 2000, na qualidade de Organismo de Defesa e Gestão (O.D.G.), o SRFF garante também a gestão e a monitorização do “Arroz de Camargue” IGP, nomeadamente em matéria de rastreabilidade, da produção à embalagem, os controlos e as várias análises com vista a garantir todos os requisitos do caderno de encargos. É financiado pelo Fundo europeu agrícola para o desenvolvimento rural (FEASR) da Região Provença-Alpes-Costa Azul e pelas três intercomunidades do Pays d’Arles, as Câmaras de Agricultura do Gard e das Bouches-du-Rhône e o Parque Natural Regional da Camargue. Nos últimos anos, os canais de comercialização da agricultura biológica foram também integrados nas iniciativas de promoção. A produção de arroz francesa é concentrada na Camarga e todos os orizicultores franceses são membros do SRFF. 	<ul style="list-style-type: none"> A Itália é o maior produtor de arroz na Europa, com cerca de 227.300 hectares (no ano de 2020), que representam mais de 50% de toda a superfície orizícola da UE, com uma produção de cerca de 1.500.000 toneladas (Ente Nazionale Risi, 2020). A produção é concentrada principalmente em duas regiões: Piemonte e Lombardia. Aqui encontramos 94% dos hectares cultivados na Itália. A orizicultura italiana está concentrada nas zonas mais dirigidas ao cultivo do arroz que encontram a própria sede natural na planície do Vale do rio Pó ocidental. As províncias mais importantes para a orizicultura são Vercelli, Novara, Pavia e Milão. Nesses territórios concentram-se 88% da superfície total nacional e 90% das empresas de orizicultura, que apresenta companhias altamente especializadas e de grandes dimensões (60 hectares, em média, na Itália). Num total de 3785 empresas agrícolas, 45% têm dimensões superiores a 50 hectares e detêm 80% das superfícies.

TÉCNICA DE REPLANTAÇÃO COM RECURSO A TECNOLOGIA GPS VISA COBRIR 20 MIL HECTARES NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS

Arroz da Camarga investe na

Uma inovadora máquina de transplantação está a revolucionar a cultura do arroz em Arles, na Camarga, no sul de França. Uma região onde muito do equilíbrio ecológico continua a depender da irrigação dos campos a partir da água do rio Ródano feita pelos orizicultores, impedindo ainda a salinização dos solos. A "Vida Económica" acompanhou uma ação de replantação, através de uma máquina desenvolvida e importada da China que visa reduzir o uso de herbicidas, os consumos de água, o tempo e a mão de obra. A experiência envolve, para já, 200 hectares de arrozais, mas deve chegar aos 1000 hectares em 2023 e aos 20 mil nos próximos cinco anos.

TERESA SILVEIRA, em Arles (França)*
teresasilveira@vidaeconomica.pt

"A replantação é uma nova técnica a partir de uma máquina desenvolvida pelos chineses que permite ganhar tempo em relação à replantação manual, que é mais demorada e muito trabalhosa e cansativa", explicou à "Vida Económica" o presidente do Sindicato dos Orizicultores de França e da Fileira (SRFF - Syndicat des Rices de France et de Filière).



Bertrand Mazel, presidente do Sindicato dos Orizicultores de França e da Fileira.



Trator de replantação de arroz.

Trata-se de uma associação criada em 1947, que agrega produtores, armazenistas e industriais franceses do setor do arroz e que delinearam uma política comercial para toda a fileira. Passaram a controlar a produção, o armazenamento e a comercialização sob a marca-chapéu "Arroz da Camarga", respondendo também à procura dos consumidores por um produto diferenciador.

Bertrand Mazel não tem dúvidas de que a nova técnica de replantação com recurso a tecnologia GPS "representa um avanço notável". Além de que permite "reduzir os consumos de água e de produtos fitossanitários", além de tempo e mão de obra. "Ganhamos cerca de um mês e meio até à replantação, que é totalmente automatizada. As vantagens são enormes", sublinha.

A Camarga francesa, a oeste da região da Provença, no sul de Arles, delimitada pelos braços do rio Ródano (Rhône, em francês) e pelo mar Mediterrâneo, é "uma das zonas mais húmidas da Europa e uma das terras mais férteis de França", lembra Mazel. O "Arroz da Camarga" está classificado pela União Europeia como Indicação Geográfica Protegida (IGP) desde 2000, com o objetivo de reconquistar o mercado francês face à concorrência do arroz estrangeiro, nomeadamente o americano, mas sobretudo o asiático.

Bertrand Mazel não esconde, porém, que um dos principais problemas na região da Camarga, no sul de França, é, justamente, "o acesso à água". O presidente do SRFF diz que, "hoje em dia, a água é um fator primordial para a humanidade e muito crítico, especialmente no Sul da Europa, mas também noutras regiões do mundo". Por exemplo "na região do rio Mekong", cuja bacia abrange uma área de aproximadamente 795 mil quilómetros quadrados e uma população de mais de 70 milhões de pessoas em seis países: China, Myanmar, Laos, Tailândia, Camboja e Vietname. Mas também em geografias como "o Egito, Estados Unidos ou até na Austrália" a disponibilidade de água é "preocupante", diz o presidente do SRFF.

Também por isso, os orizicultores têm de "recorrer a soluções técnicas para ganhar tempo e poupar recursos". E a replantação através desta técnica de agricultura de precisão com recurso a GPS, não sendo uma solução "milagrosa", é "muito importante", para que se "desenvolvam soluções para mitigar o problema climático" com que o mundo está confrontado.

"Confiantes no aumento da produtividade"

Este projeto experimental na região da Camarga envolve, este ano, 200 hectares de arrozais, mas deve chegar aos 1000 hectares em 2023 e aos 20

agricultura de precisão

A Camarga francesa é “uma das zonas mais húmidas da Europa e uma das terras mais férteis de França”. O “Arroz da Camarga” é IGP desde 2000

mil nos próximos cinco anos. “Temos três/quatro máquinas de replantação e estamos confiantes no aumento da produtividade”, revela Bertrand Mazel.

Em França o consumo de arroz está estagnado. E a produção está a baixar, devido aos problemas de acesso à água. E os grandes produtores, como a Espanha e a Itália, estão a enfrentar os mesmos problemas em relação às alterações climáticas.

Em Espanha, os reservatórios de água estão a pouco mais de 40% do total (menos de 27 mil hectómetros cúbicos – hm³ – de água armazenados

nas barragens) e este é o quarto ano mais seco desde 1961.

Em Itália, o caudal do Rio Pó, que tem uma extensão de 652 quilómetros desde os Alpes até ao mar Adriático e que irriga múltiplas culturas agrícolas, regrediu fortemente, levando a que o seu leito ficasse exposto em várias regiões, o que tem como consequência a progressão da água salgada do mar, pernicioso para a agricultura.

* A jornalista viajou a convite da Casa do Arroz, no âmbito do projeto “Sustainable EU Rice – Don’t Think Twice”, financiado pela União Europeia.



Rolos de planta de arroz para replantação.

Biosud investiu 4,5 milhões e só embala arroz biológico

A produção de arroz é a segunda atividade económica na região da Camarga, a seguir ao turismo. Ali operam 180 orizicultores (83% IGP e 23% em modo biológico) que produzem anualmente 80 mil toneladas de arroz. A cultura do arroz é responsável por 2000 postos de trabalho diretos.

A empresa SARL Thomas, que detém as filiais Biosud e Biocamargue, tem 120 anos de atividade. “A partir de 1990 começámos a atividade da produção biológica, com as primeiras armazenagens de cereais para transformar e, desde 2005, que essa vertente tem vindo a desenvolver-se”, afirmou Marc Thomas, dono e presidente da companhia, numa apresentação para jornalistas portugueses, franceses, italianos e alemães à entrada da fábrica Biosud, em Arles.

O empresário investiu 4,5 milhões de euros em 2017 na conversão da unidade industrial para armazenamento e transformação exclusiva de arroz biológico. Um tipo de arroz que tem vindo a ser “muito valorizado pelo mercado”, frisou, explicando que, devido à “rotação obrigatória de culturas” – o cultivo de arroz em modo biológico só pode ter lugar de cinco em cinco anos no mesmo terreno –, os campos vão “alternando com outras plantações”, por exemplo trigo mole e trigo duro, girassol, tomate ou melão.

Marc Thomas explicou aos jornalistas alguns dos “princípios-base” por que se regem: “separação do arroz de outras produções para evitar riscos alergénicos”; “traçabilidade dos processos”; “procura de mercados externos exigentes e parceiros de qualidade”.

Além da certificação ambiental (ISO 14001) e em segurança e qualidade dos produtos e processos alimentares (IFS Food - International Featured Standard),



Marc Thomas, presidente da Biosud na fábrica em Arles.

“de há 10 anos para cá instalámos um sistema de controlo interno de melhoria contínuo do início ao fim do ciclo de produção”.

A empresa, a única fabricante de arroz biológico na região camarguesa, trabalha com 70 produtores e colhe “11 mil toneladas anuais de arroz biológico e 10

mil toneladas de outros cereais”. “Conciliamos agricultura e indústria”, explica Marc Thomas.

A empresa tem capacidade para armazenagem de 100 mil toneladas de cereal e embala para vários tipos de clientes, sendo um dos mais importantes a indústria de alimentação para bebés (‘baby

food’), nomeadamente para o mercado chinês, país “onde as famílias chinesas com mais poder de compra preferem produtos biológicos oriundos da Europa por estarem menos sujeitos à poluição”. Emprega 35 pessoas (13 nos serviços administrativos) e fatura 17 milhões de euros por ano.

Edward Mukiibi preside ao Slow Food International



Edward Mukiibi.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Edward Mukiibi, natural do Uganda, licenciado em Agronomia Tropical, bacharel em Agricultura e Gestão do Uso da Terra pela Universidade de Makerere, Kampala, no Uganda, é o novo presidente do movimento Slow Food International, até aqui liderado pelo italiano Carlo Petrini, que fundou a organização há mais de 30 anos.

O ugandês, que também tem um mestrado em Gastronomia pela Universidade de Ciências Gastronómicas de Pollenzo, Itália, foi empossado a 16 de julho, durante o 8º Congresso Internacional do movimento Slow Food International, que se realizou justamente em Pollenzo. Em comunicado, a organização diz que Mukiibi é “um educador com foco nos alimentos e na agricultura e um empreendedor social”.

Os delegados ao congresso consideraram que o novo líder vai ajudar o Slow Food International a “enfrentar os desafios ambientais, climáticos, políticos e sociais que o movimento, presente em 160 países, tem pela frente”.

“O papel do alimento como principal responsável pelo desastre ambiental aparece de forma cada vez mais clara. O nosso movimento, que há 30 anos trabalha para garantir alimentos bons, limpos e justos, deve ter a coragem de assumir um papel político de liderança para conter este curso de consequências catastróficas”, disse Carlo Petrini, que agora cessa funções, no congresso.

O fundador do Slow Food International reconhece que “Precisamos de uma governança que deixe espaço para as novas gerações. Precisamos ter a capacidade de combinar o novo com a história, conscientes de que o caminho percorrido até agora permitiu a realização de objetivos que pareciam inalcançáveis, permitindo-nos ser o que somos. Entretanto, o mundo de hoje é completamente diferente do mundo dos primeiros anos do movimento. Por isso, é preciso que nos unamos, norteados pela criatividade e as ideias de novos indivíduos capazes de interpretar o presente e depois traçar a trajetória que permitirá alcançar objetivos futuros”.

ARMANDO CARVALHO, PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA BALADI, LANÇA O REPTO

Baldios, o PRR e a PAC: “Espera dos anteriores quadros comuni

“Os baldios não podem ser vistos apenas na sua vertente de produção de bens e serviços para o mercado. Têm de se considerar as externalidades que geram, nomeadamente em relação ao sequestro de carbono, biodiversidade, proteção de solos, normalização dos regimes hídricos e defesa da paisagem”.

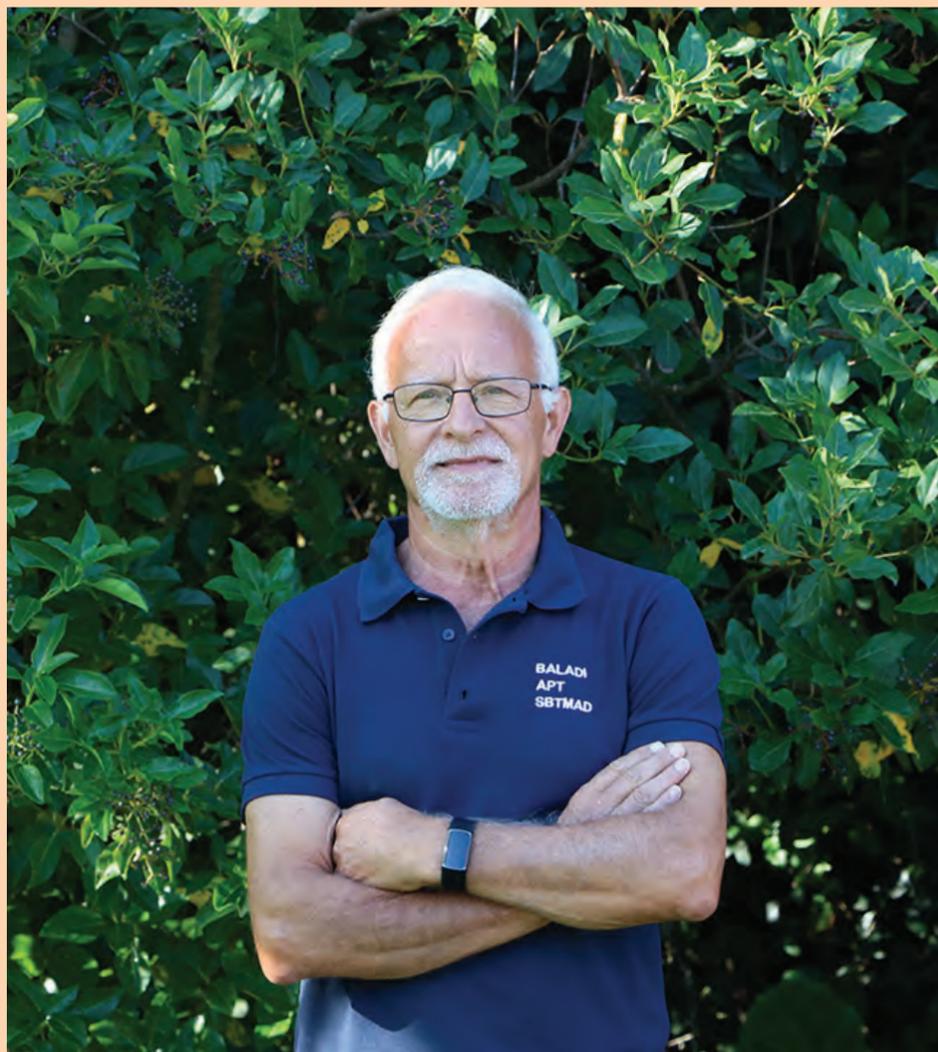
A afirmação é do presidente da BALADI - Federação Nacional dos Baldios, que realizou em Vila Real, a 23 de julho, a sua VII Conferência Nacional, com a presença de centenas de compartes e órgãos gestores de baldios e onde o Governo não se fez representar.

Em entrevista à “Vida Económica”, Armando Carvalho exige que, no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e no futuro Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023/2027), “não se repita a marginalização dos baldios dos anteriores quadros comunitários”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – A vossa VII Conferência Nacional realizou-se no contexto do compromisso europeu para a descarbonização até 2050. Em que medida os baldios podem dar um contributo para esse desígnio?

Armando Carvalho - No programa, para além de outras importantes matérias a ser abordadas pelos especialistas convidados, a matéria da descarbonização está devidamente equacionada, em duas das três mesas que tiveram lugar. Apresentámos resultados do projeto piloto dos 10 agrupamentos dos baldios com uma área florestal de cerca de 70 mil hectares, distribuídos em vários distritos do país. Tivemos uma mesa específica para tratar da fixação de carbono e da vertente das novas energias que estão a emergir nos territórios comunitários, com particular ênfase para as energias eólica e fotovoltaica. Os territórios comunitários representam ainda hoje 14% da área florestal do país e têm uma participação importante no valor multifuncional da floresta portuguesa. Gostaria ainda de sublinhar que os baldios não podem ser vistos apenas na sua vertente de produção de bens e serviços para o mercado. Têm também de se considerar as externalidades que geram, nomeadamente em relação ao sequestro de carbono, biodiversidade, proteção de solos, normalização dos regimes hídricos e defesa da paisagem. A VII Conferência não deixou de se debruçar sobre esta importante temática. Por último, tenho ainda de destacar a relevância dos baldios, desde que foram devolvidos aos povos, na revitaliza-



Armando Carvalho, presidente da Direção da BALADI.

ção social e económica de muitos lugares e aldeias, cujos moradores são compartes.

VE - O setor florestal e a agricultura têm alocados importantes meios financeiros no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no Plano Estratégico da PAC (PEPAC 2023/2027). Os baldios vão ser contemplados?

AC - Esperamos que sim, que os baldios

estas candidaturas.

VE – Está em implementação um modelo de gestão agrupada para áreas baldias, através de um projeto-piloto entre a BALADI, o ICNF e o Ministério do Ambiente e da Ação Climática. Em que consiste?

AC - No ato da assinatura do contrato-programa que deu origem à constituição

“Até ao momento, os agrupamentos dos baldios afetos à BALADI já entregaram candidaturas até ao montante de cinco milhões de euros. Esperamos que estas candidaturas sejam aprovadas e não haja entraves”

tenham acesso a recursos que lhes permitam gerir as terras comunitárias adequadamente e com uma perspetiva de futuro. Esperamos que não se repita a marginalização dos baldios nos anteriores quadros comunitários. Até ao momento, os agrupamentos dos baldios afetos à BALADI já elaboraram e entregaram candidaturas até ao montante de cinco milhões de euros e têm capacidade e vontade de afetar mais recursos financeiros para a dinamização da sua economia local. Esperamos também que estas candidaturas sejam aprovadas e que não venham a existir entraves que dificultem, ou mesmo impossibilitem, a concretização dos projetos a que se destinam

e dinamização dos agrupamentos dos baldios distribuídos pelos distritos de Vila Real, Porto, Braga, Coimbra, Castelo Branco e Guarda, a BALADI afirmou que este figurino técnico e associativo, já previsto na lei e agora assumido pelo protocolo tripartido entre a BALADI, ICNF e Ministério da Agricultura, corresponde às expectativas das comunidades locais para a gestão dos baldios.

VE – E que área de baldios envolve esta gestão agrupada?

AC - Com este projeto-piloto, constituímos formalmente oito agrupamentos de baldios, que reúnem 55 unidades, bal-

mos que não se repita a marginalização baldios

“Constituímos formalmente oito agrupamentos de baldios que reúnem 55 unidades, baldios com uma área florestal total de 97 mil hectares e que são geridos por conselhos diretivos e juntas de freguesia”

dios com uma área florestal total de 97 mil hectares e que são geridos por conselhos diretivos e juntas de freguesia. Para apoio técnico e para a gestão foram contratados 18 técnicos pelos agrupamentos.

VE – E o que é que se pretende, afinal?

AC - Ao fim de apenas três anos de trabalho estão criadas as condições técnicas e administrativas para que estes baldios possam assumir em toda a sua plenitude a gestão dos seus territórios baldios. Com este projeto criou-se uma nova dinâmica comunitária. E os gestores dos baldios passaram a dispor de informação sobre os limites devidamente cartografados dos seus baldios e as potencialidades da ocupação do solo e dos demais recursos endógenos, através da elaboração e aprovação do Plano de Gestão Florestal. Estão, assim, capacitados para atrair investimentos ao abrigo das medidas da União Europeia e nacionais.

VE - A BALADI tem apelado ao cumprimento da Lei dos Baldios por parte do Estado. O que falta cumprir/executar?

AC - Depois de quatro leis de Baldios e

de 46 anos de gestão partilhada de baldios com o ICNF, 26 projetos-lei apresentados na Assembleia da República, muitos dos quais visavam fragilizar a propriedade comunitária, o atual quadro legal permite que as comunidades locais façam da gestão dos seus baldios um instrumento importante para a dinamização social e económica de aldeias e lugares e para uma adequada utilização do território. Mas, para que estes objetivos possam ser plenamente alcançados é necessário que o Estado cumpra, de boa fé, com as suas obrigações para com os povos dos baldios, previstas na lei.

Sucedo, no entanto, que o ICNF, ou seja, o órgão estatal que mais de perto se relaciona com os baldios, nem sempre tem a atitude e o comportamento que o cumprimento da lei lhe deveria impor. A atual Direção do ICNF não é, de resto, a única que insiste no incumprimento da Lei dos Baldios. Desde 1976, muitos foram os incumprimentos e as violações da lei dos baldios, por parte de todas as Direções do ICNF. Eu diria mesmo que esta instituição continua com um vício antigo, como se os baldios não fossem legal e constitucionalmente uma propriedade das comunidades locais.

É “incompreensível” que não haja cadastro dos baldios

Os 10 agrupamentos de baldios da BALADI incluem 56 242 hectares (11% da área de baldios), sendo que 39 mil hectares possuem Plano de Gestão Florestal submetido, 52 mil hectares possuem inventário florestal e 22 400 hectares têm certificação florestal.

E qual é a área total de baldios em Portugal?, perguntámos a Armando Carvalho.

O presidente da BALADI tem dificuldade em responder “com rigor”. “O número meramente estatístico, mas não suportado em termos de cadastro, é de cerca de 500 mil hectares”, avança, ainda assim.

Todas as tentativas que se fizeram até ao ano de 1938 — ano em que os baldios foram submetidos ao regime florestal — para fazer esse apuramento cadastral “foram goradas”. Nessa altura, diz Armando Carvalho, “eram compreensíveis os receios por parte das autarquias em responder a inquéritos levados a cabo por organismos oficiais, com medo que estes tomassem conta

dos seus baldios”.

Não haver esse cadastro depois dessa data é que “é menos compreensível”, uma vez que que o Estado implementou o Plano Nacional de Florestação e tomou administrativamente conta dos baldios, embora “nunca tenha elaborado o seu cadastro”, aponta o presidente da BALADI.

Em 2006, prossegue Armando Carvalho, “a Direção-Geral das Florestas (DGF) celebrou um protocolo com a BALADI e outras entidades para a elaboração dos Planos de Utilização dos Baldios. Pena foi que não se tenha finalizado o trabalho de inventariação dos baldios no plano nacional”.

Para este responsável só há um caminho para o futuro dos baldios: “Estes só serão defendidos e preservados se os representantes das comunidades locais aproveitarem as virtualidades da atual Lei dos Baldios (Lei n.º 75/2017) e tomarem nas suas mãos a gestão plena do seu património”.

Há ainda quem, dentro dos serviços florestais, não tenha interiorizado a tipologia deste tipo de propriedade, quem a confunde com a propriedade pública e tenha uma visão um pouco feudal dos baldios.

VE - O que está a ser violado e precisa de ser travado?

AC - São vários os preceitos legais que, passados cinco anos após a promulgação da Lei, estão a ser desrespeitados, como: o cumprimento integral da figura da cogestão; a não elaboração dos planos de gestão florestal (PGF) atempadamente; a elaboração da plataforma eletrónica, etc.

Baldios com gestão agrupada “ainda não tiveram incêndios”

A BALADI tem vindo a “apostar junto dos órgãos gestores de baldios” no “desenvolvimento da componente da formação e capacitação das comunidades locais” sobre os principais aspetos legais e financeiros que devem presidir à gestão destas áreas florestais, também para prevenir a ocorrência de fogos. Armando Carvalho, presidente da BALADI, apresenta resultados: “Embora as estimativas nesta altura do ano sejam difíceis, os baldios que estão integrados nos 10 agrupamentos ainda não tiveram incêndios”.

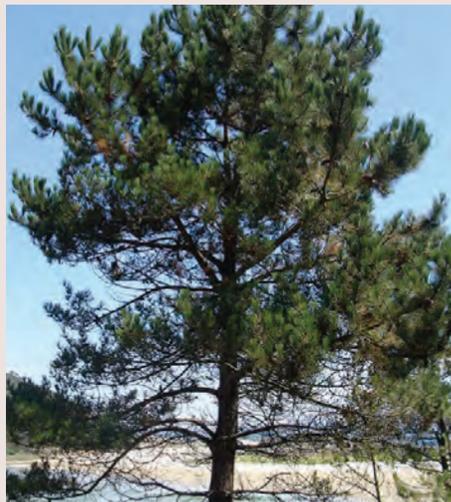
TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

VE - Portugal viveu em julho uma onda de calor e de incêndios por todo o país. As áreas baldias estão a ser atingidas pelos fogos? Que percentagem de baldios é atingida, em média, anualmente, pelos incêndios?

AC - A BALADI tomou posição, na semana da nossa conferência nacional. Entendemos que, não obstante os incêndios serem algo complexo, são desaconselháveis generalizações inusitadas. Somos de opinião que o Governo não retirou todas as ilações das consequências dos trágicos acontecimentos dos grandes incêndios de 2017 e não implementou as medidas que a Comissão Técnica Independente sugeriu. Em suma, não quis ver o argueiro no seu próprio olho.

VE – O que é que falta fazer na floresta para que não haja incêndios?

AC - Embora os incêndios façam parte da nossa história agro-florestal rural, sabe-se que, na sua origem, radicam vários fatores de natureza diversa, tais como a seca, as alterações climáticas, a negligência humana e outros motivos mais complexos e estruturais. É conhecido que a floresta padece de uma organização estrutural e os poderes públicos teimam em não enfrentar os grandes interesses económicos e ignoram as causas que nos levaram a esta situação. No entendimento da BALADI, algumas das



causas radicam nas profundas alterações socioeconómicas introduzidas nos finais do século passado, que levaram à ruína, à liquidação dos vários sistemas dos modelos agro-florestais de pendor familiar e à erosão de muitas aldeias do Norte e Centro do país. Embora as estimativas nesta altura do ano sejam difíceis, o que podemos avançar é que os baldios que estão integrados nos 10 agrupamentos ainda não tiveram incêndios.

VE - A gestão florestal realizada pelas associações de compartes/conselhos diretivos dos baldios tem-se revelado eficaz na vigilância dos espaços florestais contra os incêndios?

AC - Uma das componentes em que a BALADI tem vindo a apostar junto dos órgãos gestores de baldios é, sem dúvida, o desenvolvimento da componente da formação e capacitação das comunidades locais sobre os principais aspetos legais e financeiros que devem presidir à gestão dos baldios, tendo em conta as suas fragilidades. Através do contacto direto com os compartes e suas assembleias, incentivamos o intercâmbio para um maior conhecimento do que se passa nas outras regiões, colhemos novas e inovadoras experiências de boa gestão, de forma a valorizar o desenvolvimento e a extensão florestal.

De referir ainda que os baldios que se encontram a gerir autonomamente os seus territórios comunitários, sem a participação do ICNF, têm sido mais sensíveis ao investimento na área da prevenção, pois percebem mais facilmente a sua importância e as suas externalidades positivas a médio e longo prazo.

